

3.1. Considerações teóricas e metodológicas

O que parece mais interessante numa análise de povoamento é a informação que pode fornecer quando considerado uma variável estreitamente ligada à pressão que exercem as comunidades humanas sobre o território que ocupam. Ao conhecer as suas características e a sua estrutura, poder-se-á fazer uma aproximação aos modos de ocupação e aproveitamento do solo e às realidades demográficas que os sustentam (Pastor Díaz de Garayo, 1996, p. 23).

3.1.1. Limitações da análise e fiabilidade dos dados

Vários obstáculos nos impedem de fazer uma avaliação completa do passado. Para além daqueles dados que foram destruídos e estão perdidos para sempre, os que se conservaram podem também não estar ao nosso alcance. A ocultação por processos pós-deposicionais vários é uma das barreiras que mais problemas coloca, uma vez que não havendo qualquer sinal à superfície, ou notícia que propicie o seu reconhecimento, só por concurso de um acaso destrutivo, natural ou antrópico, é que se conhecerão essas marcas do homem pretérito. Como é, por exemplo, o caso de algumas das povoações actuais poderem ter escolhido a mesma localização que outras antigas, encobrendo totalmente os vestígios dessas épocas mais recuadas.

A recolha de dados é ainda mais restringida quando se depende de resultados de prospecção, sobretudo quando esta não é sistemática, como é o caso do presente estudo. Como já foi referido anteriormente, esta metodologia é passível de dar apenas uma imagem superficial e corre riscos de se encontrar distorcida pela exiguidade de vestígios que permite identificar. Contudo, a amostragem obtida desta forma é representativa para proceder à primeira abordagem à ocupação do território e cronologias estudadas.

Uma vez que quase não existem dados obtidos em escavações cientificamente conduzidas para as cronologias aqui abordadas¹, a análise dos vestígios materiais de superfície, em que se baseia a presente investigação, não permite avançar avaliações firmes devido ao parco conhecimento dos materiais e atribuição cronológica segura².

Acresce a todos estes factores a questão, já mencionada, da “visibilidade” e “perceptibilidade” dos vestígios arqueológicos, influenciando nestas sobretudo a cobertura vegetal do sítio. Experimentámos muitas dificuldades neste sector, ficando muitas vezes com sérias dúvidas acerca da interpretação dos indícios oferecidos à superfície do solo, neste caso pela sua insuficiência. É ilustrativa destas dificuldades a detecção dos locais de *habitat* correspondentes às necrópoles rupestres, sendo as sepulturas escavadas na rocha bastante “visíveis” (mesmo quando parcialmente ocultas pela vegetação, devido à sua dimensão e características), já não o são eventuais vestígios de habitação. Estamos cientes de que existe a possibilidade de, na maioria dos casos, não ter sido possível descobrir vestígios habitacionais, eventualmente correspondentes aos sepulcros, não só devido à vegetação, como também à fragilidade dos materiais construtivos³. Neste caso, a sua ausência não seria uma característica do povoamento antigo, mas sim uma falha nos nossos conhecimentos actuais.

3.1.2. Representatividade

Tendo em conta as limitações expostas, pode-se considerar, no entanto, que a amostragem conseguida com a prospecção dirigida será suficiente para uma primeira abordagem da questão do povoamento do Alto Paiva durante a época romana e alto-medieval.

Com base no catálogo realizado — e nunca perdendo de vista a fragilidade dos elementos recolhidos —, poderá traçar-se um quadro hipotético do povoamento, que pode ser interpretado como uma primeira aproximação, que permitirá tomar decisões, no futuro, acerca da aplicação mais otimizada de outros métodos de trabalho. Só a utilização de metodologias mais intensivas, ou seja, uma abordagem mais profunda do conjunto de vestígios, que esperamos venha a ser realizada num futuro próximo, poderá obter resultados sólidos.

3.1.3. Cronologia e tipologia

Os elementos recolhidos estão muito longe de fornecer cronologias absolutas, já que os dados numismáticos são quase nulos, também não se encontraram inscrições⁴, as cerâmicas finas são raras e não existem estações arqueológicas estudadas para os períodos em questão. Não estamos, portanto, na posse dos dados que possibilitam o estabelecimento de etapas cronológicas precisas, como seria desejável, pelo que se classificam os sítios recorrendo a grandes divisões temporais⁵. Essa “arrumação” foi feita através da análise dos diversos elementos⁶ encontrados no local. As cerâmicas encontradas à superfície são sem dúvida os mais elucidativos, mas também foram tidos em conta os vestígios de estruturas e a sua relação com os outros materiais.

Mesmo nos casos em que se encontram vestígios passíveis de permitir uma classificação cronológica, esta também é em si extremamente falível, uma vez que nada nos garante que o local não fosse ocupado muito anteriormente ou posteriormente, sem que nada à superfície o sugira⁷. Podemos, portanto, fazer um determinado julgamento com base em materiais que foram encontrados por razões aleatórias e que não são representativos da totalidade da estação. À superfície poderão encontrar-se os vestígios mais recentes e poderemos ignorar a existência de outros mais antigos, ocultos em níveis inferiores, quando estes não são arrastados para a superfície pela acção do arado. O mesmo se pode dizer de eventuais estruturas mais frágeis que podem inclusivamente ser posteriores às mais robustas, ou seja: se existiu uma cabana feita de barro amassado e matérias vegetais ao lado, ou aproveitando parte, de uma casa abandonada, feita em pedra e coberta com material cerâmico, os vestígios que com mais facilidade, e em maior quantidade, vamos encontrar hoje em prospecção de superfície, são os correspondentes à construção mais antiga.

Mesmo no caso de se identificar a fixação humana em dois períodos distintos, sem provas não podemos falar de continuidade, pois pode tratar-se apenas de reocupação de um mesmo lugar. Orlando Ribeiro alerta sabiamente para essa questão: *muitas povoações ascendem a um passado remoto e anterior à história: a presença de ruínas ou restos arqueológicos indica que um lugar foi habitado na época a que se reportam, sem que daí se possa sempre concluir pela continuidade das populações até locais de habitação muito mais tardios* (Ribeiro, 1991, p. 354).

Relativamente aos vestígios *grosso modo* correspondentes ao período entre os séculos V e VIII, se não quisermos aceitar de forma passiva a possibilidade de um hiato, teremos que procurar outras hipóteses explicativas. A que mais rapidamente se nos apresenta é a de que os vestígios não são perceptíveis à superfície. Para períodos semelhantes no resto da Europa têm também surgido problemas de detecção: habitualmente só o azar⁸ ou prospecções sistemáticas e intensivas, seguidas de escavações, revelam estabelecimentos deste período⁹. Esta dificuldade parece dever-se à instabilidade dos locais de habitação e aos materiais perecíveis utilizados na construção, eventualmente associados a escassa densidade populacional¹⁰. Poder-se-ia utilizar, assim, a palavra “invisibilidade” no que concerne ao período já men-

cionado. Ou então a aparente ausência deve-se simplesmente ao deficiente conhecimento dos materiais correspondentes a essa época, sendo por isso atribuídos a outros horizontes cronológicos.

Em suma: através dos meios que utilizámos, é impossível determinar com segurança quando o local de habitação foi criado e, no caso de terem acontecido, os abandonos temporários e reocupações posteriores, antes da sua deserção definitiva.

A “filtragem” dos dados é agravada pela variabilidade das condicionantes que dificultam a apreciação destes. Há sítios que se encontram nas condições mais favoráveis de observação, enquanto que outros quase são imperceptíveis. Um mesmo indivíduo pode fazer uma apreciação diferente do mesmo local, bastando para isso que o visite em distintas épocas do ano, variando a cobertura vegetal. Pudemos comprovar que locais mencionados pela bibliografia, e que terão sido visitados há já alguns anos, mudaram de tal forma que se chega a duvidar que se trate do mesmo sítio¹¹.

Tanto em termos de classificação da funcionalidade de um local, como relativamente à sua cronologia, já vimos como se pode facilmente estar a laborar em erros. Apesar disso, pensamos que se devem avançar propostas de trabalho, sem as quais não se progrediria no conhecimento das sociedades do passado. Como hipóteses de trabalho, têm que ser consideradas no condicional e é desejável que venham a ser confrontadas com dados provenientes de escavações.

3.2. Ocupação pré-histórica¹²

Não se conhecem vestígios atribuíveis à Pré-história Antiga, a ocupação mais arcaica do Alto Paiva remontando aos finais do V milénio a.C.¹³ A partir desse momento, surge uma série de construções tumulares que revelam grande diversidade quanto às dimensões, volumetria, matérias-primas utilizadas e ainda quanto às estruturas contidas, ou não, por estes *tumuli*. Todos estes monumentos foram construídos ao longo de um período de tempo muito alargado: desde os finais do V milénio até aos finais do II milénio a.C., escolhendo-se zonas generalizadamente planálticas para a sua implantação (Cruz, 1998, p. 155-156).

Os finais do V milénio e primeira metade do IV milénio a.C. são marcados pelas construções de cariz verdadeiramente megalítico. Admite-se que os primeiros dólmenes¹⁴ correspondem a construções simples, fechadas, com *tumulus* elevado, de planta circular. A sua representação no Alto Paiva é diminuta¹⁵, sendo mais abundantes dólmenes abertos, com corredor e dimensão média. A grande quantidade de monumentos não significa uma ocupação densa, uma vez que seriam utilizados durante pequenos períodos (Cruz, 1998, p. 156-159).

O edifício megalítico é de grande complexidade, tanto devido às estruturas que têm vindo a ser identificadas na entrada do dólmen, como também à organização interna do espaço,¹⁶ aspectos que revelam a grande importância dada a esta construção pelas sociedades neolíticas. “Trata-se de sepulcros, guardiães das relíquias dos ancestrais, mas sobretudo de locais onde se desenrolam cerimónias que interessam e envolvem toda a comunidade” (Cruz, 1998, p. 159).

Estes grupos humanos estariam muito ligados às terras altas e certamente a sua actividade económica principal seria a pastorícia, embora também devessem praticar uma agricultura rudimentar nas terras mais baixas, paralelamente a actividades como a recollecção e a caça (Cruz, 1998, p. 159). Não são conhecidos, até ao momento, vestígios de *habitat* destas comunidades, contrastando com a prolixidade de estruturas funerárias. Este desconhecimento poderá estar relacionado com o facto destes últimos serem vestígios arqueológicos mais “visí-

veis” e “perceptíveis” na paisagem, ao contrário dos locais de habitação, certamente muito mais discretos.

A partir de meados do IV milénio a.C., culminando no III milénio a.C., surge um novo tipo de solução sepulcral, de pequenas dimensões, pouco marcante na paisagem e de carácter individualizante. Trata-se de grupos de pequenos *tumuli*, muitas vezes construídos exclusivamente em pedra. Esta novidade emerge, a par da reutilização de antigos dólmenes, sobretudo nos finais do Calcolítico e durante a Idade do Bronze. Estas estruturas funerárias, mais discretas e de utilização restrita, estariam envolvidas num ritual diverso, complexo e repartido, que envolveria ainda outro tipo de sítios e monumentos: os menires, raros e de cronologia imprecisa, as pequenas estelas calcolíticas, as “estelas”, as “estátuas-menir” e os santuários rupestres (Cruz, 1998, p. 160).

Mais uma vez, conhece-se mal o *habitat* deste período, contrariamente aos sepulcros, que estão abundantemente inventariados. Apenas o Castelo de Ariz (Pera Velha, Moimenta da Beira), sítio fortificado de ocupação prolongada, terá conhecido povoamento calcolítico (Cruz, 1998, p. 161-162) e muito provavelmente do Bronze Antigo e Médio. O ritual funerário será o da inumação, individual ou restrita (Cruz, 1998, p. 161-162).

Existe grande similitude formal entre as sepulturas dos finais do Calcolítico e as dos inícios da Idade do Bronze, persistindo ao longo do II milénio a.C. construções do mesmo tipo até aí utilizado, revelando-se a tendência para *tumuli* mais reduzidos e pouco relevados, embora se procure a sua visibilidade com a utilização de materiais pétreos contrastantes, como o quartzo. Durante a Idade do Bronze, o ritual funerário diversifica-se; para além da inumação, conhecida para o Calcolítico, surge a incineração. Existem outros sítios de carácter cultural, como no período precedente, destacando-se as representações escultóricas de recorte antropomórfico (Cruz, 1998, p. 162-163).

Quanto ao *habitat*, temos apenas um exemplo datável do Bronze Final: Canedotes¹⁷ (Touro/Vila Cova-à-Coelheira, Vila Nova de Paiva), que vem sendo objecto de escavações arqueológicas sistemáticas. Este povoado de altura, onde não foram identificadas estruturas defensivas até ao momento, poderá ter desempenhado um papel de lugar central na região, uma vez que possui objectos em bronze (entre os quais um espeto articulado), provavelmente itens de prestígio para os seus possuidores, reveladores de uma grande complexidade social, eventualmente relacionada com a sua ligação a redes de comércio extra-regionais. Um outro sítio que eventualmente também recua ao final da Idade do Bronze é o Toutaíinho (Aldeia de Nacomba, Moimenta da Beira, Inv.º n.º 013). Infelizmente, o topo deste monte foi terraplanado, para a instalação de antenas de telecomunicação, sendo possível apenas encontrar alguns fragmentos cerâmicos nas terras envolventes, os quais não são representativos em termos cronológicos.

Para a Idade do Ferro, também não existem muitos dados. Conhecem-se alguns povoados fortificados, sendo o Castro de Vila Cova-à-Coelheira (Vila Cova-à-Coelheira, Vila Nova de Paiva, Inv.º n.º 094) o que nos fornece mais dados, pois vem sendo alvo de estudo arqueológico monográfico¹⁸. Aí foi detectada ocupação atribuída à primeira metade do I milénio a.C. Esta terá sido de curta duração, não apresentando qualquer vestígio que possa ser associado a horizonte romano¹⁹. Apesar de uma muralha imponente erguida nos pontos não naturalmente defendidos, a plataforma onde assenta o povoado pré-histórico é disfarçada pelo relevo envolvente (Valinho e Loureiro, 2000)²⁰, não se tratando, portanto de um local com muita visibilidade.

Outros locais são atribuídos à Idade do Ferro, como é o caso do povoado de S. Lourenço (Covelo de Paiva, Castro Daire, Inv.º n.º 012), já no limite do território considerado para este estudo. Acreditando na descrição de vários autores²¹, que não é passível de ser confirmada,

pois o terreno foi surribado para arborizar a área, este sítio revelaria ocupação da Idade do Ferro e da época romana (Vaz, 1995, p. 103-106; Pedro, 1995, p. 14-15). Pertence ao mesmo período uma fortificação algo original: o povoado do Muro (Pera Velha, Moimenta da Beira, Inv.º n.º 030, Est. X, 2). Apresenta um talude de terra e pedra miúda, completando os espaços deixados por penedos de grandes dimensões; esta estrutura defensiva é reforçada por dois fossos. É provável que o Castelo de Ariz tenha sido ocupado neste período cronológico, embora de forma incipiente, pois não são detectáveis vestígios concludentes. Santa Bárbara (Carvalhais, Sátão), que vem sendo indicada como um povoado da Idade do Ferro romanizado, não apresenta hoje qualquer vestígio dessa eventual ocupação, sendo mesmo possível que se trate de um erro na localização de vestígios encontrados em data muito recuada²².

Em termos gerais, pode-se dizer que a superfície aplanada do Alto Paiva não atraiu muito²³ o povoamento fortificado de altura, típico do I milénio a.C. na área galaico-lusitana²⁴, assim se contando um número exíguo de assentamentos amuralhados nesta região. Não são conhecidas outras formas de *habitat* para este período²⁵.

É possível afirmar que os prolixos vestígios de construções megalíticas da região contrastam fortemente com os poucos indícios de povoamento coevo e de toda a Pré-história recente. Esta exiguidade de dados não corresponde forçosamente a uma ocupação menos intensa do território; poderá ser um panorama derivado da falta de prospecções verdadeiramente sistemáticas, atingindo este desconhecimento vestígios que serão de natureza mais “invisível”.

3.3. Classificação e terminologia

Todas as estações identificadas correspondem a formas de *habitat* rural, ou seja, estabelecimentos ligados a um povoamento não urbano que estão intimamente ligados à exploração da terra, no seu sentido mais alargado.

Não pretendemos aqui inovar na atribuição de tipologias de assentamento rústico, pelo que se recorreu a propostas avançadas por investigadores que se têm debruçado muito sobre esta matéria para elaborar esta enunciação, embora se tenham efectuado alguns ajustamentos relativamente à natureza dos elementos recolhidos na prospecção de campo²⁶.

Para a breve análise do povoamento anterior à época romana, recorreu-se a um modelo teórico que permite fazer uma aproximação ao território de um determinado povoado²⁷. Calcularam-se, assim, as linhas isócronas de 15, 30 e 60 minutos em volta do povoado; estas permitem-nos trabalhar com uma estimativa das áreas mais acessíveis aos indivíduos a partir do local de habitação, considerando uma deslocação pedestre. Para traçar esses limites teóricos foram utilizadas as folhas 14 A (1973), 14 B (1965), 14 C (1978) e 14 D (1964) da *Carta Corográfica de Portugal*, do Instituto Geográfico e Cadastral à escala 1:50 000. Os resultados cartográficos foram plasmados numa carta elaborada com base em cartografia digital dos Serviços Cartográficos do Exército à escala 1: 250 000 (Folha 4) (Fig. 6 infra). Também para a época romana e medieval, utilizámos — como auxiliares de análise —, círculos, com uma área hipotética, correspondentes ao território de determinados assentamentos²⁸.

Mesmo sabendo que *a interpretação não pode deixar de ser mera conjectura* (Alarcão, 1998, p. 95), recorreu-se à mensuração dos vestígios no terreno como auxiliar de avaliação dos mesmos²⁹, pelo que foi usada apenas como um indicador, aplicando-se a estes resultados todas as limitações já apontadas relativamente à “perceptibilidade” e “visibilidade” expostas anteriormente.

Estamos cientes de que a terminologia utilizada para o período romano não se aplica, da mesma forma, à época medieval. Posta esta questão, resolvemos criar algumas categorias

gerais, sobretudo baseadas na observação dos vestígios materiais *in loco* e do posterior tratamento do seu registo. A evolução do povoamento acarretou a alteração de muitas realidades e estruturas; trata-se de um processo complexo, por essa razão procuraremos abordar este assunto ao mesmo tempo que descrevermos os vários sítios. Procura-se, desta forma, não generalizar demais os conceitos e prestar atenção aos seus particularismos.

Criaram-se, assim, oito grupos que pretendem reflectir os tipos de povoamento identificados no Alto Paiva desde a época pré-romana até à Alta Idade Média³⁰.

Grupo 1: “Fortificação”

Este primeiro grupo abarca todos aqueles locais que foram construídos com intuíto defensivos. Devido à variedade e especificidade destas edificações subdividiu-se este grupo em duas variantes.

Grupo 1.1.: Povoado Fortificado, foram assim classificados todos aqueles povoados que possuem estruturas defensivas e apresentem à superfície cerâmica com características que apontem para o período prévio à romanização. São habitualmente conhecidos como “castros”. Podem ter sido reutilizados, com poucas alterações, durante a Alta Idade Média (Almeida, C.A.F., 1978, p. 14, 19 e 52).

Grupo 1.2.: Castelo, este grupo engloba os locais defensivos erguidos durante os períodos instáveis alto-medievais. São conhecidos, de modo geral, como “castelos”. Habitualmente são estruturas pouco elaboradas, que apenas serviriam para abrigar a população e seus haveres em caso de perigo, não sendo utilizadas para assentamento permanente. Hoje são visíveis vestígios ténues, que podem ser simples negativos de estruturas em afloramentos rochosos, ou taludes de terra (Almeida, 1978, p. 50-52).

Grupo 2: “Habitat”

Foram classificados como simples “*habitat*” todos aqueles locais que apresentavam normalmente poucos elementos e em que estes não permitiam uma atribuição mais específica. Esta nomenclatura abarca, portanto, uma grande variedade de situações, que têm em comum o facto de não ser possível determinar com segurança a sua funcionalidade. São também aqueles sítios que já foram destruídos, não podendo ser observados directamente, e que a bibliografia permite que se aponte para a existência de elementos de construção, como cerâmicas de cobertura (é muito frequente a referência à presença de tégula). Nestas estações, não foi possível estabelecer a área de dispersão dos vestígios de superfície, ou pela escassez de materiais, ou pela impossibilidade de observação do local (devido à destruição dos vestígios ou à ocultação dos mesmos pela vegetação).

Grupo 3: “Casal”

São unidades de exploração (agro-pecuária) de carácter familiar, praticando uma economia de auto-subsistência. Possuem uma pequena área construída e uma arquitectura simples, os objectos usados são pouco diversificados e modestos (Alarcão, 1990, p. 421-422, 1998, p. 93-94).

Definiu-se como “casal” toda aquela estação que apresenta uma área de dispersão de vestígios entre os 100 e os 1000 m² (Alarcão, 1998, p. 95). Os materiais de superfície podem revelar cerâmica de construção³¹, pedra miúda (mesmo que sumariamente aparelhada) e cerâmica comum.

Grupo 4: “Quinta”

Preferimos esta nomenclatura à de “granja”, pelo facto de este se poder confundir com as unidades de exploração dependentes de mosteiros na Idade Média. São locais intermédios entre os casais e as *villae*, talvez ligeiramente mais vocacionados para a produção de excedente do que os casais, mas sem a lógica de mercado das *villae*.

Este grupo é constituído por sítios que apresentam uma dispersão de materiais à superfície entre os 1000 e os 5000 m² (Alarcão, 1998, p. 95). Tal como os casais, estes vestígios devem incluir cerâmica de construção, pedra miúda e cerâmica comum. Por vezes pode registar-se a presença de cerâmicas mais finas.

Grupo 5: “Aldeia”

São povoados abertos, de matriz concentrada, onde habitam indivíduos que exploram o território circundante numa lógica de subsistência, são mais pequenos e menos especializados do que os *vici*³². Foram classificados como “aldeia” todos aqueles locais que apresentam uma superfície de dispersão de vestígios de cerâmica de construção³³, cerâmica comum e pedra aparelhada, a partir de 10 000/15 000 m² (Alarcão, 1998, p. 95).

Grupo 6: “Villa”

Estas unidades de exploração serão mais modestas do que as suas congéneres de áreas mais favorecidas em termos de recursos naturais, mas não deixam por isso de procurar um aproveitamento do potencial do seu território, certamente vocacionado para uma troca mais local. Possuirão materiais um pouco mais luxuosos do que as quintas e terão, certamente, uma arquitectura mais elaborada do que essas, procurando emular os modelos romanos (veiculados pela literatura da época).

Esta designação coube apenas àquelas estações que apresentam uma dispersão de vestígios entre os 5000 e os 25 000 m² (Alarcão, 1998, p. 95) e se distinguem do grupo anterior devido ao achado de cerâmicas finas e elementos arquitectónicos (como silhares e colunas).

Grupo 7: “Granja”

Como “Granja” foram classificados aqueles locais que correspondem a explorações agrícolas ligadas a instituições monásticas. Muitos sítios identificam-se apenas através da toponímia, sem que até ao momento tenham aparecido indícios arqueológicos (possivelmente devido à continuidade de povoamento).

3.4. Vias

O conhecimento das vias é de fulcral importância para a compreensão do povoamento, pois, através destas, circulavam pessoas, bens e ideias. A nossa tentativa de reconstituição de possíveis traçados viários³⁴ recorreu aos métodos mais tradicionais empregues com este fim³⁵.

A ausência de fontes escritas e miliários para a zona de estudo levou-nos a passar rapidamente para a análise do terreno. Para além do trabalho mais prático de prospecção e observação da paisagem, recorreu-se ainda à cartografia, nomeadamente a cartas geológicas³⁶ e topográficas³⁷. A toponímia, outra fonte utilizada, foi recolhida nas cartas topográficas já referidas³⁸. Também a hagiotoponímia foi compilada das mesmas fontes cartográficas e completada com inquérito local, bem como através de referências bibliográficas, sobretudo no tocante a oragos antigos. Os vestígios arqueológicos que inventariámos também foram equacionados com possíveis traçados viários.

Os grandes obstáculos com que se depara qualquer indivíduo que pretenda estudar a rede viária antiga³⁹, levaram-nos a considerar todos os indícios possíveis em conjunto. Assim, a tentativa de análise que a seguir se apresenta, é reflexo tanto de pistas deixadas por itinerários ancestrais, eventuais vias romanas, estradas medievais e até por caminhos mais recentes que poderão reflectir preocupações antigas.

Todas as vias que atravessariam o Alto Paiva seriam secundárias⁴⁰ e, como já referimos, os miliários estão ausentes. Não seriam — por estas razões — estradas menos importantes, uma vez que serviriam a população local permitindo as ligações regionais e transregionais, tão importantes para o estabelecimento de redes comerciais e para a estruturação das *civitates*⁴¹. Estas vias, pela sua natureza, aproximam-se mais daquelas que foram construídas durante a Idade Média, do que dos grandes eixos estruturantes ao serviço do poder imperial⁴².

Dois eixos fundamentais parecem desenhar-se ao observar a topografia do Alto Paiva, são corredores naturais cruzando-o nas direcções dos quatro pontos cardeais (Fig. 6). Conjugando esta observação com os dados da toponímia e dos vestígios arqueológicos inventariados, pudemos traçar *grosso modo* o possível itinerário das vias.

Cruzando o Alto Paiva, no eixo sul-norte, temos uma via que ligaria Viseu a Lamego, capitais de *civitates* na época romana, sedes de bispado a partir da Alta Idade Média. Vinda de Viseu, atravessaria o rio Vouga algures entre Maeira de Baixo e Vouguinha, local aparentemente favorável para a passagem do rio⁴³. Aqui verificamos a existência de topónimos como Quinta do Saltadoiro, para além da existência de uma velha ponte em alvenaria: a Ponte do Vouguinha, muito incaracterística pelos restauros sucessivos, não permitindo que se recue a sua cronologia sequer à Idade Média⁴⁴.

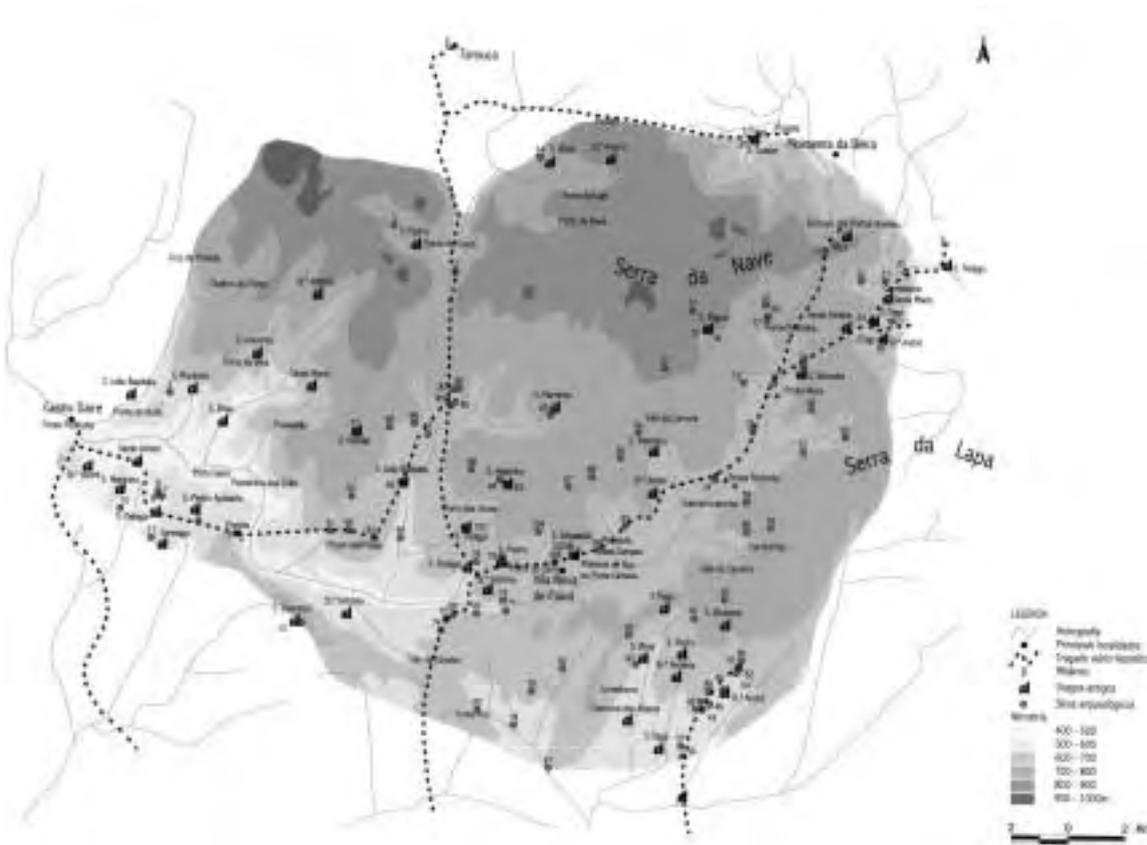


FIG. 6 – Reconstituição da rede viária.

Depois de atravessar o rio, seguiria para norte passando algures entre Cota e Nogueira, área que terá sido bastante romanizada⁴⁵. O Vale de Cavalos é o local ideal para transpor as altitudes que separam a bacia hidrográfica do Vouga da do Paiva, entramos, então no Alto Paiva. A travessia deste rio far-se-ia em Fráguas⁴⁶, onde existem algumas estações de época romana e medieval⁴⁷. Neste local, a via bifurcaria em direcção a poente, trajecto de que falaremos de seguida.

O troço que se dirigia a norte passaria pela aldeia medieval de S. Pelágio, onde também se regista o topónimo Porto das Violas. O trajecto a partir deste ponto torna-se mais difícil de desenhar. Todavia, temos, na zona mais setentrional, vestígios mais seguros⁴⁸ em Almofala, onde se assinala um troço de via lajeada — que vence a encosta — e um topónimo interessante, Ponte do Touro, ligado à tradição de uma “ponte romana”⁴⁹ (cfr. Ficha Inv.º n.º 002). O vale onde está implantada é um corredor natural (Fig. 6 e Est. I) que liga a zona de planalto ao vale de Tarouca. Nesta localidade, em Padrão, encontrou-se um miliário (Alarcão, 1998, p. 151). Daqui seguiria para Lamego.

Partindo do princípio de que a estrada que parte de Fráguas e passa por S. Pelágio, continua até Almofala, teremos que procurar pistas da sua passagem neste percurso. Assim, encontramos várias estações arqueológicas de época romana e alto medieval⁵⁰, embora estas não tenham que estar forçosamente situadas junto da via, ou a via junto destas⁵¹, a área planáltica em que se encontram não parece desadequada à sua construção⁵². A Alagoa (Inv.º n.º 098) poderá ter desempenhado funções de estação viária, como veremos mais adiante.

Um pouco mais a norte destes sítios surge-nos o topónimo Gafo, nas imediações de Fraga Gorda. O topónimo deve estar ligado à presença de leprosos. Durante a Idade Média, estes colocar-se-iam junto das vias para pedir esmola; estes indivíduos prefeririam as vias mais frequentadas e também aquelas por onde passavam peregrinos (Almeida, 1968, p. 73). Nesta aldeia existem um “casal” romano (Duas Igrejas, Inv.º n.º 086) e três sepulturas escavadas na rocha (Sarnoso, Inv.º n.º 087; Alto do Coxo, Inv.º n.º 088 e Ribeirinho, Inv.º n.º 089), tipo de moimento funerário que poderia estar associado à presença de vias, como parece constatar-se em alguns casos⁵³.

Algures por esta latitude, em direcção à actual povoação de Vila Cova-à-Coelheira (nesta só conhecemos vestígios de povoamento medieval, embora tal não invalide uma maior antiguidade do assentamento, cfr. Ficha Inv.º n.º 095), uma via aproveitaria o vale do rio Covo. A utilização deste corredor natural teria como destino Castro Daire, cuja importância durante a época romana se deveria sobretudo à proximidade de vias (Vaz, 1997, p. 404). Depois de Vila Cova-à-Coelheira, seguiria até à actual povoação de Teixelo (junto da qual se encontra uma “quinta” romana/alto-medieval, cfr. Ficha Inv.º n.º 092), de onde se dirigiria à actual Malhada; passando por outra estação inventariada, Chão dos Ferreiros (também uma “quinta”, Inv.º n.º 090). Entre as duas “quintas”, regista-se o topónimo Pouso das Pipas. Em termos materiais este caminho será apenas testemunhado por vestígios de um trajecto semi-lajeado que se encontra junto da aldeia de Malhada (cfr. bibliografia na Ficha de Inv.º n.º 091), onde também se identificou um peso de lagar (Est. XXIX, 4).

De Malhada, iniciar-se-ia o trajecto descendente até ao rio Paiva, este seria provavelmente ultrapassado na direcção de Portela⁵⁴, já na margem esquerda, onde se inventariaram dois sítios, Missa e Parceiros, classificados como “villa” (cfr. Fichas de Inv.º n.ºs 004 e 005).

Entre Portela e Castro Daire, uma série de hagiopónimos, reforçados por alguns locais com vestígios de época romana/alto-medieval, indiciam a existência de uma via. Santiago, um monte elevado com excelente visibilidade para o vale do Paiva e onde se encontram

as ruínas de uma capelinha, poderá recordar a assistência a peregrinos com destino a Compostela⁵⁵. S. Martinho e S. Pelágio (Vila Boa) são oragos que pertencem ao santoral hispânico (David, 1947, p. 215, 220, 233-235). Na última povoação referida encontrou-se uma epígrafe sepulcral romana (Vaz, 1997, p. 268-269) e registou-se a presença de sepulturas escavadas na rocha (Rebolada, Inv.º n.º 007; Aveleira, Inv.º n.º 008; Lajedo, Inv.º n.º 009; Ests. II, 3 e III, 1-2) nas suas imediações. São dados que vêm, sem dúvida, reforçar a antiguidade da ocupação do local, dando alguma verosimilhança ao traçado. O orago de Santo André está ligado à assistência ao leproso⁵⁶, secundando a ideia de que se tratava de uma via muito transitada, é provável que também os peregrinos escolhessem aquela passagem.

Na zona de Ribolhos esta via unir-se-ia à que vem de Viseu pela ponte do Almargem (Vaz, 1997, p. 389-390) que cruzará o rio para atingir Castro Daire⁵⁷.

Voltemos a Fráguas, onde havíamos deixado em suspenso a descrição de um troço com direcção a poente. A via seguiria pela baixa de S. Pedro — a noroeste de Fráguas, num vale que atravessa um afluente do Paiva —, onde é visível uma calçada. Esta surge na zona de encosta, onde a passagem seria mais dificultada pelo declive⁵⁸, é constituída por pedras miúdas e médias e algumas pedras de maior porte encontram-se perto da travessia fluvial propriamente dita; é notório que foi sendo refeita ao longo dos anos. Esta via, embora vetusta, continua a ser usada como caminho de acesso às parcelas cultivadas.

Numa encosta perto desta calçada, existem, no chamado Outeiro das Medidas, umas curiosas pias quadrangulares escavadas na rocha (cfr. Ficha Inv.º n.º 075). Consta que ali se fazia antigamente uma feira e que aquelas cavidades eram as medidas utilizadas pelos feirantes e utentes para não haver abusos. Quanto à utilização das pias para esse fim nada podemos adiantar; no entanto, a referência a medidas-padrão e a uma feira são interessantes. Era comum que, na Idade Média, as feiras se fizessem fora das localidades, em zona facilmente acessível pelas pessoas, animais de carga e carros⁵⁹. É provável que no local do Outeiro das Medidas se fizessem feiras que servissem a população de Fráguas.

Não podemos — apenas com os dados que possuímos — afirmar com segurança a que época remonta o caminho, que deveria ligar Fráguas a Vila Nova de Paiva, onde existe uma estação do Baixo-império (cfr. Coval, Inv.º n.º 103, local de achado de numisma de Constâncio II) e onde, provavelmente, se terá instalado uma atalaia de vigia à estrada no Alto do Facho (Inv.º n.º 102)⁶⁰. Daqui, da antiga Barrelas, seguiria pelo vale do Paiva, sempre a meia encosta. O sítio da Pousada das Campas (Inv.º n.º 068) poderá ter sido uma *taberna*⁶¹ ou outra estação de apoio aos viandantes⁶². Em Alhais há alguns rumores de ter lá passado uma via antiga (Beleza, 1981, p. 10), mas não foi possível confirmar nada no terreno (cfr. Ficha de Inv.º n.º 065).

Seguindo sempre o vale do Paiva, deparamos com uma capela dedicada a Santo Antão, indicando-nos que provavelmente aqui existiu um eremitério. Ora, *os anacoretas medievais procuravam frequentemente sítios desertos, mas junto ou perto de estradas e burgos, e não tanto a solidão absoluta. Podiam assim obter alguns géneros e utensílios indispensáveis para a sua subsistência, e praticar a hospitalidade* (Mattoso, 1997, p. 119).

Prosseguindo o nosso périplo pelo vale do Paiva, notamos uma necrópole medieval (Casal dos Mouros, Inv.º n.º 034). É frequente dizer-se que a localização destas pode estar em consonância com antigas vias⁶³. Perto desta estação, sobre o Paiva, existe uma ponte que dava passagem para terras de Sernancelhe, a Ponte Pedrinha. Foi *restaurada em 1861 pelo pedreiro Francisco Garcia da Silva que recebeu para isso 97.500 Rs; a ponte ficou com 30 palmos de comprimento, 13 de altura e 6 de largura; ao meio do rio ficou com um corta-mar de 21 palmos de comprimento e 5 de altura, ao meio* (Guia, 1979, p. 42-44). Esta reconstrução não terá sido a primeira, mas não sabemos exactamente a que época remonta, nada nos indica a sua antiguidade.

No entanto, a montante, permitindo acesso para Lamosa e Sernancelhe, existe uma bela ponte medieval de três arcos, a Ponte Nova (Fig. 7). Este topónimo pode indicar-nos a maior antiguidade da Ponte Pedrinha. É claro que junto deste bem conservado exemplar de arquitectura medieval existe uma placa com os dizeres: “Ponte romana”⁶⁴. Um grande arco central de volta perfeita é ladeado por dois mais pequenos com idêntica morfologia. O tabuleiro é em cavalete, exigência de arcos altos. Possui talhamares a montante. Facilitando o acesso à ponte existem dois pequenos troços lajeados com pedras de grandes dimensões. O trajecto a que corresponde esta passagem do rio iria em direcção a Forles, onde se encontrou um silhar almofadado na parede de uma casa da povoação (Inv.º n.º 060). Na zona existem ainda duas estações de época romana e alto-medieval (Devesa, uma “quinta” Inv.º n.º 058 e Ferradia, uma sepultura escavada na rocha, Inv.º n.º 059, Est. XXII, 3).

As pontes, cruzando o rio e demandando a Lapa, levaram-nos para longe do trajecto que segue o vale do Paiva. Retomemos este traçado. Na freguesia de Soutosa, vamos encontrar a estação dos Covais (Inv.º n.º 033, Ests. X, 3 e XI) que terá sido uma “quinta” na época romana e também terá sido ocupada na alto-medieval, como comprovam as quatro sepulturas escavadas na rocha. De idêntica cronologia é a necrópole conhecida como Casal dos Mouros (Inv.º n.º 034, Est. XII, XIII e XIV, 1-2) que conta oito sepulcros. Por alturas de Ariz, vamos encontrar um casal de época romana, Janamoga (Inv.º n.º 016), provavelmente também ocupado durante a época medieval, como nos sugerem os materiais aí encontrados e o topónimo que poderá remontar aos séculos XI-XII. Dentro da povoação de Ariz encontramos sepulturas escavadas na rocha, em íntima convivência com o casario (Penedos, Inv.º n.º 015, Est. V). Também nesta localidade se encontrou um peso de lagar cuja cronologia é difícil de apreciar. Estes elementos talvez indiquem a antiguidade da povoação que poderá ter tido continuidade desde uma época recuada.

FIG. 7 – Ponte Nova (Ariz), vista de juzante da ponte de três arcos sobre o rio Paiva.

Na povoação de Pera Velha registou-se o topónimo Carril (Guia, 1997, p. 147). Alguns quilómetros antes, a hipotética via tinha gradualmente abandonado as altitudes médias de 780-800 m, alcançando as curvas de nível entre os 800-900 m. Se considerarmos que se dirige para a Aldeia de Nacomba (Inv.º n.º 013), onde existe uma calçada bem conservada⁶⁵, que era ainda utilizada, há um século, para ligar Moimenta da Beira a Viseu (Vaz, 1982, p. 790), chegará a atingir cotas que rondam os 910 metros. Na Aldeia de Nacomba, apesar dos esforços envidados nesse sentido, não se inventariam vestígios de povoamento mais antigo do que o atestado pelo próprio topónimo do lugar que deriva de Aldeia de Dona Comba⁶⁶. Apenas o alto do Toutaínho (Inv.º n.º 023), sobranceiro à povoação, denota alguma antiguidade. A sua destruição parcial e descaracterização devido à implantação de antenas de telecomunicação dificulta enormemente a sua interpretação. É possível que tenha sido um povoado fortificado proto-histórico; porém, o “muro” de que a população fala já não é visível. Também poderia ser fortificação medieval, mas a sua identificação com o castelo de Caria, mencionado na documentação coeva, é dificultada pelo facto de o topo do monte ser mais acessível do lado da Aldeia de Nacomba, sobretudo em termos de distância, mas sobre este castelo falaremos mais adiante⁶⁷.

Na periferia da Aldeia de Nacomba existe uma capelinha da Senhora das Portas Abertas. Consta que aqui se abrigavam os peregrinos, estando a capela sempre aberta, mesmo de noite. Aí teriam água, lenha e palha para uma enxerga. O altar está protegido por barras de ferro como é normal neste tipo de templos⁶⁸. Uma calçada, em pedra miúda e descrevendo uma grande curva junto da capela, vem de Caria, pela encosta, contornando o monte do Toutaínho. É apelidada de “Caminho de Santiago”.

Postas estas questões, poderemos supor que a via mais antiga passava por Caria em vez de passar pela Aldeia de Nacomba, ou então existiriam os dois percursos, embora nesse caso não consigamos estabelecer com segurança em que época é que era usado mais um do que outro. Debrucemo-nos, então sobre a zona de Caria⁶⁹. Depois de Ariz (Janamoga, Inv.º n.º 016) a via poderia seguir por Granja do Paiva, onde S. Barnabé seria venerado por *comunidades cristãs primitivas*⁷⁰ (Costa, 1979, p. 136). A actual localidade, onde existem sepulturas escavadas na rocha (Laja Velha, Inv.º n.º 028, Ests. IX, 2 e X,1), poderia ser herdeira da antiga granja que pertencia ao mosteiro de S. João de Tarouca.

Da Granja do Paiva a via continuaria por Vila Chã, onde se documenta o orago antigo Santa Comba⁷¹, reunindo-se a uma outra que, vinda de Vila Cova, se dirigia também a Caria. Em Vila Cova, no Mileu e em Caria, existiam no século XIII, três Albergarias, onde se fornecia como mínimo cama, lenha e um cântaro de água (Costa, 1985, p. 424).

Na povoação de Vila Cova temos vários outros indícios de povoamento antigo e da passagem de um caminho. A capela dedicada a S. Tiago ainda mostra traços de aparelho medieval, onde se identificam reutilizações de pedras talhadas para outros fins, como um silhar almofadado de grandes dimensões (cfr. Ficha de Inv.º n.º 024, Est. VIII, 2-3). O orago poderá indicar a eventual ligação desta capela à assistência aos peregrinos, tal como a de Santo André (Inv.º n.º 026). Nas imediações de Vila Cova, encontramos uma estação que terá sido um “casal” romano e que também foi ocupada na Alta Idade Média como comprova a sepultura inacabada, única sobrevivente de um pequeno conjunto (cfr. Ficha de Inv.º n.º 025). Uma sepultura isolada de grandes dimensões aparece-nos também nos arredores (Lagar dos Mouros, Inv.º n.º 027, Est. IX, 1), eventualmente perto do antigo caminho que se tomava de Vila Cova para Mileu.

É extraordinária a concentração de albergarias num tão pequeno espaço. Será que se trata de uma via deveras importante, pelo menos na Idade Média? Será que tem alguma

ligação com a proximidade da diocese sueva de *Omnia*, de que não conhecemos o local de assento, mas que, segundo Almeida Fernandes (1997, p. 87), se localizaria algures entre Moimenta da Beira a Sernancelhe? Só novas descobertas poderão clarificar esta questão.

Caria poderá ter sido, então, um local de trânsito de uma via que, passando por Vide, se dirigia a Lamego por Moimenta da Beira. A igreja de Santa Maria foi construída no local apelidado de Corredoura⁷². A Caria de *Jusã* é identificada por M. Costa (1977, p. 288-289) com a actual vila de Rua onde existe uma igreja dedicada a S. Pelágio. Se, como consta, o castelo de Caria (cujo sítio não conhecemos com precisão) foi destruído por Almansor, é natural que ficasse nas proximidades de uma via, antiga ou coeva, rompida nessa altura pelas tropas⁷³. A via passaria, então por Rua e depois por Vide onde se encontrou um miliário indicando 18 milhas⁷⁴ (Alarcão, 1998, p. 150).

Já estamos fora do Alto Paiva, pelo que nos limitaremos a dizer que, deste ponto, a via poderia seguir várias direcções. Uma das possíveis seria a de Moimenta da Beira, ligando de seguida à zona de Leomil, trazendo-nos de novo para o interior da área natural em estudo. No sítio de Portela, cujo topónimo já é significativo, existiria uma albergaria⁷⁵. Leomil, segundo M. Costa (1985, p. 427), terá integrado duas paróquias pré-nacionais dedicadas a S. Tiago e S. Cosme. Perto de Beira Valente, já no exterior dos limites demarcados para o Alto Paiva, documentam-se vestígios de uma estrada romana, perto de uma zona de habitação de tipo desconhecido (Alarcão, 1988a). É possível que, desta zona, continuasse pela bordadura do planalto, até descer em direcção a Tarouca onde, como já se disse, se encontrou um miliário.

Resta-nos agora referir um troço de via do sul da zona em estudo. Uma via, considerada principal, passava por Sátão — a via principal VIII de João Vaz —; desta, seguiria um ramal para Ferreira de Aves. Esta não tinha origem em Viseu, partia da área de Mangualde e dirigia-se para Aguiar da Beira (Vaz, 1997, p. 384-386, 388). O ramal, portanto, não ligaria a zona de Ferreira de Aves à capital da *civitas* dos *Interannienses*. Este trajecto secundário iniciava-se nas Romãs, passaria por Decermilo (Vaz, 1997, p. 388) e de seguida dirigir-se-ia rumo à actual povoação de Castelo⁷⁶. O convento de Santa Eufémia de Ferreira terá sido um eremitério antes da fixação da comunidade beneditina em 1170 (Mattoso, 1997, p. 108). Já antes mencionámos a importância que as vias tinham para os eremitas, portanto a nossa estrada não devia passar longe. Primeiro, os anacoretas, e, depois, o convento, terão oferecido apoio aos viandantes⁷⁷.

O trajecto continuaria em direcção a NNE, passando por Veiga, onde temos uma “quinta” romana em Quinta da Eira (Inv.º n.º 056), local que terá sido também ocupado na Idade Média, encontrando-se uma necrópole. Também se regista o topónimo Torre (Inv.º n.º 057), num local sobranceiro ao vale, provavelmente terá tido funções de vigia do troço viário.

Temos uma grande concentração de vestígios na área do Castelo e Outeiro de Baixo, entre os quais se inclui uma “villa”. Para além desta, outros destes locais têm raiz na época romana, tendo sido também ocupados na Idade Média. Desconhecemos a direcção que tomaria depois de Outeiro de Baixo, mas é de supor — tendo em conta o terreno e distribuição espacial antiga e actual —, que se dirigiria à zona da Serra da Lapa.

Relativamente às informações que sugerem a intransitabilidade das vias no período do Baixo Império/Alta Idade Média: *esta degradação, normal em tempos de perturbações políticas ou económicas, não fechou os itinerários à circulação, como prova a facilidade com que os diversos bandos de bárbaros se deslocavam ao longo dos grandes eixos viários da Gália (...) ou da Hispânia, como se depreende dos relatos de Idácio* (Mantas, 1996, p. 28).

3.5. Espaço e *habitat*

3.5.1. Povoamento anterior à romanização

Os povoados proto-históricos foram também objecto de prospecções e catalogação⁷⁸, pois são essenciais para tentar compreender as transformações operadas no período da romanização; também permitem abordar qual terá sido o seu papel na Alta Idade Média, em períodos conturbados.

Devido à escassez de escavações⁷⁹, não conhecemos com rigor os momentos em que todos foram ocupados. A falta de elementos cronológicos impede-nos de relacionar os vários povoados entre si, uma vez que desconhecemos se são coevos ou não. Assim, não sabemos que tipo de relações existiriam entre eles, no caso de serem coetâneos, nem conhecemos a hierarquização de povoamento, se é que existia.

Encontramos apenas quatro sítios classificáveis como fortificações (grupo I.I)⁸⁰: o Castro de Vila Cova-à-Coelheira (Inv.º n.º 094), o Castelo de Ariz (Inv.º n.º 019), o Muro (Inv.º n.º 030) e o Toutaíno (Inv.º n.º 023). Também incluímos o povoado de S. Lourenço (Inv.º n.º 012) neste grupo, embora tenhamos algumas dúvidas a respeito do mesmo.

O primeiro exemplo é aquele que nos fornece mais dados, pois, como já foi referido, possuímos resultados de escavações no local. Terá sido ocupado nos inícios da Idade do Ferro, provavelmente sem solução de continuidade depois de meados do I milénio a.C.. A sua localização torna-o pouco visível (cfr. Est. XXIX, 5-6). No entanto, constitui um bom ponto de observação para o vale do Covo (Valinho e Loureiro, 2000, p. 495). A íngreme encosta escavada pelo rio dificulta o acesso à outra margem, mas acaba por não afectar muito o alcance de uma hora de marcha.

Desconhecemos a razão por que não perdurou a sua ocupação após os meados do I milénio a.C. Em termos de defesa, possuía uma estrutura aparentemente funcional e também não são conhecidas marcas de destruição, pelo que talvez não tenham sido questões de segurança a motivar o seu abandono. Podemos também colocar a hipótese de ter sido suplantado como lugar central — se é que alguma vez desempenhou esse papel —, passando outro povoado a assumir essas funções (eventualmente S. Lourenço, ou Castro Daire). Embora nada o indique, não se pode afastar a ideia de que o povoamento tenha passado a organizar-se unicamente de forma dispersa, não tendo sido até hoje identificados vestígios dessa forma de *habitat*.

Como se observa na carta (Fig. 8), os territórios teóricos de uma hora do Castro de Vila Cova-à-Coelheira e de S. Lourenço não se tocam. Admitindo que os dois povoados coexistissem, em algum momento, a sua vizinhança não impediria a actuação de qualquer um deles⁸¹, mas não se pode afastar a eventualidade de uma relação de dependência entre ambos. Como existem vestígios que apontam para a ocupação de S. Lourenço durante a época romana, não será de todo descabido que uma povoação estabelecida neste local tenha tomado o lugar do Castro de Vila Cova-à-Coelheira. S. Lourenço domina visualmente a região em todas as direcções e poderá ter sido preferido, em detrimento do povoado fortificado da margem do Covo, num qualquer momento em que as defesas aí existentes tenham sido consideradas insuficientes, fosse por uma questão bélica propriamente dita, fosse por uma necessidade social de ostentação⁸².

Um outro factor que poderá ter tido um papel fundamental, no caso de seguirmos este raciocínio, é a presença de metais no monte de S. Lourenço. Esses seriam facilmente exploráveis, devido à sua ocorrência na formação rochosa quartzítica; o ferro estaria, então, à superfície entre as fendas de quartzo⁸³. A exploração de metal está patente nas cristas quartzíticas de S. Lourenço, notando-se que foi realizado o desmonte de blocos de quartzo, tendo ficado

uma grande quantidade de pedra solta acumulada nesses locais. No entanto, desconhecemos de quando datam esses vestígios.

Terá sido a importância da exploração do ferro que motivou a instalação de um grupo humano em S. Lourenço? É possível que tal tenha acontecido, mas o facto de não conhecermos o local de assentamento propriamente dito, dificulta a resposta a esta e outras questões. Tratar-se-ia de um povoado no sentido mais lato do termo, ou será que se tratava de um local especializado na extração de metal? O sítio não parece muito propício para habitação, pois está muito exposto a ventos⁸⁴. Será que ali apenas se recolhia o ferro e este era depois trabalhado noutros locais⁸⁵? Desconhecemos, portanto, se se trataria de um povoado, ou de um campo de extração de minério (este último podendo ser utilizado, ou não, permanentemente).

O território do Castro da Maga⁸⁶, que já não fica na zona em estudo, toca no de S. Lourenço, a noroeste. Portanto, parte da sua área potencial de exploração situa-se no Alto Paiva. É considerado por João Vaz (1995, p. 103, 1997, p. 27), como um povoado romanizado⁸⁷, enquanto Ivone Pedro (1995, p. 14) aponta para uma ocupação da Idade do Bronze, que terá perdurado até à Idade do Ferro. Mais à frente voltaremos a focar esta questão. Importa notar que a sobreposição dos territórios do Outeiro da Maga e de S. Lourenço não é significativa. Portanto, é perfeitamente plausível que os dois tenham coexistido.

O local onde hoje fica a localidade de Castro Daire, tal como lembra o topónimo, seria um povoado fortificado datando da Idade do Ferro⁸⁸. Apesar de o seu centro ficar fora da área natural que aqui estudamos, é importante referir que o seu território teórico de uma hora abrangeria a zona mais ocidental da área em apreciação.

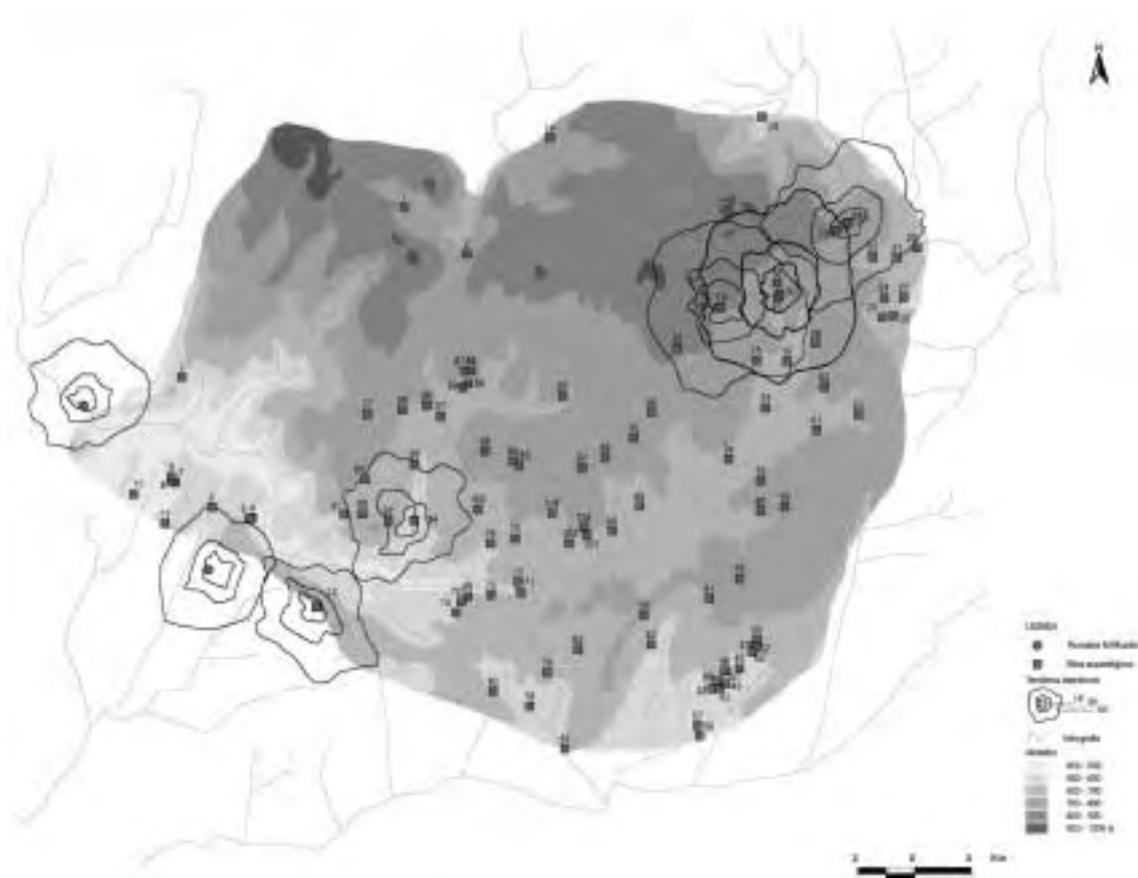


FIG. 8 – Territórios teóricos de exploração dos povoados fortificados.

Os outros três sítios arqueológicos, que também entraram nesta nossa classificação como povoados fortificados, terão que ser analisados em conjunto, pois os seus territórios teóricos se sobrepõem. Ao observar a carta (Fig. 8) apercebemo-nos de que a sua coexistência não parece possível. O povoado que fica numa posição intermédia, o Muro (Inv.º n.º 030), parece o candidato ideal para ser considerado mais tardio. Vejamos. O Castelo de Ariz (Inv.º n.º 019) remonta a uma época mais recuada, tendo fornecido materiais de superfície equacionáveis com o Calcolítico/Bronze Inicial; a sua possante estrutura defensiva aproveita claramente a penedia natural para se instalar e no seu interior encontram-se abrigos naturais proporcionados pelas moles de granito erodido. Não existem, até ao momento, dados que apontem para uma ocupação da Idade do Ferro ou posterior, exceptuando os já históricos — da Alta Idade Média —, que se situam no exterior do recinto, plasmando-se sobretudo nos alicerces da Igreja Velha (Inv.º n.º 018) e nos remetem para outras problemáticas, a abordar mais adiante. O Toutaínho (Inv.º n.º 023), oferece mais questões do que respostas, pois, devido à sua destruição parcial, poucos dados nos restam: a notícia de antigas construções⁸⁹ e a sua posição dominante. A sobreposição que apresenta, nas linhas de trinta minutos, com o território teórico do Muro, leva-nos a pensar que se poderá tratar de um povoado que antecedeu este último⁹⁰.

É de relevar, da análise da carta, que a linha isócrona de uma hora do Toutaínho toca, em termos de coordenadas, no sítio da Fonte Santa (Inv.º n.º 032)⁹¹. Seria este local — cujo topónimo sugere a presença de um santuário pagão⁹² — coincidente com a fronteira entre os dois povoados? Materializaria a distinção entre dois povos distintos? Sendo tal hipótese viável, seria de supor que o Castelo de Ariz prescindiria de parte do seu território teórico entre os trinta minutos e uma hora em benefício do Toutaínho; podendo esta cedência significar que os habitantes deste local eram hierarquicamente dominantes.

Deste modo teríamos dois povoados que já não existiriam — ou não teriam significado⁹³ — durante a segunda metade do I milénio a.C. O Muro apresentar-se-ia como o sítio dominante na área, incluindo dentro da sua linha isócrona de uma hora os outros antigos assentamentos e eventualmente absorvendo parte da população a eles afecta.

O Muro revela características interessantes. O seu talude em terra e pedra miúda e os fossos circundantes, conferem-lhe uma certa originalidade⁹⁴. Este povoado teria o mesmo estatuto hierárquico aquando da chegada dos romanos, ou será que se tratou de uma promoção, conivente com uma reorganização territorial, no âmbito do processo pacificador? Seguindo um raciocínio baseado na premissa de que:

- a) Os povos que os romanos enfrentavam eram aguerridos e resistiam ao seu avanço⁹⁵;
 - b) A intenção dos invasores era adaptar as estruturas indígenas a favor dos seus desígnios e necessidades em termos económicos, políticos e militares;
- não podemos rejeitar nenhuma das hipóteses.

A emergência do Muro pode ser explicada das mais diversas formas, uma vez que a falta de dados abre o campo à especulação, todavia, pensamos que se pode delinear uma hipótese. O facto de se situar entre outros dois povoados, que provavelmente o terão antecedido, poderá significar que surgiu de uma alteração do equilíbrio de forças dominante da região. Tanto pode ter surgido da decadência do(s) povoado(s) dominante(s), devido a factores de ordem regional; como de uma união entre povos, motivada por forças externas (de ordem supra-regional, como os invasores romanos) que pressionassem o território. A favor desta última conjectura parece estar o sítio da Fonte Santa (Inv.º n.º 032). No caso de se tratar de um antigo local sagrado, é natural que as suas proximidades tenham sido escolhidas para reu-

nir dois povos distintos que procuravam lutar contra uma ameaça comum. Claro que também não contraria em definitivo a primeira suposição. De facto, os romanos, na sua busca de pacificação, poderão ter atribuído maior importância a um local até aí periférico, mas com significado ritual⁹⁶.

Não queremos deixar de referir o pressuposto povoado de Santa Bárbara (Ferreira de Aves), que não tem — até ao momento —, qualquer suporte material ou bibliográfico seguro. O monte onde hoje se encontra a capela dedicada a Santa Bárbara tem, de facto, um excelente domínio visual do vale da Ribeira, mas não cremos que tal seja suficiente para considerar a existência de um povoado romanizado nesse sítio⁹⁷.

Não temos dados suficientes para compreender as circunstâncias que terão levado ao aparecimento de ocultamentos monetários de época republicana, no entanto, é importante referir a sua existência, uma vez que poderão significar a integração das populações indígenas numa nova ordem. No Alto Paiva apenas se regista — na área de Caria (Ficha Inv.º n.º 020; cfr. Cortez, 1952, p. 14-15; Hipólito, 1960, p. 53) —, um achado desta natureza. Contudo, ainda dizendo respeito à área em estudo por se encontrar na área de influência de S. Lourenço (Inv.º n.º 012) encontrou-se um tesouro com moedas republicanas e algumas de Octávio anteriores a 27 a.C. no lugar do Outeiro, em Cota (Alarcão, 1988, p. 56). Não raramente se equacionam estes achados com situações de conflito, nesta data até poderão ser resultado de campanhas militares dos romanos. A dúvida permanece, mas o que parece credível é que as comunidades indígenas, ou a elites que as governavam, se terão inserido cedo em circuitos monetários, através da acumulação de erário (Lemos, 1993, p. 365).

Conhecemos, portanto, muito pouco acerca do povoamento pré-romano, o que condiciona também a caracterização do eventual impacto que poderá ter tido a romanização no território do Alto Paiva. Também nos escapa a existência — e intensidade — das relações sociais e políticas entre as várias comunidades residentes nos povoados fortificados.

Uma questão que fica por resolver é a existência, ou não, de *habitats* abertos de baixa altitude. É possível que o povoamento disperso (na forma de casais) existisse durante a Proto-história (Alarcão, 1996, p. 15-19), precedendo a romanização, mas até ao momento não possuímos dados que nos permitam confirmar ou recusar esta asserção⁹⁸.

3.5.2. *Época romana*

As consequências da chegada dos romanos à Beira Alta são pouco perceptíveis, pois, como já vimos, o conhecimento que possuímos sobre o período imediatamente anterior é escasso. O Alto Paiva, não sendo uma região rica — não possui terras muito férteis ou metais preciosos —, não deve ter atraído grandemente a atenção dos invasores.

É natural que os latinos apenas se tenham preocupado em pacificar a região de forma a permitir a circulação de pessoas e bens. As *civitates* de Viseu e Lamego terão sido os locais onde se terá centrado o esforço aculturador dos romanos, visando organizar o sistema administrativo e político que permitisse a recolha de impostos.

A região do Alto Paiva, pelo seu carácter montanhoso e, como já frisamos, pobre, tenderia a sentir de forma minimizada o impacto de forças externas; estas seriam mais sentidas nas planícies e nas regiões ricas em metais preciosos⁹⁹. Longe das influências urbanas haveria, certamente, tendência para a sobrevivência do padrão de assentamento tradicional (Patterson, 1991, p. 178).

Desse padrão de povoamento apenas conhecemos — e superficialmente —, alguns povoados e sabemos que poderão ter existido pequenas explorações agrícolas, de cariz fami-

liar, dispersas pelo campo. Os povoados de Castro Daire, S. Lourenço (Inv.º n.º 012) e o Muro (Inv.º n.º 030) forneceram materiais que nos permitem dizer que foram ocupados durante a época romana¹⁰⁰.

Debruçando-nos sobre estes casos, deveremos perguntar-nos por que razão sobreviveram e sofreram influência romanizadora¹⁰¹; se experimentaram alterações bruscas, ou mudança gradual no seu modo de vida, ou se, pelo contrário, mantiveram a sua organização tradicional.

Para João Vaz (1997, p. 335), Castro Daire seria um importante povoado do século I, que deveria essa proeminência ao controlo e defesa das vias que se cruzavam junto à Ponte Pedrinha; advoga ainda que esse local caracterizar-se-ia por ser um aglomerado urbano secundário, isso devido ao hipotético grupo suprafamiliar que o habitaria (os *Veaminicori*, Vaz, 1997, p. 335) e porque *vigiaria a estratégica passagem da Ponte Pedrinha para o norte* (Vaz, 1997, p. 404).

Tendo em conta a opinião deste autor, a importância do povoado residiria sobretudo na sua posição estratégica relativamente a um eixo viário secundário. Um troço que ligaria Viseu ao Douro (Mantas, 1993, p. 225; Vaz, 1997, p. 389-390) e um troço que ligaria Castro Daire ao litoral (à actual cidade do Porto), aparentemente aproveitando o vale do Paiva (Costa, 1977, p. 31; Vaz, 1995, mapa p. 104-105, 123).

S. Lourenço não possuiria um estatuto tão importante como o que, hipoteticamente, é atribuído a Castro Daire. Que razões justificariam a sua manutenção? A exploração da hematite e estanho do seu afloramento rochoso é, sem dúvida, uma hipótese a considerar, tanto mais que vários sítios na sua base — embora já fora da área do Alto Paiva — forneceram vestígios de metalurgia antiga¹⁰². Seria servido por uma via que ligava Castro Daire a Fráguas¹⁰³, daí seguindo para oriente; esta poderia servir para distribuição do metal extraído pelas povoações da área.

A escassez dos vestígios de romanização que hoje são encontrados (cfr. Ficha Inv.º n.º 012), não obstante a destruição que possam ter sofrido, não permite alimentar a ideia de um povoado permanente naquele local. É possível que a população, durante a época romana, apenas se deslocasse àquele monte para extrair o minério. Contudo, o hagiotopónimo indicamos a existência de uma capela dedicada a S. Lourenço, orago presente no santoral hispânico (David, 1947, p. 213). No século XVII, Botelho Pereira dá-nos notícia de que esta foi transladada para o lugar de Casais do Monte, povoação que se encontra já numa situação de meia-encosta (Vaz, 1995, p. 103), indicando-nos que alguém ainda venerava o santo aquando da deslocação. Não é, portanto, de afastar a ideia de que ali existiria um povoado, se não romano, possivelmente tardo-antigo, ou alto-medieval, passível de ser integrado no que definimos como “aldeia”.

Já acima referimos a problemática da hipotética romanização do Outeiro da Maga. A favor desta hipótese apenas temos o que escreveu Russel Cortez acerca do povoado, pois hoje não são visíveis quaisquer materiais de superfície que permitam confirmá-lo (Pedro, 1995, p.14; Vaz, 1997, p. 27); aparentemente, a opinião de Cortez terá sido baseada apenas na forma de construção da muralha, argumento não suficientemente sólido.

Por si só, a ausência de materiais de superfície que indiquem romanização não implica, forçosamente, que o povoado não tenha persistido durante essa época. Todavia, tal envolveria uma certa marginalização da população ocupante do castro, o que talvez se coadune com os vestígios de época romana encontrados na zona¹⁰⁴. Referimo-nos à possibilidade da existência de um *vicus* na actual povoação de Lamas de Moledo (Alarcão, 1996, p. 14)¹⁰⁵, bem como a outros sítios a que foi atribuída cronologia da mesma época — entre os quais se destaca a possível *villa* de Outeiro (Missa e Parceiros, Inv.º n.º 004 e 005), por se localizar já na área sobre

a qual incide o nosso trabalho. Portanto, o povoado terá perdido a sua importância e, consequentemente, a exclusividade do seu território¹⁰⁶.

Partindo do princípio de que um assentamento de segunda categoria, como é um *vicus*, absorveria parte da população rural envolvente, podemos considerar que — existindo o povoado do Outeiro da Maga à chegada dos romanos, eventualmente conhecido como *Caielobriga* (Alarcão, 1996, p. 14) —, os habitantes — talvez os *Veiaminicorni* (Alarcão, 1996, p. 14) —, de forma progressiva teriam deixado o alto fortificado para se instalar na aglomeração crescente¹⁰⁷.

O Muro (Inv.º n.º 030), como já anteriormente foi dito, poderá ter sobrevivido ao impacto da romanização, ou ter sido fruto dela¹⁰⁸. Considerando qualquer uma das hipóteses, terá sido ocupado durante a época romana, como parecem comprovar os vestígios ali encontrados. Contudo, ter-se-á verificado uma deslocação do *habitat* para fora da zona defendida, para o local chamado Quelhas ou Picota (Inv.º n.º 031). Nessa área, abundam os vestígios de muros, negativos de estruturas nos penedos, fragmentos de cerâmica de construção e comum à superfície.

Não se pode equacionar este deslocamento com um aumento demográfico, embora este possa ter ocorrido; mais facilmente poderíamos estar em presença de um movimento de aglutinação de gentes, em detrimento de outros locais de *habitat*. No entanto, os vestígios de época romana são escassos no interior do recinto amuralhado, não apoiando nenhuma das hipóteses.

É mais provável que a população tenha deixado de sentir a necessidade de se recolher atrás de estruturas defensivas¹⁰⁹. Também se poderá ter adaptado a novos modelos construtivos, eventualmente preferindo um novo espaço, mais livre de constrangimentos — que podiam constituir a penedia, a própria muralha e antigas casas —, para edificar as novas construções.

Este local foi por nós classificado como “aldeia”. Apesar da extensão actual dos vestígios,¹¹⁰ nada indica que se pudesse tratar de um *vicus*, não tendo qualquer característica que permita falar de um povoado especializado, ou com funções administrativas¹¹¹. Seria um conjunto de habitações de cariz rural, aparentemente organizado de forma caótica. É possível que as casas tivessem um grande afastamento entre si, constituindo pequenos núcleos familiares, com suas dependências agrícolas, esta ocupação do espaço poderia explicar a grande extensão dos vestígios que poderia não significar uma densidade populacional muito elevada. Os seus habitantes dedicar-se-iam à exploração agrícola dos campos irrigados pelo Paiva (nesta região, na sua fase de nascente) e provavelmente também à pastorícia, possuindo vastos terrenos propícios a essa actividade.

A via que, vinda de Castro Daire, passava por Fráguas, em direcção à Aldeia de Nacomba (onde existe um troço de via lajeada, aparentemente materializando um antigo traçado, Inv.º n.º 013), não passaria longe desta nossa “aldeia” de Quelhas, permitindo que a mesma estivesse em contacto com as restantes populações.

Aparentemente, Quelhas (o Muro) terá mantido o seu *hinterland*, uma vez que não foram localizadas estações — de época romana —, dentro do seu território teórico de uma hora. A excepção ocorre entre as linhas isócronas de trinta e sessenta minutos, registando-

dições de segurança estão garantidas. Queilhas controlaria ainda recursos como a pedra e a madeira, com a pastorícia obteria carne, laticínios, lã e peles. A caça constituiria um complemento interessante. A própria apicultura também poderia ser praticada¹¹².

Desta forma pode-se pensar que subsistiu um povoamento concentrado, eventualmente de tipo indígena, continuando-se a praticar uma economia de auto-subsistência. Pouco podemos, então, dizer acerca do abandono, ou da persistência de *habitat* indígena em época romana.

3.5.2.1. Contexto administrativo

Nos finais do século I a.C. a Lusitânia, depois de pacificada a região, viu iniciar-se um reordenamento territorial, naturalmente conduzido pelos romanos (Alarcão, 1992, p. 352-353)¹¹³. O Alto Paiva situa-se na circunscrição da província da Lusitânia, que — não longe — encontra o seu limite norte, no Douro (Alarcão, 1992, p. 352-353). A organização teve por base as *civitates*; estas unidades controlariam o território circundante, funcionando como lugares centrais. As suas várias funções — económicas, políticas e religiosas —, tornavam-nas pólos de irradiação da cultura dominadora.

Os romanos preocuparam-se em delimitar os *territoria* das *civitates*, quer se tratasse de novas fundações, quer da promoção de povoações indígenas importantes¹¹⁴. O seu cuidado foi ao ponto de materializar as demarcações com padrões: os *termini augustales*¹¹⁵. No território em estudo encontra-se uma inscrição rupestre que materializa um limite: o Cavalinho¹¹⁶ (Inv.º n.º 067, Est. XXIV, 3-4). O seu texto é, infelizmente, lacónico, apenas FINIS; não nos dando o nome dos povos que delimita, nem o do imperador que reinava aquando da sua implantação.

Para inscrever a palavra, escolheu-se um penedo que oferecia uma superfície plana, ligeiramente inclinada, bem visível; a inscrição está sensivelmente voltada a nascente (SSE). O batólito, em si, é o mais cimeiro do cabeço, mas, em volta, existem outros cabeços de configuração e altitude semelhante. Não longe deste local, terão aparecido, há alguns anos, uns objectos em bronze. A interpretação deste achado é difícil, pois os ditos objectos estão desaparecidos e a população descreve-os como “espadas”¹¹⁷. Será que se tratava de uma sepultura da Idade do Bronze, ou de um depósito votivo? (López Sáez et al., 2000, mapa, p. 168).

No caso de se confirmar alguma destas hipóteses, teríamos um lugar com um significado simbólico ancestral, mantido pelos povos locais e materializado numa inscrição de fronteira, já durante a época romana. Esta interpretação está de acordo com a política usualmente seguida pelos romanos nos territórios conquistados: respeito pelos elementos sagrados indígenas¹¹⁸, não deixando de prosseguir os seus desígnios de implantação administrativa, o que se traduz no desejado sistema tributário.

Voltando à inscrição, pensamos que houve, de facto, preocupação em tornar o texto visível, pois foram gravadas letras de grandes dimensões¹¹⁹, numa superfície previamente preparada para o efeito. Desconhecemos quem foram os autores desta; um dos personagens seria, possivelmente, alguém que conhecia o latim e que estaria familiarizado com uma forma de escrita cursiva — deduz-se da grafia da primeira letra da palavra. Quanto aos autores, podemos supor que terão sido um conjunto de indivíduos, representantes das comunidades envolvidas; neste caso, as entidades interessadas poderiam ser as indígenas e as “romanizadoras”.

Antonio Rodríguez Colmenero (1995, p. 239) defende que as inscrições rupestres, do norte de Portugal, que estudou — relativas à demarcação de limites territoriais —, não correspondem a divisões entre *civitates*, mas sim a divisões entre unidades menores, compreen-

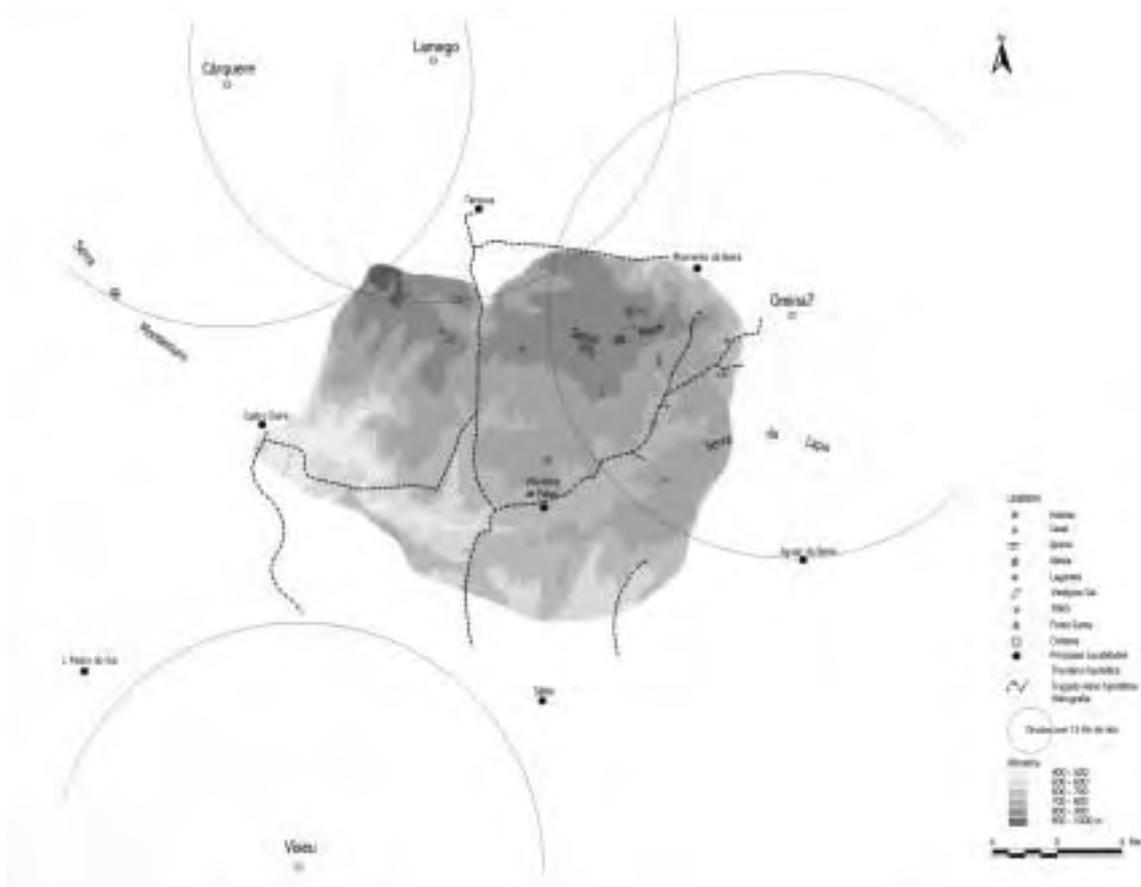


FIG. 9 – Tentativa de reconstituição dos limites administrativos de época romana.

didadas dentro de uma dessas cidades. No presente caso, poderemos talvez sustentar que se trata de uma divisão territorial entre *civitates*. Ora, Inês Vaz advoga que a linha de fronteira, entre a *civitas* sedeadada em Viseu e os *Coilarni*, passaria pela *linha de alturas*, divisória das bacias hidrográficas dos rios Paiva e Douro (Vaz, 1997, p. 325). Posta esta hipótese, parece que a inscrição que vimos discutindo se encaixa perfeitamente no modelo explicativo avançado pelo autor citado (Fig. 9).

Assim, teríamos na inscrição do Cavalinho mais um exemplo de demarcação territorial romana. Atendendo ao exposto anteriormente, esta delimitação teria sido feita em continuidade com tradições ancestrais, respeitando as comunidades autóctones. Um dos maiores problemas é a cronologia deste monumento, pois é difícil de estabelecer. Para além do seu texto não dar qualquer pista, também as indicações paleográficas não vêm em nosso auxílio, devido ao carácter rupestre da epígrafe que dificulta a interpretação a esse nível. Não é, todavia, descabido, que estejamos perante uma inscrição coeva da reorganização territorial efectuada após a pacificação da Lusitânia. Esta foi iniciada por Augusto, provavelmente seguindo as passadas de seu pai adoptivo, e consolidada pelos imperadores da primeira dinastia¹²⁰. Mesmo tendo em conta que:

- a) É uma inscrição rupestre;
- b) O texto, lacónico, é muito diferente dos formulários conhecidos para os *termini augustales*¹²¹;

Não podemos, para já, afastar a hipótese desta inscrição se inscrever no mesmo espírito que presidiu à implantação dos outros padrões.

Vejam, rapidamente, como seria o mosaico de *civitates* nesta parte da Lusitânia, uma vez que a nossa área de estudo se encontra parcialmente incluída em mais do que uma destas circunscrições (Fig. 9). Em Viseu, teríamos o centro dos *Interannienses* (Alarcão, 1988, p. 38-39), Lamego seria a capital dos *Coilarni* e a ocidente destes encontraríamos os *Paesuri*, com capital em Cárquere (Alarcão, comunicação pessoal). A leste dos *Coilarni* estariam os *Arabrigenses*, cuja capital, *Omina*¹²² (Alarcão, comunicação pessoal), ainda não se identificou no terreno; é possível que os importantes vestígios¹²³ que se registaram entre Caria, Rua, Vide e Faia indiquem a proximidade de uma capital (Vaz, 1997, p. 323).

A malha organizativa de época romana, embora cerradamente delimitada, deixa, todavia, um grande espaço ao mundo rural, pois a área de influência dos centros urbanos seria limitada pela distância¹²⁴. Na província de Salamanca essa influência era exercida num âmbito de 15 km em volta de cada cidade; era nesse aro que se concentravam as *villae: esta distancia podía recorrerse en ida y vuelta al día a caballo o en carruaje* (Salinas de Frías, 1994, p. 183)¹²⁵, bem como a pé.

Observando as zonas que contornam a nossa área de estudo, notamos que, a norte, as *civitates* estão mais cerradas entre si. Esta característica é notável, sobretudo em comparação com o enorme território adstrito à zona de Viseu. Não sabemos a que fenómeno se deve esta disparidade, mas poderá ter resultado da análise que os romanos teriam feito da natureza étnica da região. Não é, portanto, de afastar a hipótese de que o miúdo recorte administrativo desta área esteja ligado às unidades étnicas preexistentes. Também não é impossível que o nome latino dado à *civitas*, que teria sede em Viseu¹²⁶, esteja ligado a uma federação de povos que tenham sido agrupados sob o domínio romano, justificando assim a sua vasta área.

Voltando à questão do aro de influência das *civitates* sobre o seu *hinterland*, podemos observar (Fig. 9) como os círculos — com 15 km de raio — de Cárquere e de Lamego praticamente não atingem a zona do Alto Paiva. Viseu, talvez o centro mais importante da região, também não alcança o território em estudo, pelos menos dentro da sua provável área de influência mais directa (15 km).

Relativamente a *Omina*, convém, em primeiro lugar, esclarecer que a sua posição na carta é inteiramente pressuposta, apenas apoiada pelos vestígios considerados romanos que se concentram na área¹²⁷. Dentro do aro teórico de influência dessa *civitas*, de localização hipotética, temos o seguinte panorama para o Alto Paiva: dois “casais” (Janamoga, Inv.º n.º 016; Porto, Inv.º n.º 025), duas “quintas” (Covais, Inv.º n.º 033; Devesa, Inv.º n.º 058), uma aldeia (Quelhas, Inv.º n.º 031) e ainda um lagar escavado na rocha (Poça dos Moinhos, Inv.º n.º 031). Estes sítios foram identificados no decurso da investigação no terreno. Podemos ainda acrescentar o achado de tesouros monetários em local incerto do Monte Coutado (freguesia de Caria, entre as povoações de Caria e Mileu)¹²⁸. Quatro exemplares de um destes conjuntos de moedas — constituído por cerca de 400 moedas de prata — foram observados por Russell Cortez. Este identifica-as como sendo denários republicanos e diz que o tesouro poderia ter sido *adrede escondido no decurso da campanha de Cassio Longino contra os Medobrigenses* (Cortez, 1952, p. 14-15)¹²⁹. Parece-nos que nenhum destes dados vem contrariar a hipótese da existência de uma cidade romana algures entre Moimenta da Beira e Sernancelhe, tal como também não permite confirmá-la.

Parece-nos interessante, embora não se possa discutir longamente aqui, a sobreposição dos círculos de Lamego e Cárquere. Supomos que esta não inviabiliza a existência das duas *civitates*, pois é possível que o território dos *Paesuri* estivesse descentrado relativamente à sua capital, captando, assim, os recursos mais a ocidente. E a própria cidade de Lamego não se

deverá ter desenvolvido muito sob o domínio romano — pelo menos não temos dados que no-lo indiquem —, ao contrário do sucedido em época suevo-visigótica, durante a qual terá granjeado um estatuto bastante mais importante¹³⁰.

As cidades terão sido a mudança chave trazida pelos romanos para as zonas mais ocidentais da Europa. Para os romanos, que necessitavam delas para administrar as suas províncias as cidades eram, tal como para os gregos, o centro de civilização (Edmondson, 1994, p. 14). Terá sido por estas razões que os investigadores concentraram a sua atenção nos centros urbanos, cuja existência deixou um cunho marcante na paisagem¹³¹. Todavia, a mudança da realidade rural terá sido aquela que mais indivíduos atingiu, uma vez que se pensa que, na Lusitânia, — tal como no Império em geral —, uma grande parte da população viveria no campo¹³². É esse “mundo” que iremos abordar de seguida.

3.5.2.2. *Padrão de assentamento*

Já vimos que na área de estudo existem duas “aldeias”, possivelmente sobrevivência da antiga estrutura territorial da Idade do Ferro. Estas seriam ocupadas por proprietários rurais indígenas, que explorariam os terrenos que envolviam o espaço habitacional, o antigo território do povoado fortificado. Não conhecemos a distribuição das terras pelos habitantes, mas é possível que existissem tanto propriedades pertença de cada uma das famílias, como espaços de aproveitamento comunitário, usufruídos por toda a população.

Para podermos compreender qual foi a “lógica” de organização do povoamento, necessitamos de mais dados acerca do tipo de assentamentos que surgem a par com a nova organização territorial romana. Por essa razão, vamos enumerar, caracterizar e contextualizar brevemente, cada um dos locais arqueológicos que contemplamos no nosso catálogo.

Como “*habitat*” foram classificados onze sítios: Parceiros (Inv.º n.º 005), Quintiã (Inv.º n.º 014), Ferreiros (Inv.º n.º 055), Cama da Moura (Inv.º n.º 069), Vale da Forca (Inv.º n.º 070), Alcaria (Inv.º n.º 071), Muradais (Inv.º n.º 076), Cela (Inv.º n.º 078), Orca do Seixinho (Inv.º n.º 079), Orca dos Juncais (Inv.º n.º 082) e Cerdeira (Inv.º n.º 085)¹³³.

A grande dificuldade de atribuir uma classificação mais específica a estes locais, prende-se sobretudo com a falta de informação que proporcionaram. Devido às dúvidas que a sua interpretação levantou, constituem o grupo mais heterogéneo e com a cronologia mais indefinida, de todo o conjunto de sítios incluídos no inventário.

Quase todos estes locais forneceram fragmentos¹³⁴, mais ou menos conservados, de cerâmica de cobertura. Muitas das vezes, esta constitui o único argumento para considerar que ali existiu um *habitat*. Estes vestígios materiais, mesmo quando directamente observados, nem sempre apresentaram características que nos permitissem interpretá-los, indiscutivelmente, como tégulas¹³⁵. Sabendo que:

- a) Estas cerâmicas de construção, mesmo quando claramente identificadas, não constituem um argumento de datação preciso¹³⁶;
- b) Durante o período de fabrico e utilização destes materiais podem ter continuado a existir telhados cobertos da forma tradicional (giesta, ou colmo);
- c) As tégulas podem ter sido reutilizadas por populações que não as fabricavam¹³⁷;

Temos que admitir uma grande amplitude cronológica a estes locais que classificamos de “*habitat*”. Para além de todas estas questões, acresce o facto de sabermos que não era raro serem utilizadas as tégulas e respectivos *imbrices* para a construção de estruturas funerárias de inumação¹³⁸. Quando, a estes materiais cerâmicos, não estão associados outros, como escória ou pedra aparelhada, há ainda que considerar a hipótese de estarmos perante uma sepultura.

Uma vez que, em nenhum dos casos estudados, estas características foram registadas, preferimos considerar que se trata de estruturas de tipo habitacional, eventualmente de carácter permanente. Quanto à cronologia atribuída a estes locais, pode situar-se em qualquer momento entre os inícios da romanização e a Alta Idade Média¹³⁹.

Constata-se, portanto, que os locais classificados como “*habitat*” não são os elementos mais fiáveis para compreender a paisagem rural. Não devem, contudo, ser ignorados, pois poderão permitir uma maior aproximação ao padrão de assentamento.

Quanto aos “casais”, foram apenas identificados três sítios que correspondem a este perfil. São eles: Janamoga (Inv.º n.º 016), Porto (Inv.º n.º 025), Fráguas A (Inv.º n.º 074) e Duas Igrejas (Inv.º n.º 086). Há que referir que o que foi dito anteriormente acerca dos vestígios de cerâmica de construção também se aplica a esta categoria de povoamento, bem como a todas as restantes.

Numa primeira apreciação, cumpre-nos dizer que o número de sítios que poderão corresponder a antigos casais é muito reduzido. Suspeitamos que este facto se deve à falta de prospecções sistemáticas na zona, uma vez que contrasta com o número de “quintas” identificadas (18 sítios). Ou será que, algumas destas “quintas”, correspondem na realidade a “casais”, cujos vestígios se encontram mais espalhados pelo terreno? Pensamos que não. Muito certamente prospecções sistemáticas registariam um maior número deste tipo de *habitat*.

Todos os locais classificados como “casal” encontram-se entre os 600-700 m de altitude, estão perto de linhas de água — o que se encontra mais afastado destas é Janamoga, que fica a 250 m de um afluente do Paiva e a 300 m deste último¹⁴⁰ — e parecem estar isolados, tendo muito espaço livre em sua volta, mais do que poderiam, efectivamente, explorar¹⁴¹ (Fig. 10).

Os terrenos férteis — sobretudo devido à abundância de água —, que ocupam, levam-nos a pensar que se trata de locais fundamentalmente virados para a agricultura.

Como unidades familiares que constituem, terão características tendencialmente estáveis, uma vez que serão auto-suficientes e que — em princípio —, se perpetuam de geração em geração. Só bruscas alterações poderão afectar estes estabelecimentos, quer de ordem interna — más colheitas e consequente depauperação e desaparecimento —, quer de ordem externa — razias, destruição dos campos de cultivo e, muitas vezes, perda de vidas à mão dos assaltantes.

A classificação que propusemos identifica estes locais de *habitat* com povoamento disperso, neste caso, o local de habitação encontra-se junto dos campos explorados.

Os locais classificados como “quinta” são numerosos, considerado o universo de sítios inventariados. São dezoito os que ostentam este “rótulo”: Covais (Inv.º n.º 033), Portela (Inv.º n.º 035), Espinheira (Inv.º n.º 039), Quinta de Paredes (Inv.º n.º 041), Cerdeira do Lagar (Inv.º n.º 043), Quinta da Eira (Inv.º n.º 056), Devesa (Inv.º n.º 058), Pousada das Campas (Inv.º n.º 068), Vila Seca (Inv.º n.º 073), S. Romão (Inv.º n.º 077), Chão de Ferreiros (Inv.º n.º 090), Pinheirinhos (Inv.º n.º 092), Padre Vaqueiro (Inv.º n.º 093), Debotinos (Inv.º n.º 096), Murgos, (Inv.º n.º 097), Alagoa (Inv.º n.º 098), Miguela (Inv.º n.º 099) e Coval (Inv.º n.º 103).

Apesar de estarem reunidas sob a designação de “quinta”, apresentam uma certa heterogeneidade ao nível das suas características mais específicas. Por exemplo, duas delas forneceram fragmentos de *sigillata*¹⁴², enquanto que a maioria apresentou cerâmica comum.

Seis destas explorações agrícolas situam-se em terrenos bastante mais elevados do que seria de esperar, estando entre os 800 e os 863 m de altitude¹⁴³. Apenas duas estações se encontram em terrenos de menor altitude, entre os 600 e os 700 m, a Quinta da Eira (Inv.º n.º 056) e a Cerdeira do Lagar (Inv.º n.º 043). As restantes situam-se entre os 700 e os 800 m de altitude, por vezes podendo incluir — no seu hipotético território de exploração de 50 hectares¹⁴⁴ —, zonas já para além dos 800 m.

Vamos analisar mais de perto estes assentamentos. Começaremos por considerar apenas seis estações relativamente próximas entre si: S. Romão (Inv.º n.º 077), Debotinos (Inv.º n.º 096)¹⁴⁵, Muragos (Inv.º n.º 097), Miguela (Inv.º n.º 099) e Alagoa (Inv.º n.º 098).

Verificamos uma sobreposição entre os territórios teóricos, de 50 hectares, de Debotinos e Muragos¹⁴⁶. O primeiro sítio ocupa uma área planáltica — hoje, o granito aflora à superfície e o fino solo encontra-se coberto de mato rasteiro —, com uma perspectiva algo dominante relativamente ao vale do Covo. O segundo encontra-se numa zona de meia encosta, onde há mais água — hoje, cultiva-se milho nas imediações. Se pensarmos que se trata de duas “quintas”, não é improvável que tenham coexistido, apesar de se encontrarem tão próximas; embora se possa tratar de fundações de épocas diferentes, eventualmente para aproveitamento de recursos diferentes (como vimos, a sua implantação é algo diversa). Todavia não é de descuidar a hipótese de que tenham, em determinado momento da sua existência, formado um só povoado: uma “aldeia”. Não podemos ainda esquecer que um provável caminho antigo passaria entre os dois locais; eventualmente, este terá:

- a) Servido de limite para a área de exploração de um e outro;
- b) Motivado a fixação de pessoas naqueles locais.

Na ausência de escavações destes sítios, não podemos tirar conclusões, mas é admissível que estes tenham desempenhado um papel ligado ao eixo viário. Da proximidade dos caminhos beneficiariam também as restantes estações das redondezas.

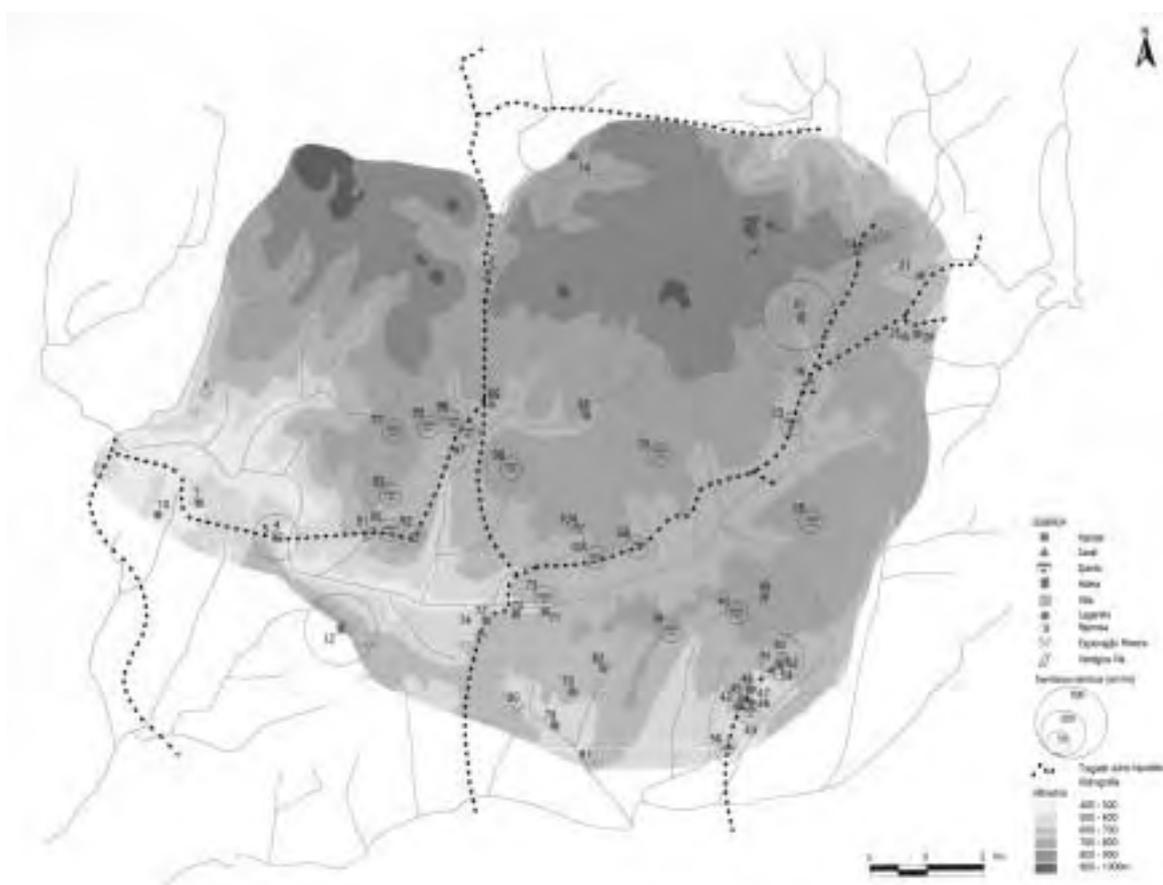


FIG. 10 – Povoamento de época romana.

É notável a presença de vários fragmentos de *sigillata* no sítio da Alagoa, que se encontra numa área planáltica, onde não falta a água e ainda hoje se pratica a agricultura. Deveria tratar-se de uma “quinta” algo abastada, que eventualmente usufruiria da proximidade da via para escoar os seus excedentes e para adquirir objectos de prestígio. Ou será que podemos pensar que se trata de um local não voltado para a produção agro-pecuária, mas sim vocacionado para a atenção aos viandantes? A via que aqui passa é secundária, não se conhecendo miliários no seu trajecto, ligaria Viseu a Lamego; não longe existiria um ramal que se dirigiria a Castro Daire (Fig. 10). Perante estas condições, poderemos estar perante uma simples pousada, uma *taberna*. Um argumento que advoga esta classificação é a presença de *sigillatas*. No entanto, só averiguando com detalhe o percurso da própria via¹⁴⁷ e escavando o sítio, a Alagoa, se poderia estabelecer com segurança o carácter deste assentamento.

A “quinta” da Miguela encontra-se num local bastante interessante: uma suave encosta irrigada por uma linha de água — em volta da qual hoje se encontram lameiros —, podendo explorar os terrenos que se espraiam para o vale de Vila Cova-à-Coelheira, que seriam bons para a agricultura, abundantes em água, como aproveitar os recursos que uma área mais elevada e agreste oferece para a pastorícia. Este sítio sugere um fundamento viável para a localização das “quintas” em áreas tão elevadas: a exploração mista, agrícola e pastoril, eventualmente ligada a práticas ancestrais.

S. Romão encontra-se numa área planáltica, atingindo uma altitude média de 863 m. Hoje, alguns dos terrenos circundantes são aproveitados para cultivo do milho e outros, mais directamente influenciados pelos cursos de água, encontram-se ocupados com lameiros. O local onde estaria implantada a “quinta” ocupa um cabeço mais elevado, dominando visualmente a área em volta, actualmente dividida em inúmeras parcelas — ainda cultivadas pelos habitantes da povoação de Pendilhe —, acessíveis por vários caminhos vicinais percorridos pelos pequenos rebanhos de ovi-caprinos. Parece ser uma área privilegiada, é provável que os habitantes da quinta romana se dedicassem a uma economia agro-pastoril.

Vamos agora debruçar-nos sobre um grupo de estações que se encontram próximas entre si: Chão de Ferreiros (Inv.º n.º 090), Pinheirinhos (Inv.º n.º 092) e Padre Vaqueiro (Inv.º n.º 93). A última é a que fornece elementos mais significativos pela sua quantidade e variedade. Para além das vulgares — e aqui abundantes — pedras aparelhadas e cerâmicas de construção e comuns, apareceu ainda um pedaço de *opus signinum* e também os alicerces, encontrados há anos aquando da construção de uma casa. O local onde avultam os vestígios encontra-se, infelizmente, inculto. Em sua volta, cultiva-se milho, vinha e surgem pequenas hortas, entremeadas por campos alagadiços ocupados com lameiros. A zona planáltica oferece boas condições para a prática da agricultura, pois, pelo que pudemos observar no local, os solos são espessos e há abundância de água. Assim, no passado, a “quinta” poderá ter estado vocacionada para a exploração agrícola, partindo do princípio de que as novas técnicas agrícolas trazidas pelos romanos fossem aí conhecidas, permitindo o cultivo de terrenos pesados e férteis.

Chão dos Ferreiros é, hoje, uma zona abandonada pela agricultura e também deixou de ser florestada, na sequência de uma série de incêndios. Abunda, portanto, a vegetação espontânea. Trata-se de uma zona elevada, possuindo terrenos planálticos para oriente, enquanto que para ocidente domina uma vasta encosta. Potencialmente, poderia explorar as terras tanto em termos agrários, como para a criação de gado miúdo. Uma mó manual e dois pesos de tear (cfr. Ficha Inv.º n.º 090) parecem atestar a actividade agrícola, bem como a tecelagem, provavelmente num esquema de auto-suficiência.

Igualmente na estação de Pinheirinhos ou Alcaria Velha foram encontradas mós manuais (cfr. Ficha Inv.º n.º 092). Hoje em dia, a área em volta do pequeno outeiro é cultivada com milho e há um ou outro lameiro aproveitando a água de um vigoroso corgo que alaga as ter-

ras mais baixas. A pequena aldeia do Teixelo desenvolve-se a algumas dezenas de metros do local. As mós sugerem uma actividade agrícola, mas a área potencialmente explorada pela “quinta” possui cerca de 50 por cento de terras de encosta que descem em direcção do vale do Covo, que hoje se encontram muito despidas de vegetação e possuem um solo fino. A situação presente pode ser resultado da erosão de muitas centenas de anos, não se verificando na época; todavia, podemos pensar que o estabelecimento de exploração se dedicava tanto à agricultura como à pastorícia. Ligando as duas últimas estações, existiria — como se explanou supra — um caminho antigo que, vindo da actual povoação de Vila Cova-à-Coelheira se dirigiria a Castro Daire, passando pela aldeia de Malhada. Neste local, poderá ter existido um “*habitat*”, classificação que se deve à eventual passagem da via, de que há vestígios materiais, e a um peso de lagar que aí se pode encontrar (cfr. Est. XXIX, 4). Quanto a este artefacto, apenas sabemos que a população não guarda memória do seu uso anterior, tendo sido usado — há poucos decénios — para esmagar pedra com o intuito de extrair volfrâmio. Assim, pode-se suspeitar que a actual pequena aldeia tenha tido raiz num povoamento de época recuada, mas só novos achados poderão confirmar ou infirmar esta suposição.

As estações que se encontram em volta da povoação de Fráguas merecem um comentário de conjunto, mesmo não se tratando todas de “quintas”, ou precisamente por essa razão. A população de Fráguas¹⁴⁸ diz que “antigamente” aparecia escória de fundição em todos os terrenos cultivados em volta da povoação; exagerado ou não, a verdade é que o topónimo Fráguas pode estar ligado à existência de uma forja. João Vaz não hesita em situar nesta povoação um *centro de fundição na época romana* (Vaz, 1982, p. 788). Quanto à época em que se terá verificado a actividade metalúrgica, pensamos que poderá remontar à época romana, embora grande parte dos vestígios nos levem a sugerir que esta terá continuado até à Idade Média¹⁴⁹, levando à formação de autênticos escoriais nos campos envolventes.

Durante a época romana, os recursos metalúrgicos foram, de uma maneira geral, intensamente explorados¹⁵⁰. É possível que Vila Seca (Inv.º n.º 073) pudesse ter um papel importante na transformação do ferro. Foi classificada como “quinta”, devido à extensão de vestígios à superfície do terreno: tégula, cerâmica comum, pedra miúda aparelhada. Todavia, a quantidade de escória de fundição é verdadeiramente notável e inclusivamente encontram-se grandes pedaços desse desperdício metálico. Para além da extensão do escorial, foram observadas pias escavadas no afloramento granítico. Estas cavidades parecem resultar da trituração do minério bruto, possivelmente manual, pois não existe um padrão firme no desgaste¹⁵¹. Assim sendo, teríamos que colocar a hipótese deste sítio corresponder a uma oficina de ferreiro. Não cremos que este estabelecimento devesse, de forma obrigatória, estar exclusivamente dedicado a esta actividade, podendo também ocupar-se da exploração de parte das terras envolventes. Estas apresentam, em princípio, características favoráveis à agricultura, uma vez que hoje abundam as pequenas hortas, milho, centeio e mesmo vinha. A irrigação das terras faz-se através de canais escavados no afloramento rochoso — em parte já cimentado —, por onde corre água em abundância (cfr. Ficha Inv.º n.º 073). A sua situação de meia encosta é privilegiada: o rio Paiva a escassas centenas de metros, os solos fecundos, uma área mais elevada, propícia para a manutenção de uma mata¹⁵².

Também nas outras estações em volta de Fráguas, a escória de ferro aparece em quantidade razoável¹⁵³. É possível que esta abundância de escória reflecta a exploração de algum filão próximo. A menos de 4 km, situa-se uma área geologicamente favorável ao aparecimento de hematite; trata-se da continuação da crista quartzítica de S. Lourenço, que se prolonga até à zona de Queiriga, local onde está documentada a exploração de minério da época romana¹⁵⁴. A existência de uma via, que já tivemos oportunidade de descrever, facilitaria o escoamento do minério até à zona de Fráguas¹⁵⁵.

Uma vez que introduzimos o tema da mineração, convém referir a existência de pequenas quantidades de escória de ferro em muitas das estações inventariadas¹⁵⁶, tanto de época romana, quanto alto-medieval. Esta presença não é sempre sinónima da existência de um ferreiro com vocação mercantil. É natural que correspondam a explorações voltadas para um consumo local. Poderia tratar-se de uma situação em que o ferreiro extraía, fundia e forjava o metal (Alarcão, 1988, p. 133; Duarte, 1995, p. 80); ou de uma situação intermédia, em que a forja serviria para os habitantes executarem trabalhos de reparação — requerendo estes menos conhecimentos da arte de trabalhar o ferro — e seria periodicamente visitada por um ferreiro itinerante que iria satisfazer as encomendas do local (Lemos, 1993).

Nalguns sítios detectámos vestígios de explorações mineiras propriamente ditas. Marcas de extracção de minério foram registadas em Covas (Inv.º n.º 003), onde se documentaram valas quadrangulares de grandes dimensões, estas terão servido para a extracção de estanho; na Dorna (Inv.º n.º 080) documentaram-se vestígios de tratamento do metal. O local de extracção ficaria a umas dezenas de metros, no topo do monte¹⁵⁷. As minas da Lousadela terão sido exploradas pelo seu ouro e estanho na época romana; são as únicas atribuíveis com mais segurança a esse período, devido aos vestígios aí encontrados (cfr. Ficha Inv.º n.º 081). Na área de Queiriga deveriam existir mais vestígios de assentamento antigo, os poucos “*habitats*” identificados poderão ser uma pequena amostra (Cela, Inv.º n.º 078; Orca do Seixinho, Inv.º n.º 079; Orca dos Juncais, Inv.º n.º 082)¹⁵⁸ do que terá existido, provavelmente relacionado com a actividade mineira¹⁵⁹.

É natural que a extracção feita nestes sítios especializados se destinasse ao consumo noutros locais. O metal seria aqui transformado em lingotes, de seguida escoados para as zonas carentes.

Das dezoito “quintas” inventariadas, dez forneceram escória de ferro: Quinta de Paredes (Inv.º n.º 041), Cerdeira do Lagar (Inv.º n.º 043), Pousada das Campas (Inv.º n.º 068), Vila Seca (Inv.º n.º 073), Chão dos Ferreiros (Inv.º n.º 090), Pinheirinhos (Inv.º n.º 092), Padre Vaqueiro (Inv.º n.º 093), Muragos (Inv.º n.º 097), Miguela (Inv.º n.º 099), Coval (Inv.º n.º 103).

Nestes estabelecimentos de exploração agro-pecuária, a utilização de instrumentos em ferro seria vital para a produtividade. Por exemplo, os solos mais pesados só podem ser cultivados com sucesso utilizando uma relha de ferro no arado, uma técnica agrícola que se terá generalizado em época romana (Alarcão, 1997, p. 147).

Voltemos ao tema das “quintas”. Fráguas teria uma via que ligava à actual Vila Nova de Paiva. Encontra-se aí a única estação que forneceu um elemento de datação: Coval (Inv.º n.º 103). Infelizmente, pouco sabemos acerca do sítio, mas é natural que um estabelecimento do Baixo Império tenha sido atraído para as proximidades de uma via pré-existente. A sua implantação, numa zona planáltica bem irrigada, sugere a prática da agricultura.

Seguindo o trajecto viário provável, encontramos uma “quinta”: Pousada das Campas (Inv.º n.º 068). Esta classificação foi feita de acordo com os critérios pré-definidos. No entanto, a sua localização, topónimo e materiais de superfície poderão apontar para o desempenho de funções de estação viária, como já tivemos ocasião de referir¹⁶⁰. No caso de a considerar-

de passagem, eventualmente um caminho de montanha. A noroeste da Portela, fica um local classificado como “*habitat*” (Cerdeira, Inv.º n.º 085). Não cremos que alguma relação existisse entre os dois sítios.

Na margem esquerda do rio Paiva encontramos o local da Devesa (Inv.º n.º 058). Talvez tenha sido uma “quinta”. É provável que o silhar almofadado, identificado numa parede de uma casa em Forles, tenha sido aqui encontrado; uma vez que consta que aparecia muita cerâmica e fundações de edifícios ao lavrar a terra¹⁶². Hoje os terrenos encontram-se ocupados com lameiros, o que atesta a abundância de água na zona. A “quinta” poderia explorar a zona planáltica onde está integrada. É provável que um ramal viário passasse não muito longe daqui. A Ponte Pedrinha poderá indicar-nos *grosso modo* o local de atravessamento do rio incluído no trajecto que poderá remontar à época romana.

Os sítios que vimos descrevendo, desde Fráguas, parecem estar localizados ao sabor do vale do rio. Também o trajecto viário seguirá a topografia, podendo pensar-se que tanto a hidrografia como a rede de caminhos terá influenciado a escolha do local de assentamento.

Continuando o nosso percurso rio acima, encontramos uma outra “quinta”: Covais (Inv.º n.º 033). Este local encontra-se em pleno vale do Paiva, que nesta zona se apresenta muito aberto. Os terrenos são hoje cultivados com milho e centeio, estando uma área considerável ocupada por pinhais. A água é muito abundante e os solos, pelo que nos foi permitido observar, são profundos. Mais a montante, rodeado por uma paisagem e potencialidades similares, encontramos o sítio da Janamoga (Inv.º n.º 016), classificado como “casal”. É possível que a economia destes locais estivesse mais voltada para o aproveitamento agrícola das terras.

Da economia agrícola é testemunha uma lagareta escavada na rocha, encontrada em Poça dos Moinhos (Inv.º n.º 021, Est. VII). Apesar de não se terem reconhecido vestígios de *habitat* relacionados com este lagar rupestre, perto, nas encostas voltadas a nascente, consta que se encontraram vasilhames enterrados. Mas apenas nos foi possível verificar o testemunho gravado na rocha, que apresenta um *calcatorium* pouco profundo, com uma bica e duas cavidades laterais que segurariam os *stipites*. Esta estrutura poderá, eventualmente, indicar a existência de uma unidade de exploração agrícola, “casal”, “quinta”, ou outra.

Voltemo-nos agora para a zona mais meridional da nossa área de estudo. Observando o vale da Ribeira, vamos encontrar duas “quintas”: Espinheira (Inv.º n.º 039) e Quinta de Paredes (Inv.º n.º 041). Tanto uma como outra se encontram na orla da zona planáltica, ocupando plataformas a meia encosta. A sua localização permitir-lhes-ia uma exploração tanto agrícola como pastoril. Hoje, os terrenos, pouco pedregosos, encontram-se cultivados com milho e centeio. A nordeste da Quinta de Paredes, assinalámos um “*habitat*”, que ocupa uma área verdadeiramente planáltica. Não parece estar associado à “quinta”. O seu topónimo, Ferreiros (Inv.º n.º 055), aponta para a existência de desperdícios resultantes da redução do ferro, mas o facto de não termos encontrado tais vestígios impede-nos de ir mais além na sua análise.

Um grupo interessante é constituído pelas estações que se distribuem paralelas à Ribeira do Convento, que terão sido servidas por uma antiga via. Começamos pela mais próxima do cenóbio que deu o nome à ribeira: a Quinta da Eira (Inv.º n.º 056). Esta “quinta” situa-se numa plataforma a meia encosta, onde a água é abundante. Hoje, cultivam-se ali pequenas hortas, rodeadas de vinha e algum milho. Esta unidade de exploração estaria voltada para o aproveitamento agrícola dos solos, que ainda hoje se faz com alguma intensidade na área. O achado de uma peça dormente de uma mó manual, certamente associada à moagem, fez-se não longe deste local. Apesar de pensarmos que este objecto poderá equacionar-se com uma ocupação antiga, não o associamos aos vestígios da “quinta”, uma vez que não se conhecem aí materiais idênticos aos desta (tégula e cerâmica comum de época romana).

Até que novos dados venham contrariar esta aceção, poderemos pensar que a mó estará relacionada com um assentamento medieval, sendo significativo o nome do lugar: Torre (Inv.º n.º 057, Est. XXII, 2).

Seguindo a rota provável da via, encontramos a “quinta” da Cerdeira do Lagar (Inv.º n.º 043). Esta encontra-se numa encosta suave, beneficiando da abundância de água, captada em minas escavadas no afloramento¹⁶³. A abundância de materiais de construção à superfície é notória, uma vez que os campos cultivados com milho permitem uma boa observação do solo. A poucos metros destes vestígios, ensombrado por um pinhal, encontra-se um lagar escavado no afloramento, que deu o nome ao terreno. Trata-se de um único tanque, com uma bica¹⁶⁴. A menos de dez metros desta estrutura encontra-se uma sepultura escavada na rocha. Fica-nos a dúvida acerca da sucessão no tempo destas duas cavidades no granito. Será que o lagar já não era usado como tal quando a sepultura foi escavada? Parece-nos mais credível a hipótese da maior antiguidade do lagar, em relação à sepultura (ou a contemporaneidade de ambas), do que o contrário. Mas nada temos que permita sustentar uma ou outra hipótese. A intemporalidade destas estruturas, que interpretamos como lagaretas, dificulta muito a apreciação da questão¹⁶⁵.

É notório termos encontrado — nos cinquenta hectares de território potencial de exploração que atribuímos às “quintas” —, quatro lagares escavados na rocha (Fig. 10). São todos diferentes, uma vez que se adaptam à morfologia da matéria base. Mas um deles é quase só um esboço de lagar¹⁶⁶ — do lugar da Mogueira (Inv.º n.º 042) —, pois apenas apresenta os dois típicos orifícios laterais de planta e secção rectangular, um leve sulco arredondado sugere o local da prensa e somente a bica teve mais atenção, estando bem destacada no granito. Um pouco mais complexo é o que se encontra no Cadaval (Inv.º n.º 046, Est. XVII, 2), que, apesar de também apenas ter desenhado o *calcatatorium* e os dois orifícios laterais, possui um *lacus* escavado na rocha, para onde escorreria o líquido, através de uma bica de granito. A Quinta da Tapada (Inv.º n.º 045, Est. XVII, 1) possui o exemplar mais completo. Este apresenta um *calcatatorium*, de onde o líquido escorria, através de uma bica, para o *lacus*¹⁶⁷, e dois orifícios laterais de planta rectangular.

A interpretação deste conjunto de lagares localizados no interior do espaço teórico de exploração da “quinta” levanta algumas questões. Pensamos que uma unidade de exploração agro-pecuária como esta, não necessitaria de mais do que um lagar, e certamente este estaria preferencialmente localizado junto do núcleo habitacional¹⁶⁸, área onde se concentrariam todas as estruturas necessárias à actividade normal de produção. A primeira hipótese é de que apenas um dos lagares seja contemporâneo da “quinta”. Podemos ainda aventar que se trata de estruturas pertencentes a outras unidades de exploração, provavelmente não localizadas aquando das prospecções¹⁶⁹. Atendendo a esta última hipótese, o território potencial de exploração poderia não estar imediatamente em redor do núcleo habitacional, encontrando-se este último descentrado em relação aos seus terrenos. Existe mais um lagar já fora do círculo teórico que envolve a “quinta”, em Pedrão 1 (Inv.º n.º 047, Est. XVIII, 1)¹⁷⁰. Este apresenta *calcatatorium*, com uma bica de talhe cuidado e uma cavidade rectangular lateral¹⁷¹. Não possui *lacus*, embora uma cavidade, já um pouco afastada da bica, possa indicar que o líquido — que não fosse recolhido no momento para o vasilhame adequado — seria depois recolhido nessa depressão. No caso de se verificar que cada lagar pertencia a uma exploração agro-pecuária, “casal” ou “quinta”, teríamos um padrão de assentamento algo cerrado, talvez justificado pela proximidade da via¹⁷² ou pela fertilidade das terras.

É possível encontrar mais dois lagares rupestres na continuação do traçado viário. O da Leira do Lagar (Inv.º n.º 052, Est. XX, 1) apresenta um *calcatatorium* de grande capacidade, com uma bica e um orifício rente à base do tanque, possivelmente para aproveitar melhor o

líquido. Possui as comuns cavidades rectangulares laterais, mas não tem *lacus*. A escassos setenta metros, temos o outro lagar: Casal (Inv.º n.º 051, Est. XIX, 5). Este também não possui *lacus*, mas o *calcatorium* é mais pequeno; o tanque foi fracturado, talvez por essa razão não detectamos nenhuma bica. Apenas foi possível encontrar uma das habituais cavidades laterais, é possível que existisse outra, mas tenha sido obliterada pela destruição de que foi alvo.

Estes dois exemplares encontram-se dentro do espaço teórico — 200 hectares (Alarcão, 1999, p. 33; Cfr. também Alarcão, 1996, p. 11) — de exploração de uma “*villa*”: Vila da Moita (Inv.º n.º 050). Os lagares poderiam corresponder a anexos dessa unidade de exploração, uma vez que se encontraram materiais de construção perto do lagar do Casal. Certamente não necessitariam de dois lagares a funcionar simultaneamente, pelo que o da Leira do Lagar (Inv.º n.º 052), pela sua maior capacidade, pode ser mais recente, resultado de um aumento de produção¹⁷³. A casa senhorial possuiria uma arquitectura cuidada e teria poder de compra para adquirir produtos importados, como comprovam os vestígios arquitectónicos e os fragmentos de *sigillata* encontrados no local da Vinha da Moita (Inv.º n.º 050). A sua localização terá sido escolhida de forma criteriosa, uma vez que se situa na zona de relevos mais suaves da área, ocupando uma plataforma aberta, mas enxuta, rodeada de terras que ainda hoje são cultivadas com milho e centeio. Dedicar-se-ia sobretudo à agricultura, embora os terrenos mais elevados, a norte, pudessem sustentar a criação de gado. A presença dos lagares e a longa tradição de plantio de vinha, comprovada pelos topónimos do próprio espaço de implantação da “*villa*” e pelo foral dado a Ferreira de Aves em Janeiro de 1113-1120¹⁷⁴, levam-nos a supor que, já na época romana, se produziria ali essa bebida, tão importante na dieta alimentar mediterrânica.

Esta “*villa*”, embora longe da capital de *civitas*, poderia abastecer um *vicus* existente já fora da nossa área de estudo, uma vez que a via facilitaria o escoamento da produção; é possível que esse *vicus* estivesse situado na área de Sátão (Alarcão, 1996, p. 27). Os *vici* seriam centros onde as *villae* podiam adquirir manufacturas importadas, como as *sigillatas* que se encontram nos sítios assim classificados.

Poderia fazer parte desta unidade de exploração a represa de Poça da Moura (Inv.º n.º 054, Est. XX, 2-3). Esta permitiria a rega de todos os terrenos que se espraiam em socacos pela encosta; aqui ainda hoje se cultiva a vinha e há pequenas hortas. A maioria dos terrenos estão ocupados com lameiros, que aproveitam a abundância de água, e existem dez moinhos que, consta, estariam todos em laboração coetaneamente, pois a represa ainda hoje cumpre o seu papel. Para além da cuidadosa construção desta represa, outros factores nos levam a considerar a possibilidade desta remontar à época romana:

- a) Não é obra de época moderna ou contemporânea.
- b) Durante a Idade Média não se conhecem obras desta envergadura em locais não urbanos ou não inseridos nos programas de grandes explorações característicos no mundo de al-Andalus. A área geográfica que estudamos poderá ter tido influências dessa esfera cultural, mas não temos qualquer evidência material, ou escrita que nos aponte nesse sentido.
- c) O período medieval era pródigo em aproveitamentos hidráulicos complexos, mas sobretudo à base de engenhosas estruturas que não necessitavam de grande investimento¹⁷⁵.
- d) Ao contrário, a Poça da Moura foi cuidadosamente construída com grandes silhares.

Podemos descrever esta represa sumariamente. Possui o característico orifício para evacuar os excedentes ou regular o caudal de desagamento. A sua face é rectilínea relativamente

ao curso de água, mas apresenta escalonamento para melhor sustentar as águas. A jusante não pudemos observar a parede com muito pormenor devido à inacessibilidade do local, apenas sabemos que se tirou partido do afloramento natural — apoia-se sobretudo num grande penedo arredondado —, para fortalecer a represa; as pedras aparelhadas são de menores dimensões do que as empregues na face a montante; desta perspectiva, a estrutura parece estar seriamente afectada, enquanto que no lado oposto se julgaria muito sólida. Pensamos que, com estas características, a represa poderia estar incluída num programa de exploração intensiva de um território. A “*villa*” seria um contexto possível para a inclusão de uma obra de tanto investimento, mas só novos dados poderão permitir a confirmação desta hipótese.

Só detectamos dois sítios classificáveis como “*villa*” no nosso território de estudo; para além da já referida, temos ainda outra hipótese — a Missa (Inv.º n.º 004) —, na área ocidental do Alto Paiva. Os vestígios foram encontrados numa encosta aberta, mas abrigada, precisamente na área menos declivosa, onde hoje se desenvolve a povoação da Portela. A água é muito abundante e irriga todos os socalcos, cuidadosamente construídos com lousas de xisto. Os vestígios arquitectónicos denotam uma construção cuidada e segundo os padrões romanos, os seus habitantes usufruiriam de bens importados, como é visível através do achado de fragmentos de *sigillata*. Identificámos, a cerca de cento e vinte metros de distância, uma outra estação: Parceiros (Inv.º n.º 005), que deverá ser uma dependência da mesma “*villa*”. Aqui não se encontraram fragmentos cerâmicos para além dos de cerâmica de cobertura, mas existem grandes pedras graníticas aparelhadas. O muro que detectamos — num corte feito para abertura de um caminho —, possui um aparelho em xisto; é possível que apenas nos cunhais se aplicassem pedras de maiores dimensões, eventualmente as graníticas que já mencionamos. Apenas com estes dados não podemos atribuir funções específicas a estes edifícios.

Como a zona é propícia à agricultura, quer pela abundância de água quer pelo clima favorável — conseguido pela sua posição orográfica e exposição solar —, supomos que esta unidade rural exploraria sobretudo os recursos agrícolas. A proximidade do possível *vicus* sediado em Lamas sugere que esta “*villa*” poderia escoar parte da sua produção no seu mercado, adquirir bens importados, bem como recrutar aí força de trabalho sazonal¹⁷⁶.

Não é descabido que pudesse desempenhar um papel também ao nível do apoio ao viandante que seguisse a estrada que liga a Castro Daire, uma vez que o topónimo, Portela, indica um local de passagem. Este poderia ser importante devido a situar-se perto de um dos locais em que a travessia do rio Paiva é mais fácil, pois este corre mais calmo e o leito é mais estreito.

Todos os sítios estudados parecem ter dado preferência a localizações próximas de cursos de água. É também natural que parte deles tenham sido atraídos pela existência de vias de comunicação, embora esta questão seja difícil de matizar, uma vez que não sabemos se foram as estradas que atraíram o povoamento, ou este a justificar a passagem de um traçado viário. Um caso focado supra que ilustra bem esta possível associação — entre uma via e o povoamento —, é o das estações de Veiga, Castelo e Outeiro de Cima, em Ferreira de Aves.

Cumpre-nos, ainda, anotar que a prospecção foi infrutífera no tocante a necrópoles romanas. Apenas possuímos indicação do achado de uma estela funerária em Vila Boa (Mões, Castro Daire), infelizmente há muito desaparecida¹⁷⁷.

As mudanças no mundo rural terão tido várias facetas. Edmondson (1994, p. 15) sintetiza a alteração desta paisagem — trazida pelos romanos —, em três grandes frentes: a) *in the pattern of rural settlement*; b) *in the nature of land use and agrarian exploitation*; c) *in the ways in which the inhabitants of Lusitania perceived and thought about their world*.

A primeira das facetas apontadas por Edmondson verifica-se na maior diversidade de tipos de assentamento, relativamente ao período cronológico anterior: “*villae*”, “quintas” e “casais” matizam um povoamento disperso, convivendo com o povoamento aglomerado em

“aldeias” e *vici*. As primeiras, presentes na área de estudo, seriam as herdeiras de uma malha rural de carácter concentrado que poderá ter caracterizado os derradeiros séculos da Proto-história. Os últimos seriam uma nova solução, fruto da reorganização orquestrada pelos romanos.

Pensamos que a segunda faceta também terá tido algum impacto na área que estudamos, mas de forma restrita. Poder-se-á espelhar nos dois locais identificados como “*villae*”, estas representando um novo tipo de exploração agro-pecuária. Quanto aos outros sítios identificados, os dados obtidos em prospecção não nos permitem conhecer com precisão o tipo de exploração que faziam do ecossistema. Podemos aventar que terá existido alguma evolução nas técnicas e que alguns assentamentos, como as “quintas”, tenham desenvolvido vocação para abastecimento de mercados locais. Contudo, a lógica da auto-subsistência parece ter prevalecido no Alto Paiva durante a época romana, talvez porque esta região se situa longe dos centros urbanos e, por conseguinte, também se encontra afastada das pressões para pagamento de tributos. A exigência das populações, relativamente ao meio, não terá sido, assim, substancial, continuando estas ligadas a ritmos agro-pastoris ancestrais¹⁷⁸.

Quanto à última das facetas identificadas por Edmondson, pensamos que está patente na própria institucionalização de fronteiras, como o comprova a inscrição do Cavalinho (Inv.º n.º 067). Igualmente as vias, mesmo não sendo principais, terão permitido o funcionamento de trocas a longa distância, como o corroboram os fragmentos de *sigillata* encontrados em algumas das estações¹⁷⁹. As estradas terão adulterado significativamente a percepção do espaço e tempo, pois vieram permitir a ligação entre diferentes localidades, de distinta hierarquia, tendo diminuído as distâncias de marcha entre elas. Em suma, a romanização terá introduzido um grau de complexidade alheio às comunidades indígenas, integrando-as numa sociedade — num universo —, muito diferente: o império romano.

3.5.3. Alta Idade Média

As fontes que estão disponíveis para o estudo da Alta Idade Média, no alto Paiva, não são homogêneas ao longo do tempo. São muito exíguas para o período entre os séculos V e VIII: as escritas não existem, as toponímicas são duvidosas e as arqueológicas, provenientes de prospecções, são ínfimas¹⁸⁰. Para o período entre os séculos VIII e XII temos fontes arqueológicas, também provenientes de prospecções, mas que não permitem uma cronologia fina e são sobretudo de cariz funerário. Surgem alguns documentos escritos, mas somente a partir de finais do século X e, mesmo assim, são escassíssimos¹⁸¹. Em termos de toponímia temos alguns dados, mas estes têm os limites inerentes à sua natureza. Podemos, portanto, dizer que os problemas que já foram focados para os períodos anteriores se intensificaram. Apesar destas limitações, vamos tentar desenhar o quadro possível do povoamento durante a Idade Média.

3.5.3.1. Do século V ao século VIII

Os prenúncios de instabilidade do Império iniciaram-se no século III¹⁸². A partir dessa centúria e durante a seguinte, alastraram até à Península Ibérica as preocupações com a defesa de cidades e outros núcleos de povoamento. É nos inícios do século V que os temores da população se vão confirmar.

As invasões “bárbaras” vão inaugurar um novo ciclo de instabilidade. Alanos, Vândalos e Suevos irrompem na Península em 409, depois de assolarem a Gália durante três anos. Seguindo as vias de circulação, cedo chegaram à região galaico-lusitana¹⁸³.

As descrições catastróficas coevas (de Idácio e de Olimpiodoro) têm vindo a ser, cada vez mais, entendidas como testemunhos inspirados no fim do mundo bíblico, motivados pelo sentimento de romanidade dos autores¹⁸⁴; portanto, só até certo ponto estes relatos reflectem a realidade. A chegada dos Suevos não terá, portanto, provocado uma interrupção catastrófica na vida dos hispano-romanos, não se verificando qualquer ruptura, nem no registo arqueológico, nem na organização social de então. Houve certamente novos problemas e situações mais gravosas, mas não haverá motivos para se falar em catástrofe (Almeida, C.A.F., 1993a, p. 198).

Em 411, os povos bárbaros que haviam invadido a Península Ibérica vão dividir entre si o território. Aparentemente esta repartição faz-se por sorteio, cabendo aos Suevos as áreas mais ocidentais, abrangendo *grosso modo* as actuais áreas do norte de Portugal e da Galiza¹⁸⁵ (Díaz Martínez, 1993, p. 210). Nos anos seguintes, sobretudo entre 430 e 456, este povo germânico vai consolidar a sua posição relativamente aos outros bárbaros¹⁸⁶, parecendo que o Império tolera a sua presença¹⁸⁷. O enfraquecimento das autoridades romanas vai deixar espaço para que os Suevos se expandam para sul e sudeste, substituindo-se lentamente ao antigo poder. Nessas regiões, mas sobretudo na Galécia, o estado romano vai dar lugar ao reino suevo (Díaz Martínez, 1993, p. 212-213).

A capital do novo 'estado' seria estabelecida, ainda que não permanentemente, em Braga. O eixo Tui-Braga-Porto era, parece, o mais importante, pois foi também nesse território que a monarquia conseguiu implantar-se em termos administrativos e de ordenação territorial¹⁸⁸.

A incapacidade dos germanos para substituir as estruturas administrativas romanas levou à sobrevivência do antigo quadro de ordenamento provincial romano. Não possuindo uma organização própria, a emulação vai ser — para os bárbaros —, a chave para governar¹⁸⁹. Procuram atingir as antigas fronteiras administrativas e ocupar as suas capitais de província¹⁹⁰; cunham moeda, não tanto pelo seu valor económico, como pelo seu simbolismo de poder¹⁹¹. Estas manifestações, contudo, não significam um domínio efectivo sobre o território. A organização provincial sobreviverá através do ordenamento eclesiástico e não da estrutura política¹⁹².

A adesão da aristocracia autóctone ao poder suévico consumou-se com a conversão do monarca e do seu povo ao catolicismo (Díaz Martínez, 1993, p. 216-217), sendo esta mudança prova da permeabilidade dos Suevos à cultura latina. O fortalecimento do poder dos bárbaros fixados na Galécia leva-os a procurar expandir o seu território para sul. As incursões na Lusitânia e Bética e o desrespeito pelos acordos estabelecidos, autorizam os hispano-romanos a apelar para a intervenção dos seus aliados, os Visigodos. Teodorico chefia as suas tropas contra os Suevos, saqueando e destruindo Braga, bem como as mais importantes cidades sob domínio desse povo. Depois de um estado de guerra civil — causado pela imposição de um rei pelos Visigodos —, dá-se uma breve aliança suevo-visigótica. Esta teve um impacto interessante ao nível religioso, uma vez que a pregação do bispo Ajax resultou em conversão ao arianismo por parte da população sueva (Mattoso, 1992a, p. 309-310). Os Visigodos dissolvem igualmente a sua aliança com Roma, deixando de se preocupar com os problemas dos hispano-romanos do sul da península.

Com o desaparecimento nominal do Império romano do Ocidente em 476, não se verificam alterações de monta, pois o processo de atomização da organização provincial romana já estava em franco progresso. Este facto apenas impelirá, de forma progressiva, os hispano-romanos a tomarem partido pelos Suevos ou Visigodos, procurando desta forma garantir a manutenção do seu modo de vida.

A partir de 469, deixamos de ter o valioso relato da Crónica de Idácio. Admite-se entre os investigadores que o período que se segue — entre 469 e 550 — terá sido de estabilização

dos territórios ocupados pelos Suevos na Galécia e Lusitânia Setentrional e pelos Visigodos na Bética e Lusitânia meridional¹⁹³. A Galécia é palco da fabulosa actuação de Martinho de Dume e os Suevos parecem ter esquecido a sua vocação guerreira¹⁹⁴.

A partir de 567, os Visigodos vão construir a sua supremacia sobre a Hispânia; Liúva e Leovigildo vão ser os protagonistas nesta recuperação de forças. A subida de tom do diferendo entre católicos e arianos serve de pretexto a Leovigildo para conquistar e anexar o reino dos Suevos em 584. Cinco anos mais tarde, Recaredo converte-se ao catolicismo, não resistindo muito a facção ariana, que cedo capitula (Mattoso, 1992a, p. 314-316).

Apesar da aparência, não existe unidade dentro do reino. As sucessões entre monarcas são sistematicamente marcadas pela instabilidade, cada uma das múltiplas facções procurando impor os seus candidatos ao trono. A regionalização dos poderes acentua-se; a decadência da administração e fiscalidade atrofiam os centros citadinos; a antiga rede comercial e de produção desmembra-se; a população encontra-se drasticamente reduzida por repetidas fomes e pestes¹⁹⁵. Este é o quadro que se revelará às forças islâmicas nos inícios do século VIII (Mattoso, 1992a, p. 320-321).

Para além da permanência da divisão provincial, também se verifica uma relativa constância na rede de *civitates*, centros da autoridade dos germânicos, estando os quadros eclesiásticos e civis entrelaçados; ou seja, a manutenção destas cidades ficou a dever-se à frequência com que estas se tornaram sedes de episcopados¹⁹⁶. As urbes desempenhariam um simples papel como centro administrativo civil ou eclesiástico, tendo os órgãos judiciais e fiscais, aí sediados, vindo progressivamente a perder a sua capacidade executiva e de controlo¹⁹⁷ (Mattoso, 1992a, p. 328). A actividade económica centra-se no mundo rural, tal como já se vinha esboçando desde o século III. Assim, a alteração que se deu ao nível das cidades terá sido sobretudo fruto da sua própria evolução¹⁹⁸.

Das cidades que rodeiam a nossa área de estudo, Viseu e Lamego terão sido centros civis e eclesiásticos sob o domínio suevo e visigótico¹⁹⁹. O crescente protagonismo desta última cidade está bem patente na actividade de amoedação, sendo conhecidas cunhagens de três monarcas em *Lamecum* e apenas de um rei em *Viseum*²⁰⁰.

Se, como vimos, já durante a época romana o Alto Paiva parece estar numa área periférica — nomeadamente no que diria respeito à fiscalidade —, essa centrifugidade vai agora acentuar-se, uma vez que os centros urbanos terão desempenhado cada vez menos um papel de controlo sobre o seu *hinterland*.

Em termos sociais, também não se terão verificado grandes alterações. Se, de uma forma generalizada, as elites civis e eclesiásticas estão apenas interessadas em perpetuar a sua situação de domínio no sistema, os bárbaros são compelidos a respeitar a posição dessas elites para controlarem o território, pois — como já tivemos oportunidade de referir — os seus efectivos são diminutos e só lhes restava procurar imitar o poder anteriormente vigente. Assim, dá-se progressivamente uma aproximação de interesses entre bárbaros e a elite hispano-romana (Díaz Martínez, 1993, p. 217-218)²⁰¹.

Tais circunstâncias favoreceram a manutenção do *status quo* prévio à chegada dos invasores, não se podendo falar de uma continuidade imóvel, mas sim de uma evolução dentro dos parâmetros tendenciais que se vinham manifestando desde os séculos precedentes. Vejamos o que se terá passado na área em estudo.

A reocupação de povoados fortificados de origem proto-histórica é, então, um fenómeno generalizado. No encaço do pensamento de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1993a, p. 192), supomos que esta movimentação das gentes apenas se intensificou com a chegada do perigo invasor, mas que era uma das tendências que já se vinha desenhando anteriormente. Este processo de reocupação de estruturas anteriores não teria provocado o

abandono de outros tipos de *habitat*, poderia ser o reflexo de uma agitação que vinha em crescendo desde o século III e que já havia criado em algumas cidades a necessidade de construir muralhas. A retoma de antigos povoados fortificados seria, nesse contexto, a solução do mundo rural, paralela à encontrada nos ambientes urbanos com o levantamento de cercas defensivas²⁰².

Os contextos rurais vão ser desta forma palco de uma sobreposição das estruturas organizativas romanas com as pré-romanas, evoluindo para novas fórmulas. Estas últimas vão emergir sobretudo nas áreas menos romanizadas, fruto de um afrouxamento do poder coercivo do estado romano e iniciando o seu florescimento quando este definitivamente desaparece.

Também no Alto Paiva terão sido reutilizados antigos povoados fortificados: o Castelo de Ariz (Inv.º n.º 019), o Muro (Inv.º n.º 030) e o Castro de Vila Cova-à-Coelheira (Inv.º n.º 094). O Muro parece ser um caso de continuidade; os dados que possuímos parecem indicá-lo, mas só escavações arqueológicas permitirão confirmar ou infirmar esta hipótese. Houve, no entanto, deslocação do *habitat*. Durante a Proto-história seria ocupado o interior do recinto fortificado; já durante a época romana, o povoamento, sob a forma de “aldeia”, ter-se-á concentrado no exterior (Quelhas, Inv.º n.º 031). No período alto-medieval, a cerca defensiva terá sido reutilizada, mas a população só para aí retiraria em caso de perigo, continuando a habitar o povoado aglomerado na zona do sopé da fortificação. É muito provável que durante essa época se tenham verificado alguns trabalhos de consolidação no talude defensivo²⁰³.

O Castelo de Ariz, possivelmente terá sido ocupado com o mesmo intuito defensivo, mas não existem muitos vestígios de presença humana neste período²⁰⁴. É natural que a ele tenham recorrido os habitantes da zona do vale do Paiva, que talvez tivessem continuando a viver em assentamentos dispersos, aglutinando-se em momentos de perigo.

A tendência para o *habitat* agrupado terá surgido paralelamente à reocupação de antigos povoados fortificados²⁰⁵. Dentro desta nova lógica se poderá incluir o Castro de Vila Cova-à-Coelheira. Este terá atraído um núcleo populacional importante, sendo possível que, por esta altura, se tenham abandonado algumas das “quintas” que existiam nas proximidades, em prol deste novo aglomerado. O recinto fortificado é diminuto, como já tivemos oportunidade de referir quando abordamos o povoamento pré-histórico da região. O núcleo habitacional medieval desenvolve-se em volta da muralha pétreia, tendo possivelmente os habitantes aproveitado as características de invisibilidade que lhes eram oferecidas pelas características topográficas do local. A pastorícia deverá ter sido a principal actividade desenvolvida, embora também pudessem explorar os recursos piscícolas do rio e os potenciais cinegéticos da zona. A inexistência de vestígios do uso de cerâmica de cobertura deverá indicar a utilização de materiais perecíveis na cobertura das casas; os muros seriam erguidos em pedra seca irregular²⁰⁶.

O local poderá ser, assim, classificado como “aldeia”. É provável que este tipo de assentamento reflecta uma sociedade interligada por laços de solidariedade, constituída por vários núcleos conjugais. Aqui, as vinculações gentilícias — que se poderão ter mantido nos aglomerados populacionais herdeiros dos povoados fortificados proto-históricos, como o Muro —, já não teriam lugar.

Não estamos em presença dos dados que nos permitiriam saber se o povoamento disperso, detectado para o período anterior no Alto Paiva, se mantém sem alterações significativas, ou se, pelo contrário, é abandonado em prol de assentamentos de perfil concentrado, como os referidos acima. A uma base económica primordial de exploração silvo-pastoril poderia corresponder tanto o povoamento disperso quanto o aglomerado²⁰⁷.

O que nos impossibilita conhecer a realidade desta época são os poucos dados acerca da cultura material. Os “bárbaros” propriamente ditos não terão sido veículo para a introdução de novidades neste âmbito, sendo natural que tenham assimilado aquilo que se lhes apresentou à sua chegada (Díaz Martínez, 1993, p. 214)²⁰⁸. No tocante à cerâmica, indicador por excelência nas prospecções de superfície, é apenas possível sentir uma tendência geral para o empobrecimento, mas sem ruptura com o mundo romano²⁰⁹.

Uma concheira em ouro (Inv.º n.º 101), de manufatura hipoteticamente visigótica (Cortez 1945, p. 124-125), foi encontrada em local ignoto, nos arredores de Vila Nova de Paiva. Não é possível comprovar a sua associação com a necrópole dos Carvalhais (Inv.º n.º 104), embora a hipótese (Sousa, 1997) seja aliciante. Apesar de ser uma peça interessante, não nos dá muita informação devido ao desconhecimento do seu contexto.

Os exíguos dados que possuímos poderão estar associados a uma debilidade demográfica considerada característica deste período. Este estado da população é fruto da conjugação de vários factores: uma população campesina empobrecida; o clima de agitação política; fomes catastróficas e cíclicas; um número considerável de processos epidémicos (Pastor Díaz de Garayo, 1996, p. 42-43). Assim, permitimo-nos supor que existiria uma escassa pressão sobre o território, manifesta na diminuta informação que se obtém para a época.

Nesta área rural, os aglomerados populacionais deverão ter continuado a albergar uma população livre, mas também alguma dependente. A propriedade individual dos homens livres intercalar-se-ia com a dos grandes possesores, numa lógica que culminará na posseção feudal. Não existem quaisquer elementos que nos permitam rastrear a existência de comunidades de aldeia²¹⁰, em que os povoados conservariam o controlo e uso colectivo de montes, bosques e água.

Quanto ao processo de concentração fundiária²¹¹, que desde os séculos anteriores se vem desenrolando, não existem até à data elementos que nos permitam reconstituir a sua presença no Alto Paiva. É possível que na área de Ferreira de Aves, onde havíamos detectado uma “*villa*” (Vinha da Moita, Inv.º n.º 050), se tenha de alguma forma desenvolvido um quadro de domínio alargado, eventualmente centrado nessa exploração pré existente²¹². Partindo do princípio que tal ocorreu, podemos supor que mesmo nessa época tenha existido uma preocupação de defesa do território, eventualmente remontando a esse período o recurso a um recinto sumariamente fortificado que o nome do local, Castelo, recorda. Contudo, apenas um inquérito arqueológico mais aprofundado, com recurso a escavações, nos permitiria matizar esta questão.

É natural que se tenham construído novos locais de culto para assistir às necessidades da população, como nos sugere o *Parochiale* (Almeida, 1993a, p. 195). Possivelmente alguns dos oragos do santoral hispânico detectados no território em estudo remontam a esta época. As capelas dedicadas a S. Martinho de Tours poderão ter surgido durante a época sueva. A conversão de Requiário ao catolicismo está intimamente ligada às relíquias deste santo, portanto é muito provável que, no Alto Paiva — nessa altura e um pouco como em todo o Noroeste —, se tenham fundado santuários a ele dedicados²¹³.

Na nossa zona de estudo, ocorre cinco vezes o topónimo S. Martinho (Fig. 6). O caso mais interessante é sem dúvida o de São Martinho de Almoneixe (Inv.º n.º 083). Aqui, associados a uma capela recentemente restaurada, encontram-se dez sarcófagos monolíticos; perto do actual santuário, são visíveis uns alicerces que poderão ter pertencido ao antigo local de culto. A pouco mais de duzentos e cinquenta metros para noroeste (Fig. 11), identificaram-se vestígios de “*habitat*”, no local apelidado de Almoneixe (Inv.º n.º 084, Est. XXVIII, 1-3), sítio onde também encontramos um sarcófago inacabado. Posto isto, parece lógico que existiria uma associação directa entre estes dois sítios que partilham o nome. Embora os sarcófagos

devam pertencer a um momento mais tardio da Alta Idade Média — inclusivamente como manifestação de um novo tipo de religiosidade e ritual funerário, que abordaremos mais à frente — não será de rejeitar a hipótese da maior vetustez do templo, inclusivamente podendo recuar até à época sueva²¹⁴.

Não longe de vestígios arqueológicos de um “*habitat*” (Inv.º n.º 085), temos a capela de S. Martinho da Cerdeira. A sua antiguidade não se revela no edifício actual; no entanto, M. Costa não hesita em atribuir-lhe fundação da época suevo-visigótica (Costa, 1985, p. 424)²¹⁵. Na esteira deste autor, podemos colocar a hipótese de uma fundação desse período.

Uma aldeia tomou o nome do santo de Tours, tendo-se organizado em volta do templo a ele dedicado. Nos seus arredores, foram encontradas duas sepulturas isoladas, uma das quais surge no local onde se identificou uma “quinta” de época romana (Portela, Inv.º n.º 035; Um Santo, Inv.º n.º 036). É possível que a actual pequena aglomeração tenha as suas raízes na Alta Idade Média, podendo ter sido aí edificado um santuário a S. Martinho durante o domínio dos Suevos ou dos Visigodos.

Em Farejinhãs existe também um pequeno templo dedicado a S. Martinho. É perto desta povoação que existe o sítio de Covas (Inv.º n.º 003) que poderá ser o resultado da exploração de estanho desde a época romana. É possível que esta localidade seja a herdeira de um povoamento ligado à exploração de minério, que poderia remontar à época romana. O hagiotópónimo talvez indique que existiu aí um assentamento humano na Alta Idade Média, eventualmente em continuidade desde a ocupação latina.

Registámos um outro S. Martinho perto de Vila Boa. Este hagiotópónimo encontra-se numa zona actualmente erma, ocupada por um extenso pinhal. Não desdenhamos a hipótese

de ter sobrevivido a lembrança de um antigo local de culto, eventualmente ligado a uma povoação. Existe um lagar escavado na rocha a pouco menos de quinhentos metros, o Lagarinho (Inv.º n.º 010, Est. III, 3). Apresenta uma morfologia completamente diversa das outras lagaretas conhecidas no Alto Paiva e não encontramos paralelo para ela; não possui *lacus* nem *calcatatorium*, a menos que o primeiro possa estar representado na pia estreita e comprida que acaba numa bica. Tanto o local de S. Martinho, como a lagareta, estão rodeados de um pinhal que favorece a proliferação de tojos e fetos, impossibilitando a observação do solo, mas é provável que futuras investigações venham a revelar outros indícios.

Como vimos, alguns dos santuários consagrados a S. Martinho poderão ser equacionados com antigos locais de *habitat* de época romana. Desconhecemos até que ponto poderemos estar perante uma situação de continuidade, ou apenas de reocupação de determinado local. Também a associação do próprio hagiotopónimo a povoamento de época sueva ou visigótica fica em suspenso, aguardando que novas investigações se debrucem sobre o assunto.

Outros oragos podem ser pistas para detectar a existência de povoamento coetâneo das monarquias bárbaras. Vejamos os que se podem encontrar no Alto Paiva.

Santo André, mencionado no santoral tradicional hispânico, com festa a trinta de Novembro (David, 1947, p. 200, 229), ocorre três vezes no Alto Paiva (Fig. 6). Já nos referimos a estes templos quando abordamos os traçados viários, devido à assistência aos leprosos que habitualmente era dispensada nesses locais. A tradição da caridade cristã prestada a estes doentes — que erravam pelos caminhos — poderá remontar à época suevo-visigótica. Um local que poderá ter sido habitado durante esse período e que se situa junto de um eventual traçado viário antigo, toma o nome deste santo (Santo André, Inv.º n.º 026).

Santa Comba, mártir da Gália, adoptada como santa local pelas igrejas da península (David, 1947, p. 216), regista-se na povoação de Vila Chã. Mas, apesar dos topónimos interessantes, não se identificaram vestígios arqueológicos.

São Romão de Antioquia (David, 1947, p. 231) aparece-nos associado a uma estação arqueológica (Inv.º n.º 077). Neste local identificou-se uma “quinta” de época romana e uma necrópole rupestre; foram também recolhidos alguns fragmentos de cerâmica que poderão estar relacionados com um *habitat* alto medieval. Só a escavação arqueológica do local nos poderá esclarecer se existiu continuidade ou se estamos em presença de uma reocupação.

S. Tiago também atinge uma representação interessante no nosso território de estudo, provavelmente ligado ao povoamento Alto Medieval. Com a difusão do culto de Compostela, assiste-se à multiplicação dos templos dedicados a este apóstolo, embora anteriormente também existissem santuários consagrados ao seu culto (David, 1947, p. 228-229). É possível que nalguns casos remonte à época suevo-visigótica, mas são necessárias mais provas para fazer tal atribuição. Devido à natural associação deste orago à rede viária medieval, já foram apontados os locais onde se encontra este hagiotopónimo quando tratámos a questão dos traçados viários (Fig. 6).

S. Lourenço, um mártir romano/italiano (David, 1947, p. 213, 233), tinha um templo a si consagrado no monte que lhe tomou o nome (Inv.º n.º 012). É possível que o local fortificado proto-histórico tenha sido reocupado a partir do século III, como vimos que era comum na época. Não sabemos se a palavra reocupação se pode aplicar, pois não temos dados suficientes para supor o seu abandono como sítio de *habitat* em época romana. O local terá sido então explorado pelos filões metálicos em que era pródigo, mas nada sabemos acerca de continuidade de povoamento. É, pois, possível que tenha ali existido uma pequena comunidade na Alta Idade Média, que terá erguido um santuário dedicado a este mártir. Esperemos que a destruição de que foi alvo o sítio arqueológico não impeça que, no futuro, se venha a confirmar ou infirmar esta hipótese.

O pensamento cristão estabeleceu bem cedo uma assimilação simbólica entre a Mãe de Deus e os homens por um lado, e por outro a *ecclesia mater*, virgem e mãe também; desde o século V que o grande templo mariano de Éfeso se chamava santa Theotokos. Tal é a razão principal pela qual tantas igrejas catedrais e paroquiais, quando passaram a ser dedicadas a um santo, tomaram o vocábulo de Santa Maria (David, 1947, p. 227). Encontramos duas igrejas com este orago no Alto Paiva, uma delas em Pendilhe²¹⁶. Apesar de não conhecermos vestígios que permitam recuar a antiguidade desta povoação ao período de dominação suevo-visigótica, não rejeitamos a possibilidade de se tratar de um assentamento com raízes nessa época, se não em tempo mais recuado. Esperamos que novos achados possam trazer mais informação. A de Caria que *gozou de tanta importância na antiguidade que Fr. Joaquim de Sousa Viterbo não duvidou identificá-la com uma das seis matrizes suevo-visigóticas mencionadas à raiz de fundação de diocese* (Costa, 1985, p. 424). Os achados monetários e outros indícios arqueológicos (cfr. Fichas de Inv.º n.ºs 20 a 22) encontrados na área de Caria permitem supor que terá tido povoamento de época suevo-visigótica. Quanto a ser uma igreja matriz dessa época, talvez investigações futuras nos venham a elucidar acerca da questão, mas é mais provável que esse título tenha pertencido a uma igreja na zona de Vide²¹⁷.

Já acima²¹⁸ mencionamos a estreita relação existente entre o orago Santa Maria e S. João Baptista. Ora, vamos encontrar essa associação em Vila Cova-à-Coelheira, onde a matriz²¹⁹ é dedicada a esse santo e conhecemos uma referência a uma paróquia de *Sante Marie de Villa Cova ordinis Hospitalis* nas inquirições de D. Dinis (Costa, 1979, p. 307). Esta última poderia ser a antiga matriz, provavelmente sediada na “aldeia” do Castro de Vila Cova-à-Coelheira (Inv.º n.º 094). O hipotético abandono da “aldeia” junto ao castro, em proveito do lugar da actual povoação, talvez tenha produzido a separação dos dois oragos anteriormente unidos na sede de paróquia²²⁰. Acreditando nesta hipótese, a “aldeia” do Castro de Vila Cova-à-Coelheira teria albergado uma comunidade que se organizaria em sede de paróquia na época suevo-visigótica. Esperemos que novos dados possam vir a aclarar este caso.

Em suma, podemos dizer que Suevos e Visigodos apenas aceleraram o ritmo dos processos em marcha. As populações criaram mecanismos de defesa, agrupando-se junto a locais facilmente defensáveis. Não sabemos se — por esta razão —, terão abandonado o anterior povoamento disperso, embora tal quadro seja possível, mas não obrigatório. Em termos administrativo-eclésiásticos, o implemento da organização religiosa, com base em dioceses, colocará o Alto Paiva em posição de charneira entre as sedes episcopais de Lamego e Viseu.

Foi no período que mediou entre o século V e VIII, no seguimento do que se desenhava desde o século III, que surgiram os principais componentes de um complexo mundo novo. Dois destes já haviam iniciado a sua actuação desde o Baixo-império: a Igreja como poder sagrado autónomo e o carácter rural da economia dominante; ambos contribuindo fortemente para a desagregação do mundo antigo a partir do seu próprio interior. O terceiro componente, a origem guerreira do poder instituído, é uma novidade trazida pelos reinos bárbaros (Mattoso, 1992a, p. 339). Na fase que se segue, iremos ver de que forma terá evoluído este intrincado quadro.

3.5.3.2. Do século VIII ao século XII

A conjuntura que se vinha desenhando desde há algumas décadas havia debilitado o reinado visigótico. Em 711, no seguimento de uma das frequentes dissensões que abalavam o poder na altura da sucessão ao trono, um exército muçulmano entra na Península, a pedido de um dos grupos em luta. A rápida conquista terá sido em geral pacífica na zona ocidental. As praças-fortes sujeitavam-se ao poder dos invasores através de acordos entre as partes. O facto de o exército dirigido pelos muçulmanos incluir, para além dos árabes e berberes,

espanhóis cristãos que se juntaram a eles contra a facção de Rodrigo ou por oposição aos visigodos em geral, terá ajudado à conquista relâmpago, em apenas quatro anos²²¹.

O norte da península, em geral, não foi apetecido por uma população que buscava um modo de vida mediterrâneo, essencialmente vocacionada para o comércio e para a vida nas urbes. O Alto Paiva, uma zona periférica e sem riquezas, não terá atraído o interesse dos novos dominadores.

Na zona norte do actual território português, tal como noutras áreas, os conquistadores muçulmanos ter-se-ão limitado a obter a submissão das cidades. Estas terão assinado pactos de capitulação²²², evitando-se o uso da força. Esta forma de domínio terá favorecido a continuidade do quadro anterior. Assim, o mundo rural — da Beira Alta —, terá permanecido um pouco à margem dos acontecimentos e consequências que rodearam a ocupação islâmica.

Viseu constituía importante ponto estratégico para consolidar as conquistas da Galiza na campanha de 714. Avançando de Astorga para Sul, pelo traçado da antiga via romana que passava por Chaves²²³, ‘Abd al-‘Aziz tomara Viseu e a Beira Interior²²⁴, em manobra conjunta com as forças movimentadas por seu filho Mûsâ ibn Nusayr, a partir de Coimbra (Domingues, 1997, p. 61).

A região de Viseu poderá ter sido uma das que assinou pactos de capitulação com os muçulmanos, pelo menos Alafões talvez o tenha feito²²⁵. É possível, no entanto, que nos meados do século VIII o poder dos novos dominadores tenha enfraquecido no norte, na sequência de uma série de perturbações internas causadas pelas revoltas berberes²²⁶.

O momento de debilidade foi prontamente aproveitado pelos cristãos — liderados por Afonso I das Astúrias —, que vão fazer incursões na Galiza e no vale do Douro, devastando cidades como Porto, Braga, Chaves, Viseu e Anégia (Beirante, 1993, p. 257). O inimigo comum vai servir de elemento aglutinador entre os habitantes do norte que partilhavam a religião cristã. Contudo, os problemas que sucedem à morte de D. Afonso I não vão permitir que este avanço se consolide territorialmente (Beirante, 1993, p. 258). A partir de 756, os limites territoriais do domínio político islâmico situavam-se a sul de uma “linha” que passava a norte de Coimbra, Cória, Talavera, Toledo, Guadalajara, Tudela e Pamplona²²⁷.

É com Afonso III (866-911) que se dá uma nova fase de expansão — aproveitando os distúrbios em al-Andalus (Marques, A. H. O., 1993, p. 126-127) —, caracterizada por um esforço reorganizador do espaço e dos homens, utilizando-se a presúria²²⁸ como instrumento de ocupação das terras. Em 872 Chaves é tomada pelo irmão do monarca, cinco anos depois é Coimbra que se rende a Hermenegildo Guterres, Lamego e Viseu passam para as mãos dos cristãos (Beirante, 1993, p. 259).

Por esta altura, as antigas *civitates* de Viseu e Lamego irão desempenhar novamente um papel central na administração dos seus territórios, embora estes sejam reduzidos em comparação com os limites da antiguidade. Viseu recebe cativos das incursões em território muçulmano efectuadas por Ordonho II (914-923) (Beirante, 1993, p. 260). Pelo menos desde 928, Ramiro II estabelece-se nessa cidade a partir de onde governa a Beira. Dez anos depois — após a tomada da coroa de Leão por Ramiro —, a insegurança terá voltado à área, pois a urbe fica, mais uma vez, sem o seu bispo residencial; esta instabilidade terá sido consequência de novas ofensivas muçulmanas na região (Costa, 1977, p. 71). Mas estas não ficam sem resposta, Ramiro II aproveita o descontentamento dos islâmicos relativamente ao califa ‘Abd al-Rahmân III para organizar expedições no seu território (Beirante, 1993, p. 260).

Entre 938 e 981 — ao ritmo de diversas incursões —, Viseu terá passado mais do que uma vez para a mão dos exércitos islâmicos, tendo finalmente ficado sob tutela dos cristãos (Costa, 1977, p. 72). Estes encontravam-se em posse de todas as terras até ao Mondego até que Almansor os fez retroceder (Molina, 1981, p. 245-246).

As razias de al-Mansûr Ibn Abi ʿÂmir (987-1002) — o Almansor das fontes cristãs — vieram modificar a situação de relativa estabilidade que se sucedeu ao período anterior. No processo de luta contra os cristãos, empreendido pelo chefe militar islâmico, Lamego e Viseu aparecem como cidades importantes do ponto de vista estratégico para controlo da estrada que seguia para Chaves e que permitia penetrar na Galiza, via Lugo, e em Leão, via Astorga. Viseu terá servido de base para diversos ataques²²⁹, entre os quais se destaca o célebre ataque a Santiago de Compostela em 997, para o qual o chefe militar muçulmano terá tido o apoio de diversos magnates cristãos da região²³⁰, inimigos de Bermudo II (Costa, 1977, p. 73).

Até 981, não há menção alguma a bispos de Viseu, pelo que até essa data a cidade terá permanecido sob controlo islâmico (Molina, 1981, p. 245). Lamego terá constituído um importante centro administrativo que controlaria o território entre o Douro, o Távora e o Vouga, tendo à sua frente um Vali (Costa, 1977, p. 73-74)²³¹.

Com a morte do filho de Almansor, em 1008, inicia-se um período de guerra civil que acaba por atomizar o califado (Beirante, 1993, p. 263; Marques, A. H. O., 1993, p. 130-136). A criação dos reinos *taifa* vai proporcionar uma conjuntura favorável para os cristãos, uma vez que a rivalidade entre os vários governantes desses territórios leva alguns deles a aliarem-se aos cristãos para obterem protecção dos seus vizinhos (Beirante, 1993, p. 264).

É precisamente neste momento de fraqueza do Islão, em 1055, que Fernando I, o *Magno* (1037-1065), vai iniciar a conquista dos principais centros da Beira entre os quais se encontram Lamego e Viseu, que terão resistido e, portanto, terão sido dominados pelo uso da força (Mattoso, 1992a, p. 558). Após a conquista de Coimbra, em 1064, a fronteira do reino fixa-se no Mondego (Beirante, 1993, p. 264). Sisnando Davides é escolhido não só para governar Coimbra como todo o território a sul do Douro, que abrangeria Viseu e Lamego (Mattoso, 1992a, p. 560).

Neste processo em que o rei leonês continuava a política dos seus predecessores, mas de forma mais sistemática, participam os infanções e a pequena nobreza local. Os poderes até aí assumidos pelos condes são agora distribuídos pelos infanções que passam a governar as terras onde se haviam fixado, vendo o seu poder legitimado por Fernando I²³².

No contexto do Alto Paiva, a família de Garcia Rodrigues terá tido um papel destacado. Talvez tenha colaborado na conquista da área de Lamego, sendo por esses serviços recompensada com o couto de Leomil²³³. Os Ribadouro estariam presentes nesta área geográfica, quer directamente, quer através das suas ligações aos mosteiros instalados na área envolvente²³⁴.

Parece evidente a impotência das comunidades rurais do Alto Paiva perante a força dos Ribadouro e dos senhores do couto de Leomil²³⁵, os principais agentes senhorializadores da região. Colaborando com os monarcas leoneses, e depois com os reis de Portugal, obtiveram a legitimação das suas presúrias e a concessão de vastas imunidades. A estas acrescentariam a tenência das “terras” da região, exercida quase ininterruptamente pelos Ribadouro ao longo do século XII (Mattoso, 1981, p. 267). Daí a ausência de um processo municipalista vigoroso na zona²³⁶. Uma forma mais suave de senhorialização, possibilitando a perduração dos vínculos comunitários parece vislumbrar-se na área a norte da zona do nosso estudo, a exemplo do que sucede em Trás-os-Montes e no Vale do Tâmega, através da institucionalização de beatrias. Seguem este modelo institucional, assente num compromisso pactuado entre a autonomia concelhia e a submissão senhorial, os pequenos concelhos-aldeias de Britiande, Omezio, Várzea da Serra, Campo Benfeito (Mattoso, 1988, p. 276). Mas o tema da senhorialização do Alto Paiva e das resistências camponesas à pressão senhorial é questão praticamente virgem, a carecer de estudos mais específicos.

Com Afonso VI (1073-1109) vão entrar na Península vários cavaleiros e senhores franceses, nomeadamente de Borgonha, devido às ligações deste monarca com Cluny, para ajudar no combate contra os Almorávidas (Mattoso, 1992a, p. 561-562). A partir deste momento,

o ideal de cruzada dos cristãos e o espírito de guerra santa dos muçulmanos vão-se instalar na Península.

O século XII conhecerá a independência do reino de Portugal, encabeçado por Afonso Henriques.

Antes do final do mutismo das fontes escritas, no termo do século X, já estaria delineado o povoamento que é comprovado por esses registos. É possível que na área do Alto Paiva se tenha dado um processo semelhante àquele que ocorreu no vale do Douro situado nos limites da actual Espanha. A investigação sobre esta área geográfica teve muita atenção nos últimos decénios, em virtude do aceso debate sobre o ermamento e a Reconquista²³⁷. Desde os trabalhos de Barbero e Vigil que novos rumos vêm sendo desbravados, dando azo ao nascimento de uma historiografia muito fértil²³⁸, contrapondo-se à anterior visão de Alexandre Herculano e Sánchez Albornoz que defendia que o vale do Douro era um verdadeiro deserto até aos movimentos de “repovoamento” iniciados por Afonso III. A expansão cristã aparece agora como uma organização social em processo de feudalização que procura integrar, sob a fórmula da monarquia, as povoações e territórios do norte peninsular. Nessa expansão, entra em conflito tanto com a população preexistente como com a formação hegemónica peninsular: o al-Andalus (Gutiérrez González, 1996, p. 50).

Vamos procurar apresentar uma resenha da evolução do povoamento e apropriação do espaço do século VIII ao XII, tal como ela vem sendo reconstituída através do recurso a documentos escritos e, em menor escala, a vestígios arqueológicos.

A partir do século VIII, ter-se-á dado um aumento populacional que terá levado à exploração mais intensa do solo. Esta tendência poderá ter-se manifestado um pouco por todo o norte da península, levando os homens a exercer uma maior pressão sobre o ambiente (Pastor Díaz de Garayo, 1996, p. 76-104)²³⁹. A fraca densidade populacional do período suevo-visigótico vai começar a sofrer uma viragem no sentido inverso²⁴⁰. É provável que se tenham juntado às populações que se mantiveram no Alto Paiva, até ao século VIII, grupos vindos quer de áreas setentrionais, quer moçárabes do mundo islâmico meridional (Pérez de Urbel, 1971, p. 81; García de Cortázar, 1995, p. 19).

A reocupação do território dá-se sobre os padrões e moldes religiosos de época anterior²⁴¹. *A esta “terra nova” afluem imigrados da Galiza, das Astúrias, de Castela e até do Sul, como de Coimbra, que ocupam novas terras e se apartam das populações locais, pré-existentes, pelo seu nome de origem* (Almeida, 1978, p. 23). Será que os topónimos Galego e Picoto do Basco, registados no Alto Paiva, estão ligados a este fenómeno?

Os indivíduos ao deslocar-se para novas áreas, encontrariam um território onde as populações haviam ocupado o solo desde há gerações e gerações, no entanto ainda deveria existir muito espaço livre²⁴². Os novos habitantes poderão ter-se juntado a algumas das povoações existentes e/ou poderão ter iniciado a exploração de terras que naquele momento não estavam em uso. É claro que muitos dos arroteamentos terão sido necessários para sustentar a população preexistente, que estaria, hipoteticamente, em franco processo de crescimento.

Como já desde época suevo-visigótica se havia acentuado a marginalização do Alto Paiva, entre os séculos VIII e X não terão existido estruturas de enquadramento administrativo e fiscal da população dessa área²⁴³. Os indivíduos organizar-se-iam livremente, à medida das suas necessidades. A população distribuía-se pelo espaço em povoamento disperso (casais) ou aglomerado (aldeias), explorando as terras adjacentes, provavelmente dando mais atenção àquelas que estão mais próximas do casario.

Este período terá visto nascer uma certa hierarquização dentro das comunidades campesinas. A desigualdade de oportunidades (relativamente à apropriação da terra) levaria ao surgimento de alguns indivíduos mais abastados (Riu, 1995, p. 88-89; García de Cortázar,

1995, p. 24). Estes poderão ter começado a ter algum protagonismo já antes do século X, provavelmente guindando-se à posição de defensores de pequenos núcleos populacionais, embora só na documentação do século X e XI seja perceptível a diversificação do vocabulário indicativo de estatuto social (García de Cortázar, 1988, p. 32-33).

É natural que estas comunidades se organizassem em termos de culto, devendo possuir algumas igrejas paroquiais e outras que, não constituindo propriamente paróquias, garantiriam as necessidades da população cristianizada. Seria em volta de algumas destas igrejas que se situavam alguns dos cemitérios rupestres (o caso de S. Romão? Inv.º n.º 077).

Sensivelmente a partir do século X — ou talvez um pouco antes — o poder cristão instituído no norte da península começa a prestar atenção às áreas fronteiriças, uma vez que o Islão vai travar o crescimento proporcionado pela constante ampliação do território. A integração dos elementos dispersos e invertebrados será a solução encontrada (García de Cortázar, 1995, p. 23-24). Terá sido esta preocupação, com a sua carga institucional, que terá levado à inserção do Alto Paiva na malha administrativa do reino de Leão? Os homens que se haviam destacado no processo de hierarquização das comunidades locais, bem como os grandes magnates, instituições monásticas e dioceses, vão iniciar o processo de apropriação do território que até aí se manteria relativamente livre de obrigações.

No século X vamos assistir à estabilização do povoamento e população no momento em que os poderosos vão enquadrar administrativamente as suas possessões. O modelo imposto, que se caracteriza pela sobreposição de uma minoria sobre uma maioria populacional, será o sintoma de uma possível *mutação feudal*. Esta tem origem num duplo e simultâneo movimento: a progressiva manifestação do poder de alguns dentro da aldeia (o cavaleiro) e a sobreposição de poderes externos à comunidade aldeã (o infanção) (García de Cortázar, 1995, p. 26-27; Mattoso, 1992a, p. 547-549). Os representantes destes grupos privilegiados irão comprometer-se a defender as comunidades de aldeões, recebendo em troca uma parte da produção. A rapidez com que este processo se implanta por volta do ano mil poderá dever-se à actividade bélica de Almansor (García de Cortázar, 1995, p. 27).

A suposta pressão que vai ser exercida pelos poderosos sobre a massa campesina, para a criação de excedente, repercutir-se-á na intervenção destes sobre o território, obrigando o solo a produzir cada vez mais²⁴⁴. A difusão do aproveitamento da energia hidráulica e o recurso mais frequente a ferramentas em ferro, serão inovações que poderão vir em auxílio desta necessidade de produzir mais, quer para alimentar a população, quer para responder às demandas fiscais dos senhores (Mattoso, 1992a, p. 546)²⁴⁵. O Alto Paiva é abundante em cursos de água aproveitáveis sob o ponto de vista da energia hidráulica e é possível que em alguns locais, onde hoje se concentram ruínas de moinhos, já se explorasse esse recurso desde a Alta Idade Média.

O que ficou descrito acima poderia explicar o notável incremento do número de povoações, compreendendo-se o porquê da apertada malha de assentamento existente no século XI e XII, que nos é mostrada pela documentação escrita. Esta é produzida tanto pela coroa, como pelos senhores laicos ou eclesiásticos que aumentam os seus domínios à custa tanto das terras realengas, como dos terrenos pertencentes às comunidades organizadas em aldeias.

A reorganização do *habitat* fez-se no sentido da progressiva concentração da população em aldeias, como resultado de um duplo processo evolutivo²⁴⁶ que se baseia em duas grandes forças:

- Fragmentação. Repartição da exploração através da transmissão hereditária, doações e vendas. Estes dois últimos casos são consequência, sobretudo, de desequilíbrios económicos que estão também ligados ao processo simultâneo de unificação.

- Unificação. As diferenças do poder económico de nobres e pequenos proprietários acentuam-se mercê de uma série de vendas e doações que estes fazem àqueles, fruto da fragilidade económica e necessidade de protecção (Palláres Méndez e Portela Silva, 1975, p. 104-106).

O povoamento disperso rarifica-se em prol da aldeia²⁴⁷.

Padrão de assentamento

Pensamos que os dados arqueológicos que possuímos para o Alto Paiva contrariam a ideia do ermamento. O facto de os assentamentos só serem mencionados pela documentação escrita por volta do século XII, não quer dizer que já não existissem anteriormente²⁴⁸.

Necrópoles medievais

Equacionáveis com a ocupação do território durante a primeira fase da Reconquista²⁴⁹ existem alguns vestígios materiais, contrastando com a falta de dados escritos para essa época²⁵⁰. Os mais representados no Alto Paiva são os funerários, sobretudo na forma de sepulturas escavadas na rocha, embora os sarcófagos e as sepulturas estruturadas com lajes²⁵¹ também estejam presentes, sendo em parte coevos²⁵².

Trata-se, portanto, de elementos preciosos para o conhecimento do povoamento durante esse período, conquanto forneçam uma informação limitada pelo facto de se tratar de monumentos que não possuem qualquer contexto estratigráfico²⁵³.

Sepulturas rupestres

As sepulturas abertas na rocha só em meados dos anos setenta²⁵⁴ começaram a ser mais frequentemente atribuídas à Idade Média²⁵⁵. A sua cronologia mais fina continua, no entanto, a ser amplamente discutida. A problemática deve-se sobretudo à falta de dados associados a estes sepulcros, a esmagadora maioria das vezes trata-se de estruturas inteiramente esvaziadas do seu conteúdo e sem potência estratigráfica associada. Felizmente, nos últimos anos têm vindo a surgir alguns estudos de necrópoles medievais no nosso país, mas, devido às dificuldades já apontadas, ainda existem poucos dados relativamente a este tipo específico de inumação rupestre²⁵⁶.

Tipologia e cronologia

A representação das sepulturas escavadas na rocha no Alto Paiva é notória, quer em grupos formando pequenas necrópoles, quer isoladas. Foram directamente observadas 86 sepulturas, de um universo total de 87 introduzidas na base de dados²⁵⁷, registaram-se ainda 4 sepulcros actualmente desaparecidos, mas referidos por alguns autores²⁵⁸. Não se podem, infelizmente, quantificar os monumentos que foram sendo destruídos ao longo do tempo e que são mencionados de forma vaga por fontes escritas e orais²⁵⁹.

A classificação e a descrição de cada exemplar foram feitas com base na ficha proposta pelo Núcleo de Estudos das Sepulturas Escavadas na Rocha²⁶⁰. E cedo se verificou que morfológicamente apenas alguns tipos estavam presentes na zona em estudo, provavelmente evidenciando uma certa unidade do grupo.

É notório, numa avaliação do conjunto, o predomínio das formas não-antropomórficas sobre as restantes (ver Quadro I). Apenas 9 sepulturas apresentam antropomorfismo pleno: as duas sepulturas da Rebolada (Inv.º n.º 007, Ests. II, 3 e III, 1), o sepulcro n.º 3 do conjunto dos Penedos (Inv.º n.º 015, Est. V), o moimento de Pulo do Lobo (Inv.º n.º 017, Est. VI, 1), o n.º 2 do par da Laja Velha (Inv.º n.º 028, Est. X, 1), o exemplar n.º 4 do conjunto de oito de Casal dos Mouros (Inv.º n.º 034, Est. XIII, 1) que é o único que não apresenta cabeceira em

arco ultrapassado, mas sim rectangular, e por fim os n.ºs 8, 9 e 10 da necrópole dos Carvalhais (Inv.º n.º 104, Ests. XXXI, 4 e XXXII, 1-2). Verifica-se que apenas um destes sepulcros não se encontra inserido num conjunto.

Dentro das formas não antropomórficas destacam-se as ovaladas, que são representadas por 48 monumentos, seguindo-se as sub-rectangulares de que se contaram 13, temos ainda 6 rectangulares e 4 trapezoidais.

Foram registadas 7 sepulturas inacabadas, das quais 4 foram delineadas como ovaladas e 3 como sub-rectangulares. A sobrevivência deste tipo de exemplares é capital para o conhecimento das várias fases de elaboração do sepulcro. Para completar a escavação do monumento seriam necessários pelo menos dois dias e, devido ao tipo de trabalho, recorrer-se-ia a mão-de-obra especializada e a ferramentas de ferro²⁶¹. O primeiro passo consistia em delinear na superfície rochosa o contorno da sepultura com um leve picotado, de acordo com as dimensões do indivíduo a inumar (habitualmente tendo uma folga de 10/20 cm em relação a essas medidas), a configuração final ficaria definida a partir deste momento (Barroca, 1987, p. 121)²⁶²; de seguida, proceder-se-ia ao rebaixamento progressivo da área delimitada.

Dos exemplos que possuímos para o Alto Paiva, o que se encontra em fase mais incipiente é um dos ovalados, o n.º 3 da Quinta da Eira (Inv.º n.º 056, Est. XXI, 2), onde apenas a cabeceira e uma linha lateral começaram a ser afundadas, cerca de 10 cm, apesar do desbaste ser bastante regular, a linha está marcada por um sulco profundo com cerca de 6 cm de largura. Também ovalado é o sepulcro de Um Santo (Inv.º n.º 036, Est. XV, 1), neste tanto a zona da cabeceira como a dos pés se encontram regularmente desbastadas, tendo ficado a zona intermédia intocada. É interessante notar como houve bastante preocupação com a demarcação de uma moldura externa que foi bem delineada sobretudo na cabeceira, tendo sido aproveitada a morfologia do suporte lítico. Encontra-se fracturada ao nível da cabeceira, sendo provável que esta fissura tenha surgido no momento da sua elaboração, eventualmente provocando o seu abandono. Semelhante a este exemplo é o sepulcro inacabado do conjunto da Lameira (Inv.º n.º 061, Est. XXII, 8): apresenta igualmente um desbaste medianamente cuidado de cerca de 10 cm na cabeceira e pés, mantendo-se ainda alteada a sua zona média, no entanto neste caso com mais homogeneidade, uma vez que todo o contorno da sepultura é visível. Também neste estádio se encontra o monumento do Porto (Inv.º n.º 025, Est. VIII, 4).

Os 3 restantes sepulcros inacabados pertencem a um só núcleo de 5 sepulturas (Inv.º n.º 041, Ests. XV, 4 e XVI, 1)²⁶³, um é ovalado e os outros dois são sub-rectangulares, têm em comum a característica de ter a zona intermédia, entre a cabeceira e os pés, menos desbastada (embora mais do que nos casos anteriormente descritos) e um talhe despreocupado, sendo visível grande irregularidade na superfície (sobretudo nos exemplares n.ºs 4 e 5), particularmente observável na zona menos desbastada. Parece que a mesma técnica foi utilizada em todas elas, eventualmente terão sido talhadas pela mesma mão, ou por indivíduos diferentes que praticavam gestos idênticos. Esta afirmação baseia-se na grande similitude destes exemplares, apesar da metrologia e morfologia distintas. O artífice trabalharia certamente em primeiro lugar a área mais afastada de si, terminando mais perto do seu corpo. Assim se justificaria a posição da área que não foi desbastada, que seria aquela onde o indivíduo se apoiaria para chegar ao outro extremo. Mais uma vez se verifica o cuidado com a zona externa da sepultura num primeiro momento da sua execução. O exemplar n.º 5 apresenta um sulco recto (com 4/5 cm de profundidade/largura) que acompanha toda a cabeceira.

Podemos, através dos exemplos apresentados, pensar que se dá grande atenção ao monumento antes do início da escavação do interior do sepulcro (no fundo o que determina a sua função de arcaz). Como vimos, as sepulturas inacabadas demonstravam cuidados de acabamento na superfície externa.

A existência de uma tipologia não é condição que nos permita conhecer a linha evolutiva das sepulturas abertas na rocha, a dificuldade deve-se, como já foi focado, à grande imprecisão cronológica em que estão mergulhados estes monumentos pela sua falta de contexto estratigráfico. A proposta de Alberto del Castillo não parece sustentável, pelo menos da forma rígida como a apresentou. Há uma série de características observáveis em Espanha, nas províncias de Sória, Logronho e Burgos, que não encontram paralelo nem noutras regiões espanholas, nem no nosso território²⁶⁴. As diversidades regionais têm que ser estudadas e compreendidas, pois a generalização dos dados pode levar a interpretações erróneas da realidade.

No seu aprofundado estudo sobre as necrópoles e sepulturas medievais do Entre-Douro-e-Minho, Mário Jorge Barroca (1987, p. 140) sugere que, nessa região, a grande maioria dos sepulcros antropomórficos escavados na rocha se poderão atribuir a um momento áureo entre a segunda metade do século IX e os fins do século XI; enquanto que o período de evolução, até atingir o contorno axial perfeito²⁶⁵, se poderá balizar por volta do século VIII e primeira metade do século IX. Frisa, no entanto, que *atribuir todos os sepulcros a uma fase tão antiga será, por agora, difícil de comprovar*, uma vez que existem casos em que a moda dos sepulcros antropomórficos terá perdurado até aos séculos XIII e XIV.

Tendo presentes os dados recolhidos no Alto Paiva, referidos acima, não será descabido lançar a hipótese de que, nesta área, está bem representada a fase de evolução para o antropomorfismo pleno, uma vez que os exemplares que apresentam essas características consideradas mais tardias são muito poucos (9 sepulcros) em comparação com os restantes²⁶⁶, e entre eles podemos encontrar exemplos onde é visível alguma hesitação, como é o caso da sepultura n.º 2 da Rebolada (Vila Boa, Inv.º n.º 007, Est. III, 1) ou do sepulcro do Pulo do Lobo (Ariz, Inv.º n.º 017, Est. VI, 1). Também indicando no mesmo sentido foram registadas outras tantas sepulturas que apresentam antropomorfismo incipiente²⁶⁷, como é o caso da sepultura n.º 1 de Lameira (Lamosa, Inv.º n.º 061, Est. XXII, 6) ou da n.º 2 de Pousada das Campas (Alhais, Inv.º n.º 068, Est. XXV, 1), onde é visível a vontade de proporcionar um apoio para a cabeça do morto, sendo a cavidade interna provida de uma cabeceira e “almofada”²⁶⁸. Também no grupo das não-antropomórficas foi possível identificar uma adaptação ao nível dos pés, normalmente um rebaixamento para encaixe dos mesmos, de que é paradigmático o duplo encaixe apresentado pela sepultura n.º 1 de Lameira²⁶⁹, já referida como exemplo de tendência antropomórfica na cabeceira.

A predominância das sepulturas não-antropomórficas presente na zona em estudo também se verifica no Alto Minho (Barroca, 1987, p. 132); enquanto que o contrário se verifica no Douro Litoral e também na zona de Chaves²⁷⁰. O significado de tal distribuição não pode ser avaliado com segurança, uma vez que os inventários que permitiram chegar a estas conclusões não foram sistemáticos. Todavia, estes números podem ser tomados como um indicador. Mas exactamente de que fenómeno? No caso de se poder fazer corresponder uma data mais recuada às sepulturas não-antropomórficas, poderíamos supor que a região do Alto Paiva teria sido ocupada por indivíduos que se faziam sepultar em jazigos escavados nas rochas entre o século VIII e IX. Mas então o que poderá justificar a escassa representação das sepulturas antropomórficas, se é notória uma certa evolução no seu sentido? Será que os indivíduos que aqui se fixaram entre o século VIII e IX depois abandonaram a região? Não podemos olvidar que se pode ter tratado de uma questão de conservadorismo da área geográfica, porém assim haveria que explicar o facto de alguns sepulcros evidenciarem tendência para adaptação anatómica (que parece ser uma solução intermédia)²⁷¹. Há, contudo, inúmeras questões que permanecem obscuras, nomeadamente o porquê da existência de sepulturas de um e outro tipo lado a lado. A questão poderá não ser meramente cronológica, as diferenças poderiam ter motivação sócio-económica²⁷².

QUADRO I

N.º Inv.	Designação	Tipo							Contexto					Orientação	Implantação	Observações		
		Ovalada	Rectangular	Subrectang.	Trapezoidal	Arco ultrap.	Rectangular	Volta Perf.	Sim	Não	Pré-Romano	Romano	Medieval				Existente	Vestígios
007	Rebolada 01					X		X		X	X					NO-SE	Cabeço	
	Rebolada 02					X		X		X	X					NO-SE	Cabeço	
008	Aveleira	X						X						X	NNO-SSE	Meia encosta		
015	Penedos 01	X						X							O-E	Meia encosta		
	Penedos 02	X						X							N-S	Meia encosta		
	Penedos 03					X		X							NNO-SSE	Meia encosta		
017	Pulo do Lobo					X		X			X				S-N	Meia encosta		
022	Fonte do Ouro	X						X			X				SO-NE	Meia encosta		
025	Porto			X *				X			?			X	NNO-SSE	Meia encosta	* Inacabada.	
027	Lagar dos Mouros				X			X						X	NE-SO	Meia encosta		
028	Laja Velha 01	X						X						X	N-S	Meia encosta		
	Laja Velha 02					X		X						X	NE-SO	Meia encosta		
033	Covais 01	X *						X		X	X			X	NNO-SSE	Planalto	* C/ tendência antropomórfica.	
	Covais 02			X *				X		X	X			X	SSE-NNO	Planalto	* Antropomórfica ao nível dos pés.	
	Covais 03		X					X		X	X			X	N-S	Planalto		
	Covais 04	X						X		X	X			X	NNO-SSE	Planalto		
034	Casal dos Mouros 01		X					X						X	O-E	Outeiro		
	Casal dos Mouros 02	X						X						X	SSE-NNO	Outeiro		
	Casal dos Mouros 03			X *				X						X	SSE-NNO	Outeiro	* C/ tendência antropomórfica.	
	Casal dos Mouros 04					X		X						X	*	Outeiro	* Foi deslocada.	
	Casal dos Mouros 05		X					X						X	NO-SE	Outeiro		
	Casal dos Mouros 06		X					X						X	NO-SE	Outeiro		
	Casal dos Mouros 07	X						X						X	NO-SE	Outeiro		
	Casal dos Mouros 08		X					X						X	NO-SE	Outeiro		
035	Portela		X *					X		?	X			X	O-E	Meia encosta	* C/ tendência antropomórfica.	
036	Um Santo		X *					X						X	ONO-ESE	Outeiro	* Inacabada.	
040	Mata do Pinheiro			X *				X						X	SSO-NNE	Cabeço	* Antropomórfica ao nível dos pés.	
041	Quinta de Paredes 01	X						X		?	X			X	E-O	Outeiro		
	Quinta de Paredes 02	X						X		?	X			X	O-E	Outeiro		
	Quinta de Paredes 03	X *						X		?	X			X	S-N	Outeiro	* Inacabada.	
	Quinta de Paredes 04		X *					X		?	X			X	NO-SE	Outeiro	* Inacabada.	
	Quinta de Paredes 05		X *					X		?	X			X	N-S	Outeiro	* Inacabada.	
043	Cardeira do Lagar	X						X		X	X				S-N	Meia encosta		
050	Vinha da Moita			X				X		X	X		X		O-E	Outeiro		
056	Quinta da Eira 01	X						X		?	X				NE-SO	Meia encosta		
	Quinta da Eira 02	X						X		?	X				NO-SE	Meia encosta		
	Quinta da Eira 03	X *						X		?	X				NO-SE	Meia encosta	* Inacabada..	
	Quinta da Eira 04	X						X		?	X				N-S	Meia encosta		
	Quinta da Eira 05	X						X		?	X				NNO-SSE	Meia encosta		
	Quinta da Eira 06	X						X		?	X				O-E	Meia encosta		
	Quinta da Eira 07	X						X		?	X				ESE-ONO	Meia encosta		
	Quinta da Eira 08	X						X		?	X				OSO-ENE	Meia encosta		
059	Ferradia		X					X							ONO-ESE	Planalto		
061	Lameira 01		X *					X						X	OSO-ENE	Meia encosta	* C/ tendência antropomórfica.	
	Lameira 02	X						X						X	O-E	Meia encosta		

QUADRO I [cont.]

N.º Inv.	Designação	Tipo							Contexto			Orientação	Implantação	Observações						
		Não antrop.	Antrop.	V. Arq.	Época	Templo	Via	Ovalada	Rectangular	Subrectang.	Trapezoidal				A. ultrap.	Rectangular	Volta Perf.	Sim	Não	Pré-Rom.
	Lameira 03	X *				X					X	O-E	Meia encosta	* Inacabada.						
062	A-do-Conde 01	X				X					X	N-S	Outeiro							
	A-do-Conde 02	X				X					X	N-S	Outeiro							
	A-do-Conde 03	X				X					X	N-S	Outeiro							
063	Lameira de Oleiros 01	X				X					X	E-O	Outeiro							
063	Lameira de Oleiros 02	X				X					X	N-S	Meia encosta							
	Lameira de Oleiros 03	X *				X					X	ONO-ESE	Meia encosta	* Antropomórfica ao nível dos pés.						
066	Outeiro das Pias 01	X				X					X	SSO-NNE	Cabeço							
	Outeiro das Pias 02	X				X					X	SE-NO	Cabeço							
068	Pousada das Campas 01	X				X		X	X		X	E-O	Cabeço							
	Pousada das Campas 02	X *				X		X	X		X	E-O	Cabeço	* C/ tendência antropomórfica.						
	Pousada das Campas 03	X				X		X	X		X	N-S	Cabeço							
	Pousada das Campas 04	X				X		X	X		X	SE-NO	Cabeço							
	Pousada das Campas 05		X			X		X	X		X	O-E	Cabeço							
069	Cama da Moura 01	X ?				X			?		X	*	Meia encosta	* Foi deslocada.						
	Cama da Moura 02	X *				X			?		X	*	Meia encosta	* C/ almofada.						
077	São Romão 01		X			X		X	X		X	S-N	Meia encosta							
	São Romão 02		X			X		X	X		X	O-E	Esporão							
	São Romão 03		X			X		X	X		X	O-E	Esporão							
	São Romão 04		X			X		X	X		X	O-E	Esporão							
	São Romão 05		X			X		X	X		X	N-S	Meia encosta							
087	Sarnoso		X			X*		X	?		X	*	Meia encosta	* < 500m. Foi deslocada.						
088	Alto do Coxo		X			X*		X	?			NNE-SSO	Outeiro	* < 500m.						
089	Ribeirinho		X			X*		X				*	Outeiro	* < 250m. Foi deslocada.						
096	Debotinos		X*			X		?	?		X	E-O	Planalto	* Ombro direito marcado.						
097	Muragos 01		X			X			X		X	O-E	Meia encosta							
	Muragos 02		X			X			X		X	O-E	Meia encosta							
099	Miguela 01		X			X		X	X		X	ONO-ESE	Meia encosta							
	Miguela 02		X			X		X	X		X	NNO-SSE	Meia encosta							
104	Carvalhais 01		X			X			X		X	SSO-NNE	Outeiro							
	Carvalhais 02		X			X			X		X	SO-NE	Outeiro							
	Carvalhais 03		X			X			X		X	OSO-ENE	Outeiro							
	Carvalhais 04		X *			X			X		X	SE-NO	Outeiro	* C/ tendência antropomórfica.						
	Carvalhais 05		X			X			X		X	O-E	Outeiro							
	Carvalhais 06		X			X			X		X	O-E	Outeiro							
	Carvalhais 07		X			X			X		X	O-E	Outeiro							
	Carvalhais 08			X		X			X		X	NO-SE	Outeiro							
	Carvalhais 09				X	X			X		X	NO-SE	Outeiro							
	Carvalhais 10			X		X			X		X	O-E	Outeiro							
	Carvalhais 11		X ?			X			X		X	O-E	Outeiro							
	Carvalhais 12		X *			X			X		X	O-E	Outeiro	* C/ tendência antropomórfica.						
	Carvalhais 13		X *			X			X		X	SSO-NNE	Cabeço	* Antropomórfica ao nível dos pés.						

Organização dos espaços sepulcrais

As sepulturas apresentam-se isoladas ou em pequenos grupos, tal como acontece no Entre-Douro-e-Minho, onde são raras as necrópoles extensas, ao contrário dos vastos cemitérios divulgados pelos investigadores do país vizinho²⁷³ (Barroca, 1987, p. 133). Dentro dos sítios detectados, quase cinquenta por cento correspondiam a sepulturas isoladas (15 num universo de 32 locais identificados)²⁷⁴. Há um claro predomínio dos pequenos núcleos — de 2 ou 3 sepulturas —, tal como se constata pela análise do quadro 2 (os núcleos de sepulturas foram divididos em quatro grupos para facilitar a análise). Temos apenas três núcleos verdadeiramente merecedores do nome de necrópole: o Casal dos Mouros (Inv.º n.º 034) e a Quinta da Eira (Inv.º n.º 056), com oito sepulturas cada, bem como os Carvalhais (Inv.º n.º 104) com um núcleo de doze sepulturas²⁷⁵. Em termos médios os núcleos não ultrapassam as cinco sepulturas, havendo uma lacuna no grupo C. Também no Douro Litoral é raro encontrar-se associações que ultrapassem os 5 a 6 exemplares (Barroca, 1987, p. 133)²⁷⁶.

QUADRO 2

Grupos de sepulturas.

Grupos	N.º sepulturas	N.º de núcleos	Total
A	2	6	10
	3	4	
B	4	1	4
	5	3	
C	6	0	0
	7	0	
D	8	2	3
	<8	1	

A = núcleos de 2 a 3 sepulturas B = núcleos de 4 a 5 sepulturas C = núcleos de 6 a 7 sepulturas D = núcleos de 8 ou mais sepulturas

As sepulturas do Alto Paiva apresentam uma grande variedade de orientações. O predomínio da orientação oeste-este, com a cabeça para poente, que se verifica analisando o gráfico da Fig. 12, é o mais comum neste tipo de monumentos²⁷⁷. Todavia, existe um grande número de sepulturas rupestres que não correspondem a esta orientação canónica, como é rapidamente observável²⁷⁸. Esta recomendação da Igreja deveria ser posta em prática com base na observação do nascer do sol e do ocaso; como se verifica uma variação da posição do astro de acordo com as estações do ano, pode ocorrer uma oscilação de 40º na posição da sepultura²⁷⁹ (Barroca, 1987, p. 124). Este desvio à regra canónica, devido à observação do sol, não explica a variedade de orientações que ostentam estes monumentos funerários.

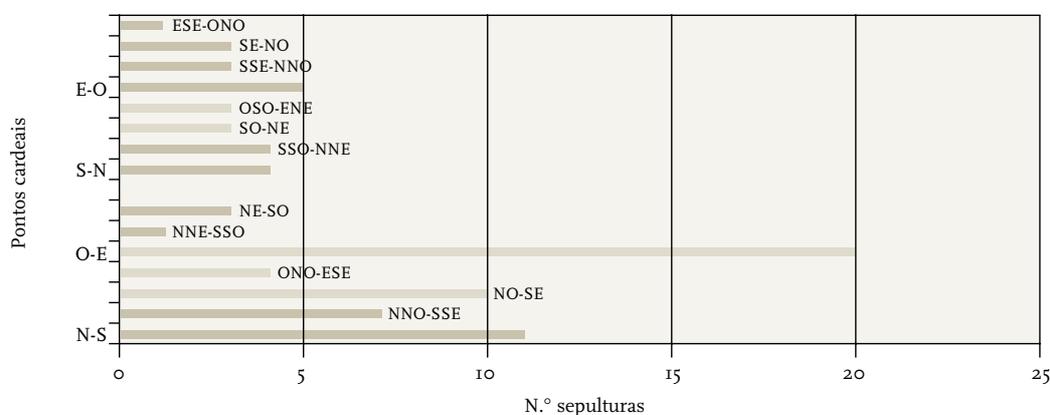


FIG. 12 – Orientação das sepulturas.

No Entre-Douro-e-Minho o “desalinhamento” parece ser comum nos sepulcros não-antropomórficos — aqueles que são considerados mais arcaicos —, bem como nos sepulcros isolados (Barroca, 1987, p. 123-134). Para a região em estudo essa tendência também existe, mas é pouco perceptível devido à grande disparidade de orientações encontrada. Em dezasseis sepulturas (9 antropomórficas e 7 com tendência antropomórfica na cabeceira), cinquenta por cento têm uma orientação canónica ou muito próxima²⁸⁰, as restantes apresentam as inclinações mais díspares possíveis (cfr. Quadro I). Entre as sepulturas isoladas (14), apenas quatro possuem uma direcção canónica ou próxima²⁸¹.

Certamente, foi outro tipo de condicionalismos, que não a época do ano e conseqüente diversa posição solar, que motivou as múltiplas orientações registadas. O que mais facilmente ocorre a qualquer indivíduo que observe sepulturas escavadas na rocha é o próprio espaço disponível no afloramento para proceder à elaboração do monumento. Se bem que Alberto del Castillo aponte para o facto de nos primeiros tempos do surgimento desta moda de enterramento (séculos VII e VIII) as normas religiosas poderem ainda não estar muito divulgadas nas zonas mais periféricas, parece-nos inconsistente atribuir uma data recuada a todas as sepulturas que não respeitem essas recomendações (Barroca, 1987, p. 123). A morfologia dos penedos terá sido, pelo menos em parte, responsável pela escolha da orientação dos sepulcros (Barroca, 1987, p. 134); mas devemos ver o homem como agente dinâmico e pragmático, aproveitando tanto o tamanho e orientação dos blocos, como a sua exposição e inclinação, para talhar a pedra. Ora, uma característica marcante do Alto Paiva — nomeadamente nas áreas de implantação de sepulturas — são os penedos moldados numa diversidade de formas que desafiam a própria imaginação. Assim, não é de estranhar que, para adaptar essas moles de pedra a sepulcros, fosse necessário “esquecer” em parte as normativas da Igreja, resultando numa distribuição um pouco caótica sobre os penedos.

Situação geográfica

A associação das sepulturas a templos é frequente no Entre-Douro-e-Minho²⁸², o mesmo não se verifica no Alto Paiva, onde apenas se regista a tradição da existência de templos em três sítios: na Vinha da Moita (Inv.º n.º 050), nos Carvalhais (Inv.º n.º 104) e em S. Romão (Inv.º n.º 077); este último local terá conservado no seu topónimo o orago do próprio templo. A toponímia não conservou outras pistas relativamente à existência de templos, exceptuando talvez o caso das três sepulturas da aldeia de Laja Gorda que se encontram dispersas num raio de 500 m em torno de um sítio chamado Duas Igrejas (Inv.º n.º 086); apenas uma das sepulturas se encontra de certeza no seu local original — a do Alto do Coxo (Inv.º n.º 088, Est. XXIX, 2) —, mas temos razões para crer que as outras duas (Sarnoso, Inv.º n.º 087, Est. XXIX, 1, e Ribeirinho, Inv.º n.º 089, Est. XXIX, 3) não terão sido muito deslocadas. Em presença do topónimo, poderíamos supor da existência de um templo, mas se fosse contemporâneo dos sepulcros, não seria mais provável que estes se situassem nas imediações desse espaço sacro?

permitem deduzir a continuidade de povoamento. É possível que existisse uma certa preferência por locais onde existiam antigos assentamentos romanos ou de época suevo-visigótica, uma vez que assim seria possível reutilizar os materiais das antigas construções. Por outro lado, as mesmas condições eram procuradas em todas as épocas: a proximidade da água e as terras mais férteis. Fundamentando-nos nestas suposições, não nos parece fiável — antes da escavação de qualquer um destes sítios —, deduzir uma simples continuidade, embora não se trate de uma hipótese descabida, a reocupação é um cenário possível.

Com base nestes dados, podemos supor que as sepulturas eram colocadas perto do local de assentamento, o que nos coloca perante o problema da existência ou não de cemitérios paroquiais, assunto que abordaremos mais adiante.

Quanto à implantação das sepulturas na paisagem, pensamos que — tal como acontece no Entre-Douro-e-Minho — há uma aparente tendência para escolher locais destacados na paisagem (Barroca, 1987, p. 133). A escolha de outeiros e cabeços parece apontar nesse sentido (num total de 87 sepulturas: 35 em outeiros e 11 em cabeços²⁸⁴, cfr. Quadro 1), embora seja também apreciável o número de sepulcros que se encontram a meia encosta (32 sepulturas), geralmente em locais de destaque devido à penedia. Seria esta localização intencional, ou será que se tratava apenas do aproveitamento de terras marginais, que não eram aproveitadas para a agricultura devido às suas características?

A proximidade de vias é por vezes apontada como condicionante para a localização de sepulturas rupestres. Apesar de muitos caminhos vicinais passarem hoje perto desses monumentos, pensamos que alguns deles dificilmente se poderão confundir com os antigos²⁸⁵; o caso de uma sepultura que hoje se encontra mesmo incluída no traçado de uma dessas passagens leva-nos a por a questão (sepultura n.º 1 de Quinta de Paredes, Inv.º n.º 041).

Apenas é notória a provável presença de vias de comunicação nos casos da ocorrência dos topónimos: Porto (Inv.º n.º 025), Portela (Inv.º n.º 035) e Pousada das Campas (Inv.º n.º 068). Também os sítios da Cama da Moura (Inv.º n.º 069) e da Laja Gorda (Sarnoso, Inv.º n.º 087; Alto do Coxo, Inv.º n.º 088 e Ribeirinho, Inv.º n.º 089) não estariam longe da via antiga que ligaria Viseu a Lamego²⁸⁶.

A ocorrência dos caminhos será prévia ou posterior à feitura das sepulturas? No caso de estarmos perante uma situação de prevalência dos valores da antiguidade, as vias atrairiam a colocação de sepulcros²⁸⁷. As próprias sepulturas, pela sua implantação, tornavam-se marcos na paisagem e poderiam servir de pontos de referência, quer de passagem, quer de divisória (Teixeira, 1996, p. 184). Para ilustrar esta preferência podemos invocar o caso das sepulturas de Laja Velha (Inv.º n.º 028, Ests. IX, 2 e X, 1), na povoação de Granja do Paiva, onde as duas sepulturas inventariadas (existiriam mais) se encontram separadas por um caminho. Também a Cama da Moura (Inv.º n.º 069) em Fráguas se encontra na mesma situação, tendo nós razão para suspeitar de que uma via (com traçado idêntico à actual) já era usada na antiguidade.

Sarcófagos

Outro tipo de cemitérios, que não os rupestres, também se podem encontrar no Alto Paiva. Trata-se de locais associados a um templo e que podem ser constituídos por vários tipos de enterramentos. Possuímos três exemplos destas necrópoles: S. Tiago (Inv.º n.º 024, Est. VIII, 2-3), S. Martinho (Inv.º n.º 083, Ests. XXVII e XXVIII) e a Igreja Matriz de Vila Cova-à-Coelheira (Inv.º n.º 095).

O primeiro local é o menos conhecido, apenas sabemos que no adro se pode observar parcialmente o que parece ser um sarcófago e existe a notícia de que já ali foram encontrados enterramentos e sarcófagos²⁸⁸. Nada sabemos, portanto, das características dos sarcófagos que comporiam a necrópole. Com base no orago (S. Tiago) (David, 1947, p. 228-229) e

nas notícias da tomada de Leomil aos mouros antes da nacionalidade (Costa, 1979, p. 145)²⁸⁹, pensamos que estaremos em presença de um cemitério paroquial, correspondente aos primeiros tempos de ocupação cristã efectiva daqueles territórios, na segunda metade do século XI (Costa, 1985, p. 12).

A igreja de Vila Cova-à-Coelheira também poderá ser uma paróquia pré-nacional — como já anteriormente tivemos oportunidade de referir —, não só pelo orago (S. João Baptista) (David, 1947, p. 228), como também pelos importantes vestígios da necrópole medieval que aí foram encontrados. Os três sarcófagos exumados são monolíticos e aquando da nossa chegada ao local já não possuíam a sua cobertura. Um é sub-rectangular, outro rectangular e o último apresenta um antropomorfismo incipiente e uma cruz gravada em baixo relevo nos pés do arcaz (Vieira, 1999, p. 40). Para além dos sarcófagos registaram-se ainda quatro sepulturas constituídas por elementos avulsos, uma delas ostentava uma pedra que terá servido de “almofada” ao defunto (Vieira, 1999, p. 41).

Só puderam ser registados *in situ* os quatro enterramentos delimitados por lajes e um dos sarcófagos²⁹⁰. Entre os primeiros, três estavam perfeitamente alinhados pelo templo, com orientação O.-E., o outro encontrava-se deslocado desta direcção canónica cerca de 30° para norte; é provável que tenha sido construído num momento anterior aos outros²⁹¹, eventualmente carecendo dos muros da igreja para se orientar (Vieira, 1999, p. 40).

Em termos cronológicos, verificam-se os problemas habituais de contextualização deste tipo de monumentos²⁹². Assim, as sepulturas constituídas por elementos avulsos, inserir-se-ão num período com início no século XI; os sarcófagos serão datáveis desde o século X até inícios do Século XII. A necrópole existiria, então, pelo menos desde o século X (Vieira, 1999, p. 40-41).

A necrópole de S. Martinho desenvolver-se-ia em volta da capela com esse orago, hoje restaurada e em parte desprovida da sua traça original (de qualquer forma esta não remontaria à Idade Média, a esse período poderão corresponder alguns blocos aparelhados formando um alicerce, que se encontram em frente da actual capela).

Junto da capela são visíveis dez sarcófagos monolíticos, que terão sido desenterrados por mão do homem, desconhecemos em que momento e com que intuito. São bastante semelhantes entre si — no que diz respeito a acabamentos e forma —, os mais representados são os sub-rectangulares, existindo, contudo, três com tendência antropomórfica. É interessante verificar que, dentro deste último tipo, ocorre um arcaz decorado com um cálice tosco em relevo; não encontrámos paralelo para esta decoração. Tal como os exemplares de Vila Cova-à-Coelheira, trata-se de monumentos de manufactura deficiente: para além dos contornos serem bastante irregulares, é visível a nível externo a morfologia da cavidade de inumação. Esta imperfeição dos monumentos leva-nos a datá-los a partir do século X²⁹³.

A evolução de sarcófagos e sepulturas escavadas na rocha terá sido complementar, apenas o processo evolutivo se terá dado um pouco mais tardiamente nos sarcófagos do que nas sepulturas escavadas na rocha (Barroca, 1987, p. 180).

Sepulturas e habitat

As sepulturas, isoladas ou em núcleos, que não foram associadas a nenhum *habitat* poderão representar uma situação de “invisibilidade” do registo arqueológico e não uma situação real. A maioria dos locais onde não foram identificados quaisquer vestígios de assentamento, nem anterior, nem coevo dos sepulcros, ficam em zonas que não são propícias à sua descoberta, quer por se situarem em zonas com uma espessa cobertura vegetal (como é o caso das sepulturas em volta de Lamosa: Lameira, Inv.º n.º 061; A-do-Conde, Inv.º n.º 064; Lameira de Oleiros, Inv.º n.º 063), quer por se encontrarem dentro do perímetro de localidades

actuais (de que são ilustrativos os casos de Penedos, Inv.º n.º 015, por entre o casario de Ariz; e da Laja Velha, Inv.º n.º 028, atingido pela ampliação da povoação de Granja do Paiva), ou ainda, pelo menos num caso, por terem sido alvo de grande intervenção humana que terá destruído grande parte dos vestígios (Porto, Inv.º n.º 025).

As sepulturas isoladas e em pequenos grupos, foram equacionadas — por Bolòs e Pagés —, com a existência de eremitas, ou com locais de *habitat* isolado. Seriam o reflexo do povoamento anterior a uma estruturação paroquial (Barroca, 1987, p. 128). A primeira situação deverá ser extremamente pontual. Quanto à criação de um espaço cemiterial único, esta poderá não ser forçosamente característica da organização paroquial. Temos que supor que poderá ter prevalecido — durante algum tempo —, o hábito de tumular como na antiguidade²⁹⁴. Admitindo esta hipótese, o caso da Laja Gorda²⁹⁵ poderia representar uma situação de colocação de sepulcros junto dos caminhos que circundavam o *habitat*, antes da instituição de um local específico para inumar os defuntos dessa comunidade, não implicando, forçosamente, a existência de assentamento disperso²⁹⁶.

Outro exemplo que poderá reflectir uma realidade análoga é o de Vila Boa. As sepulturas isoladas (Lajedo, Inv.º n.º 008; Aveleira, Inv.º n.º 009) e o pequeno núcleo (Rebolada, Inv.º n.º 007) estão próximos de um lugar identificado como “*habitat*”. É possível que a sua disposição obedeça a uma lógica arcaica, tanto podendo procurar a vizinhança de antigas necrópoles com origem na época romana, como procurar uma localização junto dos caminhos, dentro da vetusta lógica perpetuada durante a Alta Idade Média.

Quanto aos cemitérios aparentemente associados a um local de *habitat*, podemos aventar que se trata de um pequeno grupo humano que tem o hábito de tumular os seus mortos nas imediações da zona habitada, mas que está vinculado a um templo mais ou menos distante. Assim, considerando que os conjuntos sepulcrais junto do *habitat* não são sinónimo de ausência de organização paroquial, estas populações do Alto Paiva só tardiamente se preocuparam em sepultar *appud ecclesia*²⁹⁷.

Os exemplos que poderão representar a manifestação de preocupações com um espaço cemiterial paroquiano, são as igrejas com suas necrópoles: S. Tiago (Inv.º n.º 029), e Vila Cova-à-Coelheira (Inv.º n.º 095). A sua existência, no entanto, não impediria que em locais afastados destes centros se tivessem formado pequenos núcleos sepulcrais, eventualmente continuando a ser utilizados até se generalizar a crença no Purgatório²⁹⁸.

As populações afastadas das matrizes²⁹⁹, deveriam também sentir necessidade de um templo onde pudessem cumprir os rituais cristãos com frequência. Não seria descabido que este desejo se materializasse num pequeno santuário e num cemitério, junto de determinados núcleos populacionais. A proximidade de S. Martinho de Almoneixe (Inv.º n.º 083) de Vila Cova-à-Coelheira, bem como a exclusividade de enterramentos em sarcófago no primeiro sítio, não favorece a hipótese de se tratarem ambos de centros paroquiais, pelo que o grupo humano estabelecido em Almoneixe poderia ter criado a sua própria igreja e cemitério³⁰⁰. Processos idênticos poderão ter ocorrido em S. Romão (Inv.º n.º 077) e Carvalhais (Inv.º n.º 104).

Depois da abordagem do povoamento através dos vestígios evidenciados pelas crenças além-túmulo — que tiveram prioridade pela sua abundante representação —, convirá agora que nos debrucemos sobre a ocupação do espaço que não está directamente associada a essas manifestações religiosas.

Registam-se vários casos de sítios que terão sido ocupados na Alta Idade Média — que não estão ligados à presença de sepulturas escavadas na rocha — e que surgem associados a antigas explorações de época romana (Fig. 11). Estes exemplos englobam “quintas”, “casais” e “habitats” desse período anterior, sendo os últimos os menos significativos pela indefinição em que estão mergulhados. Mas os outros casos merecem um comentário mais alargado.

Os sítios incluídos neste grupo, classificados como “quintas”, são: Espinheira, Inv.º n.º 039; Devesa, Inv.º n.º 058; Vale Seco, Inv.º n.º 078; Chão de Ferreiros, Inv.º n.º 090; Pinheirinhos, Inv.º n.º 092; Padre Vaqueiro, Inv.º n.º 093. Quanto aos classificados como “casais” — são em menor número, pois também estão menos representados — temos a Janamoga, Inv.º n.º 016 e a Barra, Inv.º n.º 074.

Será que estes sítios reflectem uma situação diferente daqueles que estão associados a sepulcros rupestres? É muito difícil responder, mas podem-se desenhar algumas hipóteses plausíveis. Seria possível pensar que estes locais são os mais directos herdeiros da situação da época romana, podendo ter permanecido sem grandes alterações durante todo o período suevo-visigótico. Mas será que foram abandonados antes de ter sido adoptada a moda das sepulturas escavadas no afloramento rochoso? É, de facto, uma possibilidade bastante válida, mas panoramas diferentes podem responder negativamente a esta interrogação.

- a) Existe a possibilidade de terem sido destruídos ou permanecerem desconhecidos os ditos sepulcros;
- b) Ou pode ter sido praticado, junto a estes habitats, um ritual de tumulação idêntico aos rupestres, mas materializado de forma menos perene (por exemplo em fossas abertas directamente no solo, forradas ou não com materiais cerâmicos ou pétreos) e, portanto, difícil de detectar.
- c) Poderá ainda colocar-se a hipótese dos indivíduos terem recorrido a cemitérios das proximidades.

A última hipótese poderia estar presente no conjunto de sítios de Chão dos Ferreiros (Inv.º n.º 090), Pinheirinhos (Inv.º n.º 092) e Padre Vaqueiro (Inv.º n.º 093), que poderiam estar vinculados a um cemitério — eventualmente paroquial — existente em Vila Cova-à-Coelheira. Contudo, outros sítios que possuem sepulturas escavadas na rocha estão à mesma distância desta povoação (é o caso de Debotinos, Inv.º n.º 096, Muragos, Inv.º n.º 097 e da Miguela, Inv.º n.º 099), todos classificados como “quintas” durante a época romana. É mais verosímil, portanto, que, a terem sido ocupadas nesta época as antigas “quintas”, aí se teriam enterrado os mortos de forma menos perceptível aos nossos olhos. Ou será que laços de diferente natureza uniam uns e outros locais? Isto é, a paróquia de Vila Cova-à-Coelheira poderia não se estender às povoações que sepultaram os seus mortos junto de si, ou então estes ainda não estavam imbuídos do espírito de enterramento *appud ecclesia*. Aqui ficam as interrogações.

A partir do século IX toda a Europa Ocidental conhece o fenómeno da construção de locais de defesa. Os castelos e recintos defensivos surgem para proteger a população em momentos de perigo (Almeida, 1993b, p. 58). O Alto Paiva já havia conhecido um período em que se manifestaram preocupações idênticas, nessa altura teriam sido ocupados povoados fortificados proto-históricos: S. Lourenço (Inv.º n.º 012), o Castelo de Ariz (Inv.º n.º 019), o Muro (Inv.º n.º 030) e o Castro de Vila Cova-à-Coelheira (Inv.º n.º 094).

A ocupação de locais facilmente defensáveis continua, portanto, a ser procurada pelas populações que buscam subsistir às vicissitudes da época. Pensamos que alguns dos locais já ocupados no período precedente — entre os séculos V e VIII — terão continuado a servir os habitantes da área nos séculos seguintes. A escolha destes locais era compreensível, uma vez que a tarefa da construção rápida de obras de defesa era muito facilitada: *conforme diz o ditado medieval ‘castelo derruido era meio construído’* (Almeida, 1978, p. 52).

Um dos casos em que tal não terá sucedido é o do Muro (Inv.º n.º 030). Acessível pela proximidade de vias de comunicação, tornava-se mais vulnerável a ataques do exterior do que

o Castelo de Ariz (Inv.º n.º 019). Este encontra-se mais isolado na serra e destaca-se menos da paisagem envolvente. É possível que estejamos em presença de locais não ocupados simultaneamente.

As suas diferentes posições topográficas poderão ter estado na origem do abandono do Muro em favor do Castelo de Ariz. Assim, numa primeira fase, a população fixada na “aldeia” de Quelhas (Inv.º n.º 031) teria permanecido no mesmo local, apenas se socorrendo do forte talude em caso de perigo. Continuará a cultivar as terras à sua disposição, podendo igualmente explorar os recursos da serra.

Em determinado momento, que não conhecemos, o Castelo de Ariz terá passado a servir de local de refúgio. Será que se tratou de uma deslocação da população, anteriormente abrigada no Muro³⁰¹, motivada por diferentes necessidades, ou será que outro grupo humano terá eleito o Castelo de Ariz para se proteger? Não sabemos. Contudo, este local mais recôndito e oferecendo múltiplas hipóteses de abrigo natural, terá sido ocupado em data mais tardia³⁰²; verosimilhantermente, nos momentos de instabilidade entre o século VIII e todo o século X. Neste local, a população ter-se-á dedicado mais ao pastoreio e à exploração dos recursos cinegéticos e energéticos próprios do ecossistema da serra. Entre outros vestígios, a presença de ruínas de uma capela dedicada a S. Miguel vem ao encontro deste raciocínio que vimos desenvolvendo³⁰³.

O Castro de Vila Cova-à-Coelheira (Inv.º n.º 094, Est. XXIX, 5-6) deverá ter continuado a ser ocupado, a população refugiando-se no pequeno reduto fortificado durante os momentos de perigo. Não sabemos em que momento terá sido abandonado em favor da actual povoação de Vila Cova-à-Coelheira, mas é provável que tenham coexistido, até ao momento em que o aglomerado mais recente acaba por prevalecer, talvez numa fase em que a segurança deixou de ser um problema premente.

Também S. Lourenço poderá ter continuado a ser utilizado como “fortificação”, até ao momento em que o clima de segurança permitiu à população transferir o templo, dedicado ao santo que baptizou o monte, para a zona de meia encosta onde hoje se encontra.

Para além destes locais já anteriormente usados com funções defensivas, outros terão surgido entre o século VIII e X, fruto das necessidades de outros aglomerados populacionais. A actual povoação do Castelo, para além do topónimo e da tradição, possui vestígios de uma antiga “fortificação” (Inv.º n.º 049, Est. XVIII, 2-5). O local escolhido foi um proeminente penedo de grandes dimensões, nele se podem observar diversas marcas e entalhes, certamente negativos de superestruturas em madeira que constituiriam o frágil reduto defensivo. Estas características construtivas são típicas do que Carlos Alberto Ferreira de Almeida designou por “castelos rurais” roqueiros, elementares e parcamente elaborados, aproveitando as condições naturais de altos penhascos (Almeida, 1993b, p. 71). É provável que as comunidades aí estabelecidas tenham tomado precauções de vigia e defesa do traçado viário, podendo o topónimo Torre (Inv.º n.º 057), que surge em Veiga, estar relacionado com uma preocupação desse tipo, eventualmente em associação com o reduto defensivo do Castelo (seria possível a comunicação visual entre os dois pontos).

Também o Castelo Mendo (Inv.º n.º 011, Est. IV, 1-2) seria uma construção do mesmo tipo, embora aqui se tenha jogado sobretudo com a movimentação de terras para acentuar o relevo, existindo um fosso e um talude em volta de um ponto alto coroado por alguns penedos. A inclusão de rochedos no interior do recinto poderia ser útil para vigia e como último reduto (Almeida, 1993b, p. 71).

O topónimo talvez indicie a apropriação deste castelo por um magnate local. No Entre Douro-e-Minho a maioria das fortificações roqueiras seriam obra das populações locais que nela se abrigavam nas momentâneas horas de perigo e para cujo arranjo e melhoramento

teriam que contribuir. Abrigando muitas vilas de diversos possuidores, tudo sugere o seu aspecto comunitário e a sua tendência para o “concelhio” (Almeida, 1978, p. 46). É provável que também no Alto Paiva se tratasse do mesmo fenómeno, contudo, as elites locais em ascensão deveriam cobiçar a posse destes locais, convertendo-se em protectores das comunidades campesinas para assim os passarem a controlar.

O Castelo de Caria, conhecido através de fontes documentais datadas de 960 (P.M.H., D.C., 81), terá sofrido um processo semelhante. É provável que fosse também um castelo roqueiro, construído pela população para sua defesa, mais tarde aparecendo como propriedade de uma influente família do século X. Consta que o local onde se situaria esta “fortificação” é o mesmo que ainda hoje é conhecido como Castelo, em volta do qual existem lendas de mouros e túneis escavados na rocha (Guia, 1997², p. 62). Sobre este local foi edificado um templo em honra da Senhora da Guia, impossibilitando a observação de possíveis vestígios. Contudo, o local é proeminente, trata-se de uma impressionante mole de granito e eventuais marcas na rocha poderão ter sido destruídas ou jazem ocultadas sob a capela e respectivo adro e escadaria.

Partindo do princípio que uma fortificação medieval pode ser bastante rudimentar, *o castelo medieval é, por sistema, um pequeno recinto de acesso tornado muito difícil* (Almeida, 1978, p. 52), pode ter sido completamente obliterado pelo tempo. Um local que tem sido apontado como sede do antigo castelo é a elevação do Toutainho, contudo a sua difícil acessibilidade pela população de Caria não permite pensar que fosse um local para onde esta se pudesse recolher em caso de perigo. O local de Caria Velha (Inv.º n.º 020) também está rodeado de lendas e diz-se que era o antigo castelo, mas a sua localização a meia encosta não parece apontar nesse sentido. Fica a incógnita até surgimento de novos dados.

O afastamento da fronteira mais para sul terá levado ao abandono destes locais estratégicos, uma vez que já não eram necessários.

Alguns topónimos que recolhemos poderão remontar ao período sobre o qual nos debruçamos; todavia, apenas nos dão pistas a seguir no prosseguimento da investigação, uma vez que só dados arqueológicos mais precisos poderão dar corpo às hipóteses que ora se apresentam.

Começando pelos hagiotopónimos, cumpre-nos referir a presença de S. Paio, ou S. Pelágio. A criança mártir, que atingiu uma grande celebridade, é venerada em Lorvão pelo menos desde 947, altura em que aparece mencionada num documento desse mosteiro³⁰⁴.

Surge-nos em Vila Boa, onde ainda hoje é patrono de um templo. É mais um indício do povoamento naquela área, onde se poderá ter fixado um novo grupo humano (por via de aumento demográfico local, ou de migração), eventualmente na área em que se arrotearam novas terras de cultivo.

O caso mais interessante, contudo, é o de S. Paio designar um sítio arqueológico classificado como “aldeia” (Inv.º n.º 100), onde — segundo a tradição — terá existido uma igreja e respectiva aldeia que, consta, seria a povoação que deu origem a Fráguas. Ora, nesta última localidade existe ainda hoje um templo dedicado a S. Pelágio e a lenda conta que foi transferido do antigo aglomerado de onde se teria, inclusivamente, transportado a imagem do santo e o material de construção.

O culto a Santo António Eremita terá entrado no nosso país por influência dos Hospitalários de Santo António de Viennois, sob Afonso Henriques (David, 1947, p. 238-239). Este santo está estreitamente ligado à vida eremítica. O nosso primeiro rei e outras autoridades eclesiásticas e seculares apoiam os movimentos anacoretas, provavelmente pelo seu importante papel na política de repovoamento e pelos serviços que prestam à comunidade e aos viajantes, inserindo-se assim em movimentos de carácter económico e social (Mattoso, 1997,

p. 105, 139). O estabelecimento de eremitas em zonas escassamente povoadas atrairia a fixação de outras pessoas, razão suficiente para granjear o apoio régio (Mattoso, 1997, p. 122).

No Alto Paiva conhecemos um templo dedicado a Santo Antão, ao qual já nos referimos quando abordamos a questão da rede viária, uma vez que esta atrairia a fixação destes homens, para poderem praticar a hospitalidade e obter os parcos géneros de que necessitavam (Mattoso, 1997, p. 119).

Nos finais do século XI as comunidades monásticas disciplinadas e ricas vão começar a absorver os bens dos pequenos mosteiros familiares e de eremitas (Mattoso, 1997, p. 137). Cister vai ser um desses protagonistas. Especificamente para o Alto Paiva interessa-nos a actividade do mosteiro de S. João de Tarouca. Este terá sido precisamente fundado com base numa tradição monástica anterior, como indica o próprio orago (Teixeira, 1999, p. 195).

A abadia cisterciense terá tido um importante papel na organização do espaço agrário e as granjas terão sido um tipo de propriedade por eles particularmente desenvolvida. No início estavam sobretudo destinadas a uma exploração directa por parte dos monges e conversos; no entanto, em breve passaram a ser exploradas por mão-de-obra assalariada ou entregues em aforamento (Teixeira, 1999, p. 238); terá contribuído para esta evolução o facto de a abadia receber, através de doações, terras afastadas da sua sede, colocando problemas de deslocação da mão-de-obra dos monges e irmãos conversos, a própria dimensão que tomava o domínio impedia uma exploração directa de todas as terras.

Pouco conhecemos acerca das granjas, mas poderiam comportar um edifício para habitação, lagar, eira, celeiros, arrumos e estábulos³⁰⁵. Os monges brancos terão tido um importante papel na divulgação de novas tecnologias agrícolas, sobretudo a nível da utilização de alfaías em ferro³⁰⁶. O local que identificámos em Almofala com o topónimo Granja (Inv.º n.º 001) (Fig. 11) corresponderá, eventualmente, a uma destas explorações dos cistercienses de Tarouca. Em 1163 o Papa Alexandre III confirma a S. João de Tarouca a posse da povoação de Alvite, que teria sido doada à abadia por D. Afonso Henriques, nesse documento são referidas as granjas de Alvite e de Almofala (Guia, 1997, p. 19). O facto de possuírem propriedades nestas povoações³⁰⁷ levava os frades a pretender exercer aí jurisdição ordinária, contestada pela Sé de Lamego em 1249 (Alves, 1995, p. 227).

Perto de Cujó, o topónimo Granjão também se deverá referir a uma realidade semelhante. A existência de moinhos e um pisão poderá até ser fruto da influência cisterciense, embora aproveitamentos hidráulicos desse tipo já fossem utilizados antes da chegada dos monges brancos³⁰⁸. Também a Granja do Paiva poderá ter sido uma das explorações pertencentes a S. João de Tarouca; a existência nesse local de sepulturas escavadas na rocha (Inv.º n.º 028) leva a pensar numa anterior existência da unidade populacional, depois dominada pelos monges brancos. Iguualmente uma aldeia actual, na área de Castro Daire, com o nome de Granja poderá ter tido origem numa exploração dominial cisterciense.

O Alto Paiva terá sido muito rapidamente integrado nos senhorios e domínios, esse facto poderá dever-se à sua condição de fronteira. Foi muito cedo apropriado pois encontrava-se na mira directa desses poderosos em expansão, que só muitos anos depois vão conseguir avançar mais para sul.

A região que estudámos terá tido um carácter eminentemente marginal, pelo menos desde a Idade do Ferro até aos nossos dias, tendo desempenhado um papel de fronteira. Fronteira entre *civitates*, fronteira entre cristãos e muçulmanos...

Apenas a Arqueologia poderá levar a conclusões mais firmes relativamente ao povoamento dos séculos V ao X, esperemos que venha em breve a contribuir decisivamente para o avanço da investigação sobre estes períodos ainda tão mal conhecidos.

- ¹ Nem na área definida como Alto Paiva, nem nos arredores desta. Temos conhecimento de alguns trabalhos que se vêm efectuando na região de Viseu, mas nenhum deles actualmente consegue esclarecer tipologias ou cronologias do povoamento da zona, uma vez que umas são sobretudo intervenções pontuais e que a maioria não é objecto de publicação sistemática. A recente exposição “Por terras de Viriato” e respectivo catálogo (Vaz e Raposo, 2000), publicado quando a pesquisa bibliográfica para esta dissertação já havia terminado, mostram bem o estado actual dos conhecimentos (para as cronologias aqui tratadas), vão-se avançando pequenos pormenores e produzem-se textos de síntese geral, mas praticamente não há estudos monográficos das escavações (exceptuam-se alguns trabalhos, sobretudo para a vertente do Douro da região) e não se conhecem mais do que descrições sumárias dos materiais encontrados, enfim, os dados não estão disponíveis.
- ² Só possível através de escavações arqueológicas e estabelecimento de tipologias através de estratigrafias fiáveis e datadas.
- ³ Pensamos que esta afirmação é válida para vários períodos: a utilização de materiais perecíveis torna a detecção dos sítios muitíssimo difícil. Na Alta Idade Média, é natural que, naqueles locais em que era possível a reutilização de materiais de antigas construções, se utilizasse cerâmica de construção (nomeadamente de cobertura) e pedra aparelhada; quando essa reciclagem não era possível, certamente recorrer-se-ia a matérias naturais abundantes, como as ramagens de giesta e a madeira. Por esta razão, podemos pensar que, dos sítios habitados durante a Alta Idade Média, apenas conhecemos aqueles que se instalaram nas imediações de *habitats* de época romana (em que a cerâmica de cobertura seria muito utilizada), eventualmente constituindo testemunho de continuidade de povoamento.
- ⁴ Salvo duas honrosas excepções: uma inscrição rupestre (Inv.º n.º 067, Est. XXIV, 3 e 4) que, todavia, pelas suas características, não fornece muitos elementos cronológicos; outra epígrafe, já conhecida anteriormente, encontrada nas Minas da Lousadela (Inv.º n.º 081) também não permite extrair dados relativamente à periodização. A ausência de inscrições não é de estranhar. Se existiram, terão desaparecido através dos vários processos que ao longo do tempo “filtram” as informações que nos são dadas a conhecer. É, para além do mais, credível que poucas tenham sido lavradas, uma vez que esta região não possui características que atraíssem povoamento que comportasse um certo nível cultural e económico exigido para o seu fabrico (acerca da inexistência de epígrafes em certos sítios arqueológicos, cfr. Alarcão, 1990, p. 422).
- ⁵ Muitas vezes foi mesmo necessário exprimir dúvida nessa adscrição cronológica.
- ⁶ Foram considerados todos os achados de superfície, sem excepção. Pensamos que é útil utilizar toda a informação que nos é possível recuperar.
- ⁷ *The surface is not always an accurate mirror of what lies below it*, como defende Simmons (1998, p. 159-167), demonstrando, com vários exemplos, como podem ser enganadores os vestígios encontrados à superfície do solo. Também Graeme Barker concluiu, com base em resultados de vários projectos de prospecções sistemáticas, que *the variation between surface and sub-surface archaeology has been found to be so great that I know several survey archaeologists have begun to doubt the reliability of the size hierarchies they themselves were defining* (Barker, 1991, p. 5). Para minorar os erros este mesmo autor propõe que se conheçam pormenorizadamente as taxas de erosão e processos de sedimentação do local a estudar, combinando os dados de superfície com estudos geofísicos e escavações (Barker, 1991, p. 5).
- ⁸ Como no caso de serem reveladas pela destruição dos vestígios, quando se procede à plantação de árvores, construção de imóveis ou grandes obras públicas.
- ⁹ Como, por exemplo, no caso de Chalton (Hampshire, Reino Unido), com trabalhos de dez anos sob a direcção de Barry Cunliffe (referido por Chapelot e Fossier, 1980, p. 55-57).
- ¹⁰ É a explicação possível de Chapelot e Fossier (1980, p. 57, 134-135), que mencionam a fragilidade dos materiais utilizados, extraídos directamente no local de assentamento. Também nas prospecções sistemáticas efectuadas no Mediterrâneo, por equipas britânicas, foi muito difícil a documentação de assentamentos da Alta Idade Média. Este facto explica-se pela escassa população rural, em comparação com a época clássica, que vivia em *habitats* concentrados, muitos dos quais se situariam em montanhas actualmente arborizadas (difíceis de prospectar com os métodos tradicionais), utilizariam sobretudo estruturas em madeira e fabricariam cerâmica tosca, portanto difícil de datar (Barker, 1991, p. 3).
- ¹¹ E infelizmente é sempre pela negativa, ou seja, cada vez são menos perceptíveis os vestígios, sendo marcante a questão dos campos incultos e dos incêndios que favorecem em grande medida o avanço desmedido da vegetação espontânea.
- ¹² Atravemo-nos aqui a apresentar algumas linhas gerais da Pré-História Recente com base nos trabalhos arqueológicos conduzidos por Domingos J. Cruz na Beira Alta. Este investigador tem dedicado grande atenção à Pré-História Recente e publicado grande número de trabalhos dos quais se destaca a sua dissertação de doutoramento (Cruz, 2001).
- ¹³ Mamoa 4 do “Rapadouro” (Pendilhe, Vila Nova de Paiva) (Cruz e Canha, 1997, p. 24-25; Cruz, 1998, p. 156-157).
- ¹⁴ Embora se considere que serão os mais antigos, “o distanciamento temporal entre uns e outros não será expressivamente significativo” (Cruz, 1998, p. 156).
- ¹⁵ Os dólmenes simples fechados são raros, relativamente aos “dólmenes de grandes dimensões”. Estes últimos possuem corredor e outras estruturas, relacionadas com o acesso ao espaço funerário e “funcionamento ritual do conjunto,” que estão bem representados na Beira Alta (Cruz, 1998, p. 156).

- ¹⁶ À entrada do dólmen têm sido identificados o átrio e o corredor intratumular. Relativamente ao espaço interno pode-se referir a delimitação dos espaços, de acesso diferenciado, a arte manifesta nos esteios e o depósito de materiais que é plausível apelidar de votivos (Cruz, 1998, p. 159).
- ¹⁷ Este povoado foi estudado, no âmbito do projecto “Alto Paiva: Sociedades e estratégias de povoamento desde a Pré-História Recente à Idade Média” (daqui em diante designado APPRIM), por Alexandre J. Canha. Os resultados foram apresentados à Faculdade de Letras da Universidade do Porto sob a forma de dissertação de mestrado (Canha, 2002).
- ¹⁸ Sítio que começou a ser estudado no âmbito do projecto APPRIM por Sílvia Loureiro e Alexandre Valinho.
- ¹⁹ A zona do castro terá sido reocupada durante a época alto-medieval.
- ²⁰ Fica aqui expresso o reconhecimento aos autores que nos facultaram o texto, apresentado ao 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, antes da sua publicação.
- ²¹ A informação não é passível de confirmação através de prospecções, uma vez que o terreno foi surribado para arborizar a área (Ficha Inv.º n.º 012).
- ²² Ficha Inv.º n.º 038.
- ²³ Embora não se pense que este facto seja o único a influenciar o assentamento de determinado tipo.
- ²⁴ Tal como foi definida por Jorge de Alarcão para palco do acastelamento do século X a.C. (1992, p. 41-44).
- ²⁵ É possível que tenham existido casais num momento inicial do Bronze Final, um povoamento disperso que numa segunda fase se teria concentrado em povoados de altura (Alarcão, 1996, p. 15-19). Todavia, não se conhecem vestígios deste tipo de *habitat*, provavelmente pela sua difícil percepção.
- ²⁶ Ajustamento necessário para reflectir a especificidade da área estudada.
- ²⁷ Estes traçados teóricos são comumente utilizados na chamada *Site Catchment Analysis*. Neste trabalho não pretendemos estudar com pormenor os povoados, pois tal levar-nos-ia a extravasar os limites que nos impusemos. Utilizamos, todavia, a proposta de Davidson e Bailey para traçar os territórios teóricos — tendo em conta as irregularidades do terreno, como as linhas de água e as curvas de nível —, para traçar um quadro geral da ocupação do Alto Paiva anteriormente à chegada dos romanos. Para síntese sobre a génese, utilização e limites desta técnica de análises espacial cfr. Vilaça, 1995, p. 380-381.
- ²⁸ Os círculos utilizados foram desenhados sobre a cartografia digital já referida, utilizando o programa ArcView. Parte-se do pressuposto de que os assentamentos se localizam no centro do seu território, o que não é necessariamente correcto. Todavia, estes traçados geométricos não pretendem ser mais do que auxiliares da análise espacial.
- ²⁹ Jorge de Alarcão (1998, p. 89-119) propôs uma correlação entre a área de dispersão actual dos achados e o tipo de estação, proposta essa que seguimos.
- ³⁰ Desta forma procurou-se uniformizar o vocabulário, não quer dizer que todos os grupos estejam presentes em cada um dos momentos, nem que correspondam sempre à mesma realidade em épocas diversas.
- ³¹ Não é imprescindível que um casal tenha a sua superestrutura em material cerâmico. No entanto, a detecção no terreno da utilização de materiais perecíveis — utilizados na falta desse recurso — é, como já referimos, muito difícil. Por esta razão, são excepcionais os sítios que conseguimos localizar (não só desta categoria que agora definimos) que não tenham utilizado, ou reutilizado, cerâmica de construção.
- ³² Não entra nesta tipologia o *vicus*, pois não foram detectados vestígios que se enquadrem nesta categoria. Consideramos este tipo de povoação como um local onde existiria algum equipamento de carácter urbano: *un sanctuaire, souvent associé à des thermes, une station d'eaux thermales, un marché nanti d'un forum et d'une basilique constituaient ainsi les cas les plus communs d'agglomération permanente susceptible de recevoir le nom officiel de 'vicus'* (Le Roux, 1994, p. 156). Enquanto que, este autor, não inclui as povoações ligadas à rede viária nesta definição de *vicus*, Manuela Martins, pelo contrário, tem uma definição mais eclética deste tipo de povoamento, considerando que alguns *vici* poderão ter nascido em função dela (Martins, 1995, p. 83). Pensamos que a definição desta autora e de Pérez Losada (1996, p. 189-190) serão as mais adequadas para o território setentrional da península, enquadrando estabelecimentos muito diversos entre si, ocupando todo o espaço terminológico que se estende entre a aldeia e a cidade. Encontram-se *vici* em locais próximos do Alto Paiva, como poderá ter sido, por exemplo, o de Lamas de Moledo (cfr. Alarcão, 1996, p. 14).
- ³³ Não é condição *sine qua non* o aparecimento de cerâmica de construção. Em vez desta, poderiam ser utilizados outros materiais perecíveis como a giesta e o colmo; utilizados ainda há poucos anos para cobertura das casas tradicionais da região, hoje ainda visíveis em edifícios para abrigar alfaías agrícolas e animais.
- ³⁴ Julgamos que a continuidade da rede viária romana deve ser postulada sobretudo em função dos traçados (Mantas, 1996, p. 23-28), posição que o autor defende pela apresentação de muitas provas documentais da degradação a que estavam sujeitas as vias, contrapondo esta perspectiva à fabulosa noção de eternidade da obra viária romana.
- ³⁵ Já anteriormente se referiu que este trabalho não teve recurso a meios — como por exemplo os de teledeteção — que permitissem uma investigação sistemática.
- ³⁶ *Carta Geológica de Portugal*, Lisboa, Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, escala 1:50 000, folhas: 14-A, Lamego; 14-B, Moimenta da Beira; 14-C, Castro Daire; 14-C, Aguiar da Beira.

- ³⁷ *Carta Militar de Portugal*, Lisboa, Instituto Geográfico do Exército, escala 1:25 000, folhas: 146, 147, 148, 156, 157, 158, 166, 167 e 168.
- ³⁸ Teria sido útil, sem dúvida, a compilação da microtoponímia, não só para a detecção de antigos caminhos, como também de sítios arqueológicos. Todavia, a morosidade do seu levantamento levou-nos apenas a recorrer à toponímia registada nas cartas e a outra com que fomos deparando ao longo da nossa investigação.
Toda a toponímia deve ser manejada com muitas cautelas (acerca dos limites e perigos cfr. Ferdière, 1988, p. 23-24); por essa razão, neste trabalho, ela surge apenas como um indício para a investigação, o seu valor não pretende ser absoluto.
- ³⁹ Acerca desta temática, cfr. Mantas, 1996, p. 153-176.
- ⁴⁰ João Vaz identifica a sua Via VII com o antigo traçado da estrada do Bispo Alves Martins, que, de Viseu, passando por Fráguas, ligaria a Lamego por Aldeia de Nacomba e Moimenta da Beira (Vaz, 1982, 1997, p. 383). Pensamos que para via romana de alguma importância faz um grande desvio para chegar a Lamego, é viável que o traçado mais antigo passasse por Almofala, como vamos ver mais adiante.
- ⁴¹ Carlos Alberto Ferreira de Almeida defende que no decorrer da romanização e funcionamento das vias, estas se foram *tornando também, cada vez mais, vias económicas e, sobretudo, linhas estruturantes do povoamento e da organização dos territórios* (Almeida, C.A.F., 1993a, p. 193).
- ⁴² Pensamos que esta visão de Michel Rouche, embora necessitando de alguns matizes, reflecte bem a diferente visão da Idade Média, moldada por distintos condicionalismos: *Leurs créateurs n'ont plus les mêmes soucis: rapidité et rectitude s'effacent devant la commodité et la nécessité de relier entre eux tous les lieux habités* (Rouche, 1982, p. 32). No fundo, as diferenças reflectem as próprias estruturas de cada época. As grandes vias romanas são idealizadas desde uma visão mais ampla, para ligar pontos estratégicos entre si, é uma autoridade forte e organizada que constrói e mantém uma vasta rede de percursos. Com a fragmentação do poder em múltiplos pequenos poderes, foram os interesses locais e regionais que passaram a reger a lógica dos caminhos. Durante a vigência do império romano, as vias eram essencialmente uma obra da administração pública, na Idade Média a reparação de troços de via e construção de pontes passaram a ser, em muitos casos, uma obra de caridade.
- ⁴³ *Constitui o sítio de passagem mais fácil* (Vaz, 1982, p. 787) para a Via VII de João Vaz, que depois seguiria para Fráguas, passando de seguida por Queiriga onde *ia servir para escoamento dos minérios explorados nas minas de Queiriga* (1997, p. 383).
- ⁴⁴ Talvez uma parte evidencie traços dos finais da Idade Média. Aquilo que hoje nos é possível observar não permite outros comentários: não existem siglas marcadas nos silhares e a sua morfologia não tem sinais particulares. Não podemos, todavia, afirmar que não terá tido fundações mais antigas.
- ⁴⁵ Cumieira, Escoiral, Franqueira, Oiteiro e Quinta do Passal, sítios inventariados por João Vaz (1997, p. 130-132), alguns já anteriormente referidos por Celtibero Lusitanus (1974, p. 245-246, 248 e 253, 1978, p. 876-877) e Jorge de Alarcão (1988a, p. 57, 61).
- ⁴⁶ A primeira notícia de uma estrada romana, que ligaria Viseu a Lamego, é nos dada por Fonseca da Gama (1940, p. 82). Moreira de Figueiredo (1953, p. 199) limita-se a escrever: *passaria por aqui uma estrada; é todavia incerta a ocupação do lugar na época romana*. João Vaz (1982, p. 788) menciona a opinião dos autores referidos, não acrescentando outras provas.
- ⁴⁷ Cfr. Fichas de Inv.º n.º 069 a 074.
- ⁴⁸ É claro que defendemos que a segurança na análise destes elementos é sempre muito relativa. Com esta expressão, usada no texto, pretendíamos apenas expressar a possibilidade destes vestígios, que denotam grande usura do tempo, serem de tradição bastante mais recuada no tempo. No caso que vamos referir, a topografia parece apoiar a ideia de estarmos perante um traçado vetusto, pois o vale forma uma passagem natural, enxuta e sem obstáculos.
- ⁴⁹ É possível que nunca ali tenha existido uma ponte propriamente dita, pelo menos no sentido de obra de arte, pois o que hoje é observável é uma calçada que facilita a passagem do leito do rio. Este procedimento era usado pelos romanos que não construíram tantas pontes como as que lhes são atribuídas (Mantas, 1996, p. 496).
Como assinalou Vasco Mantas (1996, p. 25), a designação de “romana” atribuída a uma ponte ou calçada deverá ser fruto de intervenção erudita, pois o povo reserva para as antiguidades a atribuição aos Mouros. É possível que, nalguns casos, a interferência de opiniões eruditas leve à sobreposição destas sobre as populares. Pelas informações que recolhemos em Almofala, esta classificação terá sido veiculada pelos esforçados tentames de estudo das “antiguidades” da zona por parte de alguns homens da igreja.
- ⁵⁰ S. Martinho de Almoneixe (Inv.º n.º 083) e Almoneixe (Inv.º n.º 084), respectivamente necrópole e povoado alto-medievais. Alagoa (Inv.º n.º 098) classificada como “quinta” de época romana.
- ⁵¹ As grandes vias normalmente ligavam grandes centros, desprezando as aglomerações secundárias e as *villae* (Almeida, C.A.F., 1968, p. 18; Mantas, 1996, p. 163), mas o caminho sobre o qual nos debruçamos não é um eixo principal, pelo que poderá não ter seguido essa norma. A própria estrada é um factor dinamizador do povoamento e terá atraído a fixação populacional nas suas imediações (Mantas, 1996, p. 163).
- ⁵² É comum ler-se que os vales são propícios para a passagem de vias, mas não o fundo dos vales. O risco de transborde dos leitos e o próprio terreno, tendencialmente menos compacto, afastariam os construtores de caminhos, tanto os romanos como os medievais (Caamaño Gesto, 1979, p. 364). A investigação tem vindo a provar que os romanos não hesitavam em acompanhar os cursos de água (Mantas, 1996, p. 64-69). Mas, é lícito pensar que esses traçados arrojados dos engenheiros romanos não seriam usuais em vias não especificamente construídas para servir interesses militares e/ou administrativos.
- ⁵³ *Em vários casos parece-nos que a existência de sepulturas rupestres isoladas ou agrupadas em número restrito se pode explicar, também, pela presença de vias de comunicação, pela própria organização da propriedade individual ou pela vontade de se ter sepultura bem destacada na paisagem* (Barroca, 1987, p. 129). Durante a época romana era costume — e legislou-se — para manter as tumulações fora dos *habitats*; o

mundo dos mortos era remetido para os locais de passagem. *O afastamento do corpo do defunto do espaço dos vivos, tem as suas raízes na concepção pagã da morte. A presença de um morto podia ser nefasta para os vivos já que o seu espírito permanecia junto do corpo, coexistindo num mesmo espaço — o da sepultura — e podendo, virtualmente, importunar a ordem dos vivos.* Todavia, o morto não podia ser votado a um esquecimento total sem consequências funestas. *Teve que se encontrar uma solução de compromisso. A implantação do túmulo nas margens de um caminho, sobretudo nas proximidades das urbs, nos acessos mais trilhados, era uma situação privilegiada que permitia o equilíbrio: um local de passagem, diferenciado do mundo dos vivos, que afastava a possibilidade de ele os vir importunar, mas que, por outro lado, permitia que a sua memória não fosse votada ao esquecimento total. Para além das comemorações funerárias, (...) os familiares do defunto podiam também contar com as orações que os viandantes eram convidados a pronunciar quando liam os epitáfios pagãos* (Barroca, 1987, p. 9-10). O cristianismo não coloca entraves à presença dos cemitérios junto da comunidade dos vivos, uma vez que o corpo do defunto deixou de ser encarado como algo de prejudicial para os vivos, pois o espírito — transmutado em alma — deixa a vida terrena para alcançar a eternidade. Todavia, a alteração deu-se de forma muito lenta, até porque existiam fortes resistências no seio das comunidades paleo-cristãs. Foi um processo complexo e longo; *os povos germânicos mantiveram um mesmo divórcio entre necrópoles e habitats, pelo que o Ocidente europeu só viu este processo de assimilação dos dois espaços num único ser definitivamente generalizado no século VIII ou IX, (...) sob a nova tendência da tumulatio appud ecclesia* (Barroca, 1987, p. 10-12).

Posto tudo isto, não nos parece de afastar a hipótese de que estas sepulturas — isoladas umas das outras — possam ter sido colocadas em consonância com uma via bastante frequentada.

- ⁵⁴ Alguns topónimos indicam que o rio poderia ser atravessado também noutros pontos do trajecto: Porto Seixo e Portelinha das Chãs. Mas como, nestes locais, apesar das prospecções efectuadas, não identificámos nenhum sítio arqueológico, resolvemos optar pela hipótese da Portela. Este topónimo deriva do lat. *portella*, «portinha» (Machado, 1977², p. 405). *Mais do que hoje, ontem, uma portela era um sítio de passagem obrigatória para se transporem uns montes* (Almeida, C.A.F., 1968, p. 49).
- ⁵⁵ Castro Daire seria um importante ponto de ligação do interior com o litoral, uma vez que dele partiria, pelo menos, uma via que permitiria alcançar o Porto (Costa, 1977, p. 31) e daí seguir o eixo viário estruturante das comunicações norte-sul. Estes trajectos seriam interessantes para os peregrinos que demandavam Compostela.
- ⁵⁶ O hagiotopónimo Santo André está associado à rede viária, tal como S. Martinho (de Tours) e S. Lázaro (Conde, 2000, p. 335, nota 256). Agradecemos ao autor ter-nos gentilmente cedido o texto antes da sua publicação.
- ⁵⁷ Para João Vaz, este povoado deveria a sua importância — nos primeiros séculos da nossa era —, à vigilância da passagem do rio pela Ponte Pedrinha (Vaz, 1997, p. 404). Sendo assim, este autor faz remontar a ponte àquela época. Pensamos que se deve usar de um pouco de cautela neste ponto, até porque algumas das vias que por aí passam poderiam ser medievais. Não queremos defender que não existiria uma ponte na época romana, mas as vias que ali entroncam não são principais, portanto é possível que fosse feita de madeira, mais tarde adquirindo a forma pétreo.
- Na Idade Média, para além da via que vinha de Viseu, também uma com origem em Lafões se lhe juntava (Alarcão, 1996, p. 26; para João Vaz (1997, p. 391) esta hipotética via já existiria desde época romana, mas não apresenta provas). De Castro Daire partiriam três trajectos para norte. Um, já mencionado, que atravessando a serra de Montemuro se dirigia a Lamego. Quanto ao traçado em direcção ao Porto, teríamos duas hipóteses: uma que seguiria o vale do Paiva e outra que se dirigia a Marco de Canaveses fazendo um percurso quase directo, através da serra (Mattoso, 1997², p. 144, mapa). Este último traçado seria utilizado em época romana (Dias, 1996, p. 32). Pensamos que, de facto, este local reúne as características necessárias para potencialmente ter funcionado como um entroncamento viário. Resta saber desde quando desempenha esse papel, questão em relação à qual só novos dados nos poderão elucidar.
- ⁵⁸ Tanto as vias romanas como as medievais seriam lajeadas apenas nos troços mais difíceis, como, por exemplo, os de acentuado pendente, ou onde as terras eram muito húmidas, ou ainda para a travessia de rios (Mantas, 1996, p. 496).
- ⁵⁹ As melhorias técnicas difundidas a partir dos séculos IX-X, permitirão que muitas cargas pesadas passem a ser transportadas por via terrestre — enquanto que durante a época romana se faziam vulgarmente por via fluvial/marítima. A utilização de carros divulgou-se sobretudo na Baixa Idade Média. Acerca destas temáticas cfr. Almeida, C.A.F., 1968, p. 17; Rouche, 1982, p. 13-15; Conde, 2000, p. 337.
- ⁶⁰ Este topónimo está muito frequentemente correlacionado com a existência de Atalaias e com o serviço de vigilância e defesa do território (Chaves, 1952, p.8).
- ⁶¹ *As simples pousadas tinham o nome de tabernae e eram, naturalmente, mais numerosas e de arquitectura mais modesta, não diferindo muito da estrutura própria das grandes habitações rurais. (...) Sem dúvida que muitos destes estabelecimentos tinham um aspecto bastante simples, contando com instalações anexas construídas de forma sumária* (Mantas, 1996, p. 550). Esta estação (Pousada das Campas, Inv.º n.º 068) ostentaria

- ⁶⁵ O empedrado deste é de secção horizontal, não se notando o característico perfil abaulado das vias lajeadas romanas. As lajes são de grandes dimensões, certamente encontrando-se travadas pelo seu próprio peso. Não se identificaram pedras laterais de travamento (margines), mas também não foi possível fazer uma observação mais atenta devido à terra e vegetação que cobre essas zonas da estrada (apesar de ter sido limpa pela Junta de freguesia na altura em que a observamos).
- ⁶⁶ Esta é a interpretação oferecida por M. Costa, com base em documentos coevos (Costa, 1979, p. 139).
- ⁶⁷ O castelo de Caria é mencionado na doação da condessa D. Flâmula datada de 960 (PMH, 81), mas deste castelo condal não parecem existir vestígios na actual povoação com o mesmo nome.
- ⁶⁸ São as capelas que servem de pousada aos peregrinos, as capelas-abrigo ou “capelas de porta aberta” (Almeida, C.A.F., 1968, p. 87).
- ⁶⁹ O topónimo vem do árabe *qarya*, aldeia; ou do românico *carraria* (Conde, 1999, p. 37). Como já no século X é documentado com a forma *Caria* (PMH, 81), provavelmente estaremos perante um topónimo árabe.
- ⁷⁰ Pensamos que neste caso *comunidades cristãs primitivas* terá o significado de pré-nacionais. Não temos outros autores que confirmem S. Barnabé como um santo da Alta Idade Média, mas é provável que tenha sido implantado com a “Reconquista”.
- ⁷¹ A capela, actualmente, não tem quaisquer sinais de arquitectura medieval. Também a pequena povoação não forneceu quaisquer indícios arqueológicos da sua antiguidade. Não é impossível que tenha sido ocupada em continuidade desde a sua fundação, em data que desconhecemos.
- ⁷² Este templo foi edificado na Caria de *Susã* dos documentos medievais (Costa, 1977, p. 288-289).
- ⁷³ Os exércitos de Almansor tinham capacidade para construir caminhos quando tal se tornava necessário e não seria uma qualquer vereda, mas uma estrada que permitisse a circulação do exército com toda a sua parafernália e despojos dos saques (Mantas, 1996, p. 470).
- ⁷⁴ *CIL* II, 4641. De época romana conhecem-se outras inscrições: *CIL* II 4642 e 4643. Também é importante a inscrição que foi encontrada no século XVI, na capela de S. João de Vide (paradeiro desconhecido), teria os seguintes dizeres: *Amanda, serva de Cristo, faleceu em paz no ano de 586* (Costa, 1977, p. 278). Este epitáfio paleo-cristão do século VI é um precioso indicador de eventual continuidade de povoamento desde a época romana até à Alto Medieval. Também o orago de S. João, que deverá ser o Baptista pela antiguidade da inscrição, nos pode indicar uma antiga paróquia, uma vez que *les baptistères furent généralement mis sous le patronage de saint Jean-Baptiste; une église de ce saint voisinant avec une église de Notre-Dame désigne généralement la localité comme le siège d'une paroisse primitive. Plus d'une fois aussi, le vocable de l'ancien baptistère a passé à l'église principale elle-même* (David, 1947, p. 227; o sublinhado é nosso). A capela de S. João de Vide está hoje em ruínas e as suas paredes revelam grande quantidade de elementos pétreos reutilizados entre os quais se encontra um tambor de coluna. Mesmo junto da capela existem sepulturas escavadas na rocha e nos terrenos agricultados em volta surge grande quantidade de cerâmica de construção (tégula), bem como cerâmica comum e pedras aparelhadas. Diz-se que na área de Vide existiu uma antiga cidade (Rochela ou Arrochela) e os vestígios estendem-se de Vide a Granja de Oleiros (Costa, 1977, p. 32, 36, 278).
- ⁷⁵ Referida em documento de 1225 (Costa, 1985, p. 428).
- ⁷⁶ Onde existe uma igreja dedicada a Santo André, mais um dado que aponta para a existência de um antigo traçado viário.
- ⁷⁷ Os mosteiros serviriam de hospedarias aos que itineravam, era assim que a sua riqueza reverteria a favor do público, para assistência aos pobres, doentes e viandantes (Almeida, C.A.F., 1968, p. 74).
- ⁷⁸ É de salientar que a prospecção deste tipo de assentamento é grandemente dificultada pela natureza inculta da maioria dos solos que abrangem e também pelos vestígios frágeis que deixam as ocupações esporádicas.
- ⁷⁹ Na região do Alto Paiva, apenas o Castro de Vila Cova-à-Coelheira é alvo de investigação arqueológica com recurso a escavações
- ⁸⁰ Esta noção de fortificação exclui à partida o povoado de Canedotes, que referimos anteriormente, pois, para além de estar datado do Bronze Final, também não possui estruturas defensivas visíveis.
- ⁸¹ Certamente, o território de uma hora seria suficiente para qualquer um destes povoados. Na região de Viseu, terão existido assentamentos fortificados da Idade do Ferro com territórios de apenas 30 minutos, apesar de não se registar falta de espaço (Alarcão, 1996, p. 10-11).
- ⁸² Acerca das várias funcionalidades/significados das muralhas, cfr. Rowlands, 1972, p. 447-462. Também Martins, 1995, p. 78.
- ⁸³ João Vaz refere esta “jazida” metalífera, apontando para uma exploração durante a época romana (Vaz, 1997, p. 333).
- ⁸⁴ Era comum, na época medieval, que as oficinas e forjas fossem colocadas nos termos das povoações. Pretendia-se certamente afastar do centro populacional os maus odores e fumos (como parece suceder no Tomar medieval. Conde, 1996, p. 85).
- ⁸⁵ Segundo João Vaz (1997, p. 333), durante a época romana, o metal seria explorado no alto do monte e depois transportado para as povoações que se encontravam na sua base, era aí que se realizaria a fundição e forja do ferro. As estações a que se refere ficam já fora dos limites do Alto Paiva. Cfr. Franqueira, Cumieira, Escoiral, na zona de Cota e Nogueira de Cota (Vaz, 1997, p. 130-132), também já referidos por Celtibero Lusitanus (1974, p. 245-246, 248, 253, 1978, p. 876-877), exceptuando o sítio de Barra (Fráguas, nosso Inv.º n.º 072).
- ⁸⁶ Também conhecido como Outeiro da Maga. É um povoado fortificado com uma linha de muralha que aproveita o afloramento natural, nos locais de mais fácil acesso apresenta uma segunda linha de defesa. No interior ainda são visíveis muros que poderão pertencer a habitações. Todos os materiais, guardados na colecção da Assembleia Distrital de Viseu, se reportam ao Bronze Final (Pedro, 1995, p. 14).
- ⁸⁷ Não sabemos exactamente o que significa, para os autores citados, esta indicação de “povoado romanizado”, mas é natural que tenha conotação cronológica e cultural, a mais vulgarizada. Para nós, apenas tem sentido usar este termo em sentido cultural, isto quando os dados não são provenientes de escavações ou sondagens arqueológicas. Pois, um povoado pode persistir em época romana, embora cul-

- turalmente marginalizado, não mostrando, assim, à superfície, os sinais frequentemente correlacionados com este período (nesta posição seguimos a opinião de Lemos, 1993, p. 397).
- ⁸⁸ Tratar-se-ia de um *castro romanizado* (Vaz, 1997, p. 24).
- ⁸⁹ Cujas descrições poderão apontar para uma reutilização durante a Alta Idade Média, assunto que desenvolveremos mais à frente neste trabalho.
- ⁹⁰ Pelas características topográficas associaríamos mais facilmente o povoado do Toutaínho ao Bronze Final, mas até ao aparecimento de novos dados ficaremos presos em conjecturas.
- ⁹¹ É um impressionante batólito esférico que escorre água no Verão e parece estar suspenso no ar devido à sua diminuta base; estas características induzem a população a atribuir a essa água propriedades milagrosas, tendo-se recentemente construído uma capelinha, “cristianizando” o local.
- ⁹² Este topónimo parece coincidir com locais onde existiriam santuários, tal como é indicado por José Leite de Vasconcelos, e que poderiam coincidir com fronteiras (Bernardes, 1996, p. 17).
- ⁹³ Do ponto de vista populacional e estratégico, poderiam não ter sido completamente abandonados, mas também não seriam significativos. Podendo ter mantido uma actividade incipiente e marginal, já não mereceriam a classificação de povoados fortificados.
- ⁹⁴ Apenas relativamente à área do Alto Paiva, pois noutros espaços, são conhecidos outros povoados com ocupação pré-histórica e vestígios de romanização com características semelhantes. A título de exemplo podem-se referir, no território de Chaves, o sítio de Cigadonha ou Cerca dos Mouros (S. Vicente, Aveleda), o de Cidadonha ou Alto da Cigadonha (Bobadela) e o Castro do Cabeço (Boticas, Granja) (Teixeira, 1996, p. 18, 53, 66).
- ⁹⁵ As Beiras terão oferecido forte resistência ao invasor (Alarcão, 1990, p. 348-351), pelo que não será descabido pensar que esse antagonismo tenha sido protagonizado também pelos povos que habitavam no Alto Paiva.
- ⁹⁶ Era frequente que os romanos, para defender os seus interesses, favorecessem novos chefes locais. Ou seja, impunham uma nova ordem, mas dentro da organização indígena. Veja-se, por exemplo, o caso do vale do Guadalquivir (Cfr. Ruiz Rodríguez et al., 1991, p. 29-36). Este estratagema deveria ser usado sobretudo com povos menos aculturados — em termos mediterrânicos — e terá sido aplicado no norte do nosso país.
- ⁹⁷ Para mais pormenores e bibliografia consultar a respectiva Ficha Inv.º n.º 038.
- ⁹⁸ Na província de Salamanca, a prospecção de superfície tem vindo a revelar a presença de numerosos *habitats* rurais de carácter indefinido: *que parece romano en su mayor parte pero que, en algunos casos, puede remontarse a época prerromana* (Salinas de Frías, 1994, p. 178-179). Em vários locais, espalhados um pouco por todo o Mediterrâneo, têm vindo a ser revelados assentamentos de tipo disperso, prévios à influência romana. Estes dados são obtidos aquando da realização de prospecções sistemáticas, constituindo, por vezes, uma surpresa a sua detecção (como nalguns casos em Itália, onde territórios já prospectados anteriormente, tiveram que ver a interpretação do espaço rural sensivelmente revista) (Vallat, 1991, p. 10-17). O caso da Dalmácia é interessante e veio corroborar a importância da variedade de assentamentos; os investigadores responsáveis por esse projecto sublinham que tanto o povoamento concentrado como o disperso são a chave para a compreensão do mundo rural (Chapman e Shiel, 1991, p. 62-75).
- ⁹⁹ Este menor impacto da romanização nas áreas montanhosas e inacessíveis é referido por John Patterson (1991, p. 177-179) na introdução ao capítulo “Agrarian structure — the uplands and margins” da colectânea *Roman landscapes*.
- ¹⁰⁰ Relativamente aos materiais encontrados (sobretudo achados no decurso de obras) em Castro Daire veja-se Vaz, 1995, p. 103-106, 1997, p. 24, 333.
- ¹⁰¹ A questão que se põe é: se não encontramos materiais de horizontes romanos poderemos pensar que determinados locais não foram ocupados durante esse período; a única forma de saber se um sítio se manteve, mas marginalmente, é através de escavações com recurso a datações absolutas.
- ¹⁰² Cfr. Nota n.º 45.
- ¹⁰³ Não conhecemos o percurso desta via referida por João Vaz (1995, p. 106), mas suspeitamos que, existindo, passaria fora da área do Alto Paiva, contornando S. Lourenço por sul e juntando-se em Vale de Cavalos à via — que já tivemos ocasião de descrever — que vinda de Viseu se dirigia a Lamego por Fráguas.
- ¹⁰⁴ Uma continuidade de ocupação, incipiente, durante a época romana, poderá ter ocorrido em muitos povoados da Idade do Ferro. *É possível que muitos (castros) tenham permanecido marginalizados, com reduzida assimilação dos benefícios da civilização romana. A simples recordação do teor de vida de muitas aldeias serranas do nosso tempo ajuda-nos a compreender a distância que, na época romana, pode ter mediado entre uma cidade como Bracara Augusta ou Aquae Flaviae e um castro à margem das vias principais* (Alarcão, 1992, p. 68).
- ¹⁰⁵ Hipótese sobretudo apoiada pelo grande número de inscrições romanas aí encontradas (para as epígrafes e bibliografia; cfr. Vaz, 1997, p. 26-27, 188-192, 228-231).
- ¹⁰⁶ Na zona de Maresme (Catalunha), as aldeias e outros assentamentos indígenas foram gradualmente abandonadas em prol das cidades de Iluro e Baetulo, mas, em alguns desses sítios, manteve-se uma ocupação residual até ao Alto Império (Prevosti, 1991, p. 139-140).
- ¹⁰⁷ Neste sentido, é interessante a existência do topónimo Cela (dentro do território do Castro da Maga, a sul de Lamas, Alarcão, 1996, p. 14). A sobrevivência de um topónimo eventualmente relacionado com a descida dos *Caielobrigenses* para zonas mais próximas de cam-

pos férteis? A identificação deste e doutros nomes étnicos provém da interpretação da famosa inscrição rupestre de Lamas de Moledo (cfr. Alarcão, 1996; Curado, 1996; Vaz, 1996a). Não nos prolongamos na análise deste interessante caso, pois o seu cerne localiza-se no exterior da região natural do Alto Paiva.

- ¹⁰⁸ Ter-se-á dado um reordenamento territorial estimulado pelo avanço dos romanos para o norte, este é sobretudo visível a norte do Douro (Silva, 1996, p. 49-55), mas tal não significa que fenómenos mais localizados não tenham ocorrido na Beira Alta.
- ¹⁰⁹ O momento de pacificação, que caracterizou o domínio romano, terá permitido às populações deixarem de raciocinar primordialmente em função da defesa. Assim, poderiam ocupar zonas mais propícias ao desenvolvimento de actividades económicas. Os povos terão compreendido que poderiam ter mais vantagem em ocupar outros locais; provavelmente valorizando, agora, a proximidade de terras férteis e bons terrenos para a pastorícia. Terá sido isto que aconteceu com o Muro, onde a população se terá deslocado do interior da zona amuralhada para um espaço mais aberto. Todavia, não se distanciando muito da antiga área ocupada, continuando a explorar o mesmo território, provavelmente porque estava em acordo com as suas necessidades e manifestava, em parte, a manutenção de actividades tradicionais.
- ¹¹⁰ Cerca de 22 000 m² (cfr. Ficha Inv.º n.º 031).
- ¹¹¹ Como já dissemos anteriormente, seguimos a definição de *vicus* de Pérez Losada (1996, p. 189-197) e Manuela Martins (1995, p. 83-84, 91, 103).
- ¹¹² A título de curiosidade referimos que, hoje, nas imediações da estação arqueológica de Quelhas, se encontram várias explorações apícolas.
- ¹¹³ Acerca da cronologia relativa às campanhas militares romanas e ao reordenamento territorial, cfr. Alarcão, 1998, p. 25-61, 1990, p. 359-373.
- ¹¹⁴ A importância destes locais poderia dever-se a vários factores, tanto ao facto de já desempenharem funções de local central, como apenas ao de terem potencialidades para ocupar esse papel (proximidade de vias, riqueza dos solos, entre outras).
- ¹¹⁵ A configuração político-administrativa do território actualmente português parece ter ficado no essencial definida na época de Augusto (Alarcão, 1990, p. 377). Acerca dos *termini augustales*, cfr. Alarcão, 1988, p. 35-36, 1990, p. 375-377.
- ¹¹⁶ Agradecemos ao Prof. José d'Encarnação a leitura atenta dos parágrafos respeitantes a esta inscrição, salvaguardando-se que qualquer imprecisão é da inteira responsabilidade da autora.
- ¹¹⁷ Correia de Campos (1972, p. 180) refere o seu achado, sublinhando a proximidade de sepulturas escavadas na rocha.
- ¹¹⁸ Os espaços imbuídos de religiosidade poderiam ser entidades naturais, como as montanhas, colinas ou bosques (Encarnação, 1998, p. 96 e n. 14, 1993, p. 135-136). Existem vários exemplos de respeito dos recém-chegados pelos locais sagrados autóctones (para a área de Viseu, cfr. Encarnação, 1989, p. 317-318). *Les divinités indigènes sont vénérées (par des indigènes et par des romains) à la façon latine* (Encarnação, 1998, p. 95).
- ¹¹⁹ Esta é, aliás, uma das características mais comuns das inscrições rupestres: a grande dimensão dos caracteres (Rodríguez Colmenero, 1995, p. 240).
- ¹²⁰ Cfr. Alarcão, 1990, p. 359-377.
- ¹²¹ Os *termini* conhecidos da época de Augusto são apenas quatro: o de Salvador (Penamacor, *CIL* II, 460) que refere *Igaeditani e Lancienses Oppidani*; o de Peroviseu (Fundão), que, apesar de ser uma cópia, deverá ser fidedigno, menciona *Igaeditani e Lancienses*; o de Ul (Oliveira de Azeméis), que não nos fornece os nomes dos povos demarcados; o de Guardão (Tondela), que, pelo seu estado de conservação, não nos permite saber que povos delimitaria (com bibliografia: Alarcão, 1988, p. 35 e nn. 10-13, 1990, p. 375). São conhecidos outros dois *termini*: o de Goujoim (Lamego), provavelmente de Nerva, que refere os *Coilarni* e os *Arabrigenses* e o reutilizado nos muros da igreja de S. Pedro de Balsemão (*CIL* II, 6199), de Cláudio, que infelizmente não indica quais as *civitates* demarcadas (com bibliografia: Alarcão, 1988, p. 38).
- ¹²² A *Omnia* do paroquial suévico, que Almeida Fernandes coloca em Alto da Ónia, no concelho de Sernancelhe, freguesia do Carregal (Fernandes, 1997, p. 87). Independentemente de se vir a confirmar, ou não, a localização da antiga paróquia no local indicado por este autor, é natural que algures entre Moimenta da Beira e Sernancelhe se venha a identificar a antiga capital que terá continuado a ser referência durante a época suévica.
- ¹²³ Entre os quais avulta a estátua de um togado, hoje guardada no Museu da Assembleia Distrital de Viseu (Vaz, 1997, p. 323).
- ¹²⁴ A influência exercia-se no sentido de estímulo, da cidade, para a produção de excedentes para alimentar os seus mercados. No fundo, apenas essa área estaria potencialmente mais apta a adaptar-se a uma economia de mercado.
- ¹²⁵ Para o Entre-Douro-e-Minho, onde as *civitates* formam uma *diminuta malha urbana* e as *cidades possuem vastos territórios*, estima-se que a influência das urbes no mundo rural não ultrapassaria os 17 km, *grosso modo* correspondente a meio dia de marcha (Martins, 1995, p. 84, 104).
- ¹²⁶ De todos os povos mencionados na inscrição da ponte de Alcântara (*CIL* II, 760), só um ostenta proveniência latina sob o nome de *Interamienses*. Este teria agrupado, sob a sua designação, várias pequenas unidades étnicas (Alarcão, 1988, p. 40).
- ¹²⁷ Que já ficam fora da área do Alto Paiva e que foram já referidos supra (cfr. nota n.º 74).
- ¹²⁸ As referências a estes achados foram compiladas por Mário de Castro Hipólito (1960-61, p. 52-53) e encontram-se sumariamente referenciadas na Ficha de Inv.º n.º 020, correspondente ao sítio de Caria Velha. Este não consta entre os sítios classificados como romanos, pois não forneceu qualquer material, todavia é um local com grande potencial arqueológico, que ainda poderá vir a fornecer dados importantes para a compreensão do povoamento do Alto Paiva.

- ¹²⁹ A classificação que este autor faz, das moedas em si, é considerada correcta por Mário Hipólito, este apenas lhe aponta uma imprecisão na referência bibliográfica (Hipólito, 1960-61, p. 53, n. 123).
- ¹³⁰ Cumpre-nos também frisar o quão frágil é o traçado de uma linha, geometricamente concebida, sobre um terreno não plano e cuja lógica de exploração não está apenas subordinada ao plano económico, mas é muito mais complexa.
- ¹³¹ Arqueólogos e historiadores do mundo clássico habituaram-se a ver as cidades e o povoamento de tipo urbano como as preferidas e dominantes formas de assentamento humano dessa época (Lloyd, 1991, p. 233). Visão que registou o insigne M. Finley no seu trabalho *Comparative studies in society and history* de 1977: *The Graeco-Roman world — was a world of cities. Even the agrarian population, always a majority, most often lived in communities of some kind, hamlets, villages, towns, not in isolated farm homesteads* (citado por Lloyd, 1991, p. 233). Esta forma de ver o mundo romano foi extremamente influenciada pelos autores coevos, uma vez que o mundo rural pouco reflexo tem nas obras conhecidas. Também é necessário ter em conta que os próprios escritores não se limitavam a descrever as situações reais, mas sim a dar uma imagem dos romanos como civilizadores do mundo bárbaro. Plínio, por exemplo, nas suas descrições *privilegia a romanização, a urbanização e o enquadramento jurídico* (Oliveira, 1993, p. 107). Hoje, tende a esbater-se esta tendência de investigação, não se menosprezando o papel das cidades, mas começando a dispensar-se mais atenção ao mundo rural em relação com estas.
- ¹³² Em todo o Império romano existiria maior número de habitantes no mundo rural do que no urbano (Le Roux, 1994, p. 160), calcula-se que mais de cinquenta por cento da população britano-romana terá habitado no campo, esses números poderão ser bastante mais inflacionados nos territórios setentrionais da península (Pérez Losada, 1996, p. 189).
- ¹³³ Quando fizermos a interpretação de conjunto, iremos referir estes locais, pois isolados não permitem a interpretação desejada.
- ¹³⁴ Muitos dos locais, quando observados directamente por nós, já não apresentavam quaisquer vestígios materiais à superfície; cremos, no entanto, que as informações que obtivemos na bibliografia são fidedignas, apesar de escassas.
- ¹³⁵ Por vezes, não é fácil encontrar fragmentos que possuam o característico rebordo da telha plana, ou a curvatura pronunciada do *imbrex*. Também não conhecemos o critério utilizado pelos autores consultados para classificar um fragmento cerâmico como “tégula”. Embora tenhamos ideia de que, todos eles, conhecessem bem esses materiais, por vezes os seus escritos resultaram de observações pouco demoradas e não podemos deixar de considerar que podem ter existido lapsos.
- ¹³⁶ Não conhecemos os limites da sua utilização/fabrico, temos ainda menos informação quanto à sua reutilização, cfr. Barroca, 1987, p. 59-61 e respectivas notas; Chapelot e Fossier, 1980, p. 324-325.
- ¹³⁷ Uma citação, dos autores responsáveis pelas prospecções em volta de S. Cucufate, faz a síntese da questão: *Il faut toujours garder à l'esprit que les constructions antiques ont toutes été dépouillées et que les spolia ont été largement utilisés dans des édifices médiévaux et modernes* (Mantas e Sillières, 1990, p. 159).
- ¹³⁸ No Alto Paiva não se registou nenhuma estrutura funerária deste tipo, mas, não muito longe, em S. Pedro de France (Concelho de Sátão), aparece — no local chamado Assento ou Forno do Turco —, uma sepultura *pavimentada e forrada de tégulas romanas, tendo uma delas a letra P e fragmentos de cerâmica*. Esta foi “escavada” pelo Padre Donato de Almeida e Cunha, que refere que, perto, existia uma outra sepultura constituída por lajes de granito, estando ambas cortadas por um caminho (desconhecemos se foram preservadas ou destruídas). A poucos metros deste local, existe um conjunto de sepulturas escavadas na rocha (Cunha, 1968, p. 9-11). A tégula com a letra P (?) e uma outra completa (embora fragmentada), encontram-se guardadas no Museu Paroquial de Queiriga; a grande quantidade de fragmentos cerâmicos — sem indicação de proveniência —, que se encontram no mesmo “museu”, não nos permitiram identificar as cerâmicas que teriam sido encontradas no interior da sepultura.
- No Entre-Douro-e-Minho, identificaram-se várias necrópoles com sepulturas definidas por tégulas e tijolos. As tipologias mais comuns são as rectangulares, trapezoidais e as de planta rectangular e secção triangular. São atribuídas ao período de transição entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média (Barroca, 1987, p. 59-67). Para mais exemplos e referências a fornos de telha que terão funcionado para além da época romana, cfr. Almeida, 1996, p. 320-322.
- As tégulas terão sido, portanto, utilizadas para a construção de sepulturas, entre outras (re)utilizações. As tipologias podiam ser bastante variadas, mas devemos ainda pensar que poderiam servir para cobrir os sepulcros abertos no afloramento rochoso, como foi documentado em Vauluse (França) (cfr. Colardelle et al., 1996, p. 271-303).
- ¹³⁹ Se quiséssemos ser estritos, o fenómeno da reutilização obrigar-nos-ia a considerar também a Baixa Idade Média e mesmo a Época moderna.
- ¹⁴⁰ Acerca das distâncias às linhas de água mais próximas, cfr. entradas do Catálogo dos respectivos locais.
- ¹⁴¹ Atribuiu-se, a estes casais, um território de exploração na ordem dos 5 hectares (Alarcão, 1999, p. 33).
- ¹⁴² Trata-se das estações de Pousada das Campas (Inv.º n.º 068) e da Alagoa (Inv.º n.º 098).
- ¹⁴³ Duas destas estações encontram-se aos 800 m de altitude: Devesa (Inv.º n.º 058) e a Quinta de Paredes (Inv.º n.º 041). Debotinos (Inv.º n.º 096) tem uma altitude média de 816 m, S. Romão (Inv.º n.º 077) atinge o máximo registado de 863 m, Portela (Inv.º n.º 035) mostra 825 m de altitude média e Alagoa (Inv.º n.º 098) 820 m.
- ¹⁴⁴ Fizemos corresponder a cada uma destas unidades um território teórico de 50 hectares (cfr. Alarcão, 1999, p. 33).
- ¹⁴⁵ Este local, apesar dos seus 10 000 m² de dispersão dos vestígios, foi considerado uma quinta, pois os materiais se encontram muito espalhados pelas encostas despidas e também porque as ruínas de habitações (de época contemporânea) ajudam a sobrevalorizar os achados (muita pedra solta e derrubes de muros por entre os materiais mais antigos).

- ¹⁴⁶ Mais uma vez, lembramos que estes territórios teóricos são apenas uma ferramenta de análise. É natural que os camponeses explorassem a área em volta do local de habitação, mas este não ficaria forçosamente no centro da unidade agrícola.
- ¹⁴⁷ Que necessitaria do recurso a modernas técnicas de teledetecção.
- ¹⁴⁸ Do lat. *Fabricas* > *fravegas* > Fráguas, com o significado de forja (Machado, 1977, III, p. 84).
- ¹⁴⁹ Alguns dos locais que se classificaram como “*habitat*” podem ter sido ocupados numa época ou noutra, ou em ambas, não existindo materiais que — inequivocamente — os coloquem, seja na época romana, seja no período alto medieval.
- ¹⁵⁰ O Império romano trouxe consigo a exigência de grandes quantidades de ferro, para aplicação em diversas actividades: *na mineração (...); no arroteamento de matas; na exploração adequada dos solos cerealíferos mais profundos; na abertura das novas vias; na construção de novas cidades e pequenos aglomerados urbanos* (vici) (Lemos, 1993, p. 356). Relativamente ao ferro, tem sido difícil de registar no terreno a sua mineração, devido à fugacidade dos vestígios deixados pela recolha do ferro de superfície (Wahl, 1997, p. 95).
- ¹⁵¹ Não conhecemos um paralelo exacto para esta interpretação, todavia conhecem-se exemplares de bases em pedra para a trituração mecânica do minério (Alarcão, A. M., 1997, p. 120, Plinto 8.1). Pensamos que se trata de vestígios de uma zona onde se prepararia o metal, desde o seu estado bruto até à forja de objectos.
- ¹⁵² Hoje, a área sobranceira à estação encontra-se coberta com um espesso pinhal. O abastecimento de madeira é importante para manter a forja a funcionar. A proximidade de um manancial de água também é condição necessária e, aqui, um afluente corre a seis dezenas de metros, podendo ser facilmente canalizado para o local.
- ¹⁵³ Mesmo naquelas que foram classificadas como “*habitat*”: Vale da Forca (Inv.º n.º 070), Alcária (Inv.º n.º 071) e Barra (Inv.º n.º 072).
- ¹⁵⁴ Cfr. Minas da Lousadela, Ficha Inv.º n.º 081 e *Carta Geológica de Portugal* (1977), Lisboa, Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, escala 1:50 000, folha 14-C, Castro Daire.
- ¹⁵⁵ Não eliminamos a hipótese de existir, mais próximo de Fráguas, outro local onde fosse possível extrair o ferro, simplesmente desconhecemos a sua existência (cfr. nota 150).
- ¹⁵⁶ Facto que não é apanágio do Alto Paiva, pois é natural que a arte de trabalhar o metal — que terá sido muito comum em pequena escala e que se encontra atestada pela presença muito frequente de escórias de ferro nas estações arqueológicas (Alarcão, 1988, p. 132) —, estivesse associada à mineração.
- ¹⁵⁷ Este local não foi inventariado, pois só foi documentado quando considerámos o catálogo fechado e já se havia iniciado a interpretação. Não quisemos, porém, deixar de referir a existência de uma enorme vala de extracção de minério (a Cova da Moura). Esta tem uma configuração semi-circular e uma dezena de metros de profundidade; a pessoa que nos mostrou o sítio relata o episódio da morte de alguns animais que se aventuraram no seu interior e já não conseguiam sair; por essa razão, se tem vindo a atolar a grande cavidade com pedras.
- ¹⁵⁸ A povoação de Queiriga sofreu um profundo processo de emigração, este teve como consequência a proliferação da construção de habitações, aumentando consideravelmente o perímetro da localidade. A destruição de locais arqueológicos foi grande, infelizmente, os fragmentos cerâmicos recolhidos no Museu Paroquial de Queiriga não têm, hoje, qualquer indicação da sua proveniência. O organizador do “museu” deixou pequenos papéis nas vitrines onde se expunham os materiais, porém, o tempo e os roedores obliteraram essa preciosa informação. As cerâmicas que aí se encontram guardadas são desde pré-históricas a medievais, passando pelas romanas. Outro processo que terá levado à destruição e/ou ocultação de vestígios arqueológicos, foi a própria mineração que se realizou quase até aos nossos dias. A remoção e acumulação de toneladas de terra e pedra nas zonas de minas, não nos permitem, hoje, encontrar vestígios de povoamento antigo nesses locais.
- ¹⁵⁹ Também não podemos deixar de referir a epígrafe encontrada nas Minas da Lousadela, com a inscrição HIBERI (cfr. Ficha de Inv.º n.º 081). Será que correspondia a uma marca de propriedade? (Vaz, 1982, p. 788). Igualmente inconclusiva é a moeda grega do século IV achada numa mina de estanho (provavelmente a de Lousadela, cfr. Ficha de Inv.º n.º 081), a sua condição de achado fortuito e posterior desaparecimento não nos permite avançar qualquer hipótese. Uma moeda de prata como essa poderá ter tido um percurso muito complexo, não sendo mesmo de excluir que se tenha tornado um objecto pessoal herdado por sucessivas gerações.
- ¹⁶⁰ Vide supra notas n.ºs 61 e 62.
- ¹⁶¹ A nascente fica junto de outra estação arqueológica situada a norte da povoação de S. Martinho, Um Santo, Inv.º n.º 036.
- ¹⁶² Pelas descrições a que tivemos acesso, possivelmente o nível arqueológico terá sido destruído.
- ¹⁶³ É interessante anotar que, em volta da povoação do Castelo existe uma série de minas de água, que é canalizada em pequenas condutas pétreas (em muitos casos cimentadas) através dos campos, sendo frequente a presença de tanques em pedra, que servem de reservatórios para este líquido, precioso para a agricultura.
- ¹⁶⁴ Para descrição mais pormenorizada, vide Ficha de Inv.º n.º 043 e Est. XVI, 3.
- ¹⁶⁵ O procedimento técnico para obter o vinho de forma tradicional remonta às épocas mais recuadas — podendo-se até citar os escritos bíblicos — e prevaleceu até aos nossos dias. Para a descrição dos lagares seguimos o modelo explicativo de Carlos Almeida e a sua terminologia (1999, p. 97-103). Pensamos que a tecnologia necessária para produzir azeite não deveria ser muito distinta. Não podemos, apenas com os dados actuais, distinguir o que seria produzido nestas estruturas pétreas; tanto poderia ser o vinho, como o azeite, ou ambos. Dadas as condições climáticas actuais, apenas seria possível produzir vinho de fraca qualidade, segundo nos afiançaram os locais, que produzem vinho para auto-consumo; dizem que não conseguem sequer guardá-lo de uma vindima à outra, porque se estraga. Todavia, os solos

- já sofreram alterações desde a antiguidade, tendo sobretudo empobrecido; também não possuímos estudos que nos permitam conhecer com rigor o clima da época romana e Alta Idade Média.
- ¹⁶⁶ É possível que muitas destas estruturas sumárias fossem completadas, no momento de utilização, através do recurso a materiais perecíveis, como barro cru.
- ¹⁶⁷ Este último tanque foi consolidado com cimento para aí se dar de beber ao gado. Possui uma inclinação em direcção a um rebaixamento circular; esta cavidade destina-se a recolher os restos do líquido precioso. Cremos que estas características não terão sido um acrescento posterior.
- ¹⁶⁸ Ainda que, na Alta Idade Média, os lagares ocorram, com frequência, na própria vinha.
- ¹⁶⁹ Para além das zonas construídas há uma vasta área de pinhal que cobre a zona potencial para achado de novos locais habitacionais.
- ¹⁷⁰ A 100 m deste lagar existem duas cavidades escavadas no granito; o local foi apelidado de Pedrão 2 (Inv.º n.º 048). Trata-se de uma pia rectangular, idêntica às que se encontram junto do *calcatorium* de um lagar comum; a 2 m desta, encontra-se um orifício circular. O pinhal dificultou a busca de mais elementos, uma vez que o afloramento se encontra sob uma espessa camada de caruma, mas a área de 5/6 m em volta não revelou nada. Poderiam ser orifícios para sustentar qualquer superestrutura em madeira, tal como os que encontramos nos lagares, mas só a obtenção de mais dados poderá ajudar a resolver o enigma.
- ¹⁷¹ É possível que exista uma segunda cavidade, como sucede na maioria dos lagares; no entanto, no local onde em princípio seria possível encontrá-la, ergue-se um pinheiro, impossibilitando a confirmação.
- ¹⁷² A localização das vinhas junto dos caminhos é procurada, pois facilita o trabalho de transporte dos cachos após a vindima, permitindo o carregamento de carros tirados por animais.
- ¹⁷³ É claro que poderemos fazer o raciocínio inverso, ou seja, supor que a produção em determinada altura diminuiu; assim seria necessário um lagar mais pequeno, pelo que o do Casal (Inv.º n.º 051) seria o mais recente.
- ¹⁷⁴ Este foral estabelecia que, os indivíduos que produzissem vinho, deveriam dar uma determinada quantidade da sua produção: *De uino quandoque habuerit V quinalas dones inde uno puzale et nec ante nec postea non des plus* (D.M.P., D.R., 37).
- ¹⁷⁵ Acerca dos aspectos técnicos de estruturas hidráulicas de época medieval, com indicação de bibliografia, cfr. Cortes, 1994, p. 89-102.
- ¹⁷⁶ Não sabemos qual era o papel do escravagismo numa área como a do Alto Paiva. É credível pensar em explorações que contariam com o trabalho de alguns destes homens não-livres, mas necessitariam de recrutar mão-de-obra para as grandes tarefas sazonais que necessitam de muitos braços (como a ceifa e a vindima).
- ¹⁷⁷ Para comentário e bibliografia, cfr. Vaz, 1997, p. 268-269. Mesmo que se conhecesse o local preciso de achado, não poderíamos com segurança identificar uma necrópole romana, pois, em Trás-os-Montes Oriental, verificou-se a reutilização de epígrafes funerárias em sepulturas medievais (Lemos, 1993, p. 426-427), monumentos presentes em Vila Boa.
- ¹⁷⁸ O facto de não se ter exercido grande pressão sobre o meio deverá ser confirmada pela palinologia, cfr. López Sáez, 2000.
- ¹⁷⁹ Todas as estações, onde se encontrou *sigillata*, estão localizadas próximo do traçado hipotético de vias, que já tivemos oportunidade de abordar: duas “*villae*”: Missa (Inv.º n.º 004), Vinha da Moita (Inv.º n.º 050); e duas “*quintas*”/“*tabernae*”: Pousada das Campas (Inv.º n.º 068) e Alagoa (Inv.º n.º 098).
- ¹⁸⁰ Estas dificuldades são encontradas em numerosas regiões europeias, provavelmente reflectindo um povoamento precário e instável e/ou utilização de materiais pobres e perecíveis. A dificuldade da detecção do *habitat* rural durante estes séculos deve-se fundamentalmente à parca consistência dos materiais empregues nas construções e à débil concentração de vestígios arqueológicos que os ditos estabelecimentos produzem (Pastor Díaz de Garayo, 1996, p. 36-40).
- ¹⁸¹ Só conhecemos um documento de finais do século X (PMH, 81). No século XII surgem mais alguns escritos, como algumas doações de D. Teresa e D. Afonso Henriques, mas são escassos. No século XIII temos as inquirições de D. Afonso III.
- ¹⁸² Bandos de franco-alemanos assolam o Império e ameaçam por duas vezes a Hispânia; as costas atlânticas são flageladas por ataques de piratas. As devastações que atingem o noroeste e o ocidente da Espanha actual deixam marcas profundas, sobretudo na forma de um sentimento de insegurança duradouro (Leguay, 1993, p. 14).
- ¹⁸³ A prosperidade da Hispânia terá exercido uma grande atracção sobre os povos que haviam arrasado a Gália. Esta última região já pouco lhes podia oferecer, pois encontrava-se exaurida por revoltas militares, levantamentos de camponeses e devastações dos povos invasores (Leguay, 1993, p. 23). Vão, assim, rumar para a Península Ibérica, onde irão espalhar o terror. Também os conflitos internos que minavam o Império terão conduzido estes povos para essa região. Os vários usurpadores procuravam manejar as forças bárbaras em seu proveito, normalmente com efeitos negativos, tanto para os incitadores quanto para os habitantes das regiões atacadas (cfr. Mattoso, 1992a, p. 305).
- ¹⁸⁴ O julgamento dos contemporâneos é totalmente desprovido de objectividade (Leguay, 1993, p. 45). Os povos invasores são: estrangeiros, não cristãos (ou são cristãos heréticos) e não falam latim. Assim, olham-nos como bárbaros no sentido antigo desta terminologia. É natural que todos os resultados dos seus actos sejam vistos — pelos defensores da legalidade, do antigo *status quo* —, de uma forma apocalíptica, como um castigo enviado às comunidades cristãs (Díaz Martínez, 1993, p. 209-211).
- ¹⁸⁵ Os povos que haviam invadido a Hispânia vão estabelecer-se separadamente. Suevos e Vândalos Asdingos ficaram na Galécia, os Alanos na Lusitânia e na Cartaginense ocidental e os Vândalos Silingos na Bética. O Império não teve força para expulsar estes guerreiros do ter-

ritório peninsular, apenas conseguiu remeter o seu poder para as áreas menos romanizadas, o domínio romano reduzindo-se praticamente à Tarraconense (Mattoso, 1992a, p. 305).

- ¹⁸⁶ Os Suevos vão manter e fortalecer a sua posição, proporcionalmente ao enfraquecimento e desaparecimento dos seus “vizinhos”. Alanos e Silingos vão ser desbaratados pelos Visigodos — comandados por Vália, episodicamente na Península — a pedido das autoridades romanas que vinham sofrendo das depredações perpetradas pelos primeiros. Asdingos e Suevos vão medir forças, acabando estes por conseguir manter o seu domínio, expulsando aqueles do seu território. Este resultado ficou a dever-se à intervenção de Astério; não só as forças suevas aliadas às romanas, mas também as romanas auxiliadas pelos Visigodos, não conseguem aplacar a fúria devastadora dos Vândalos. Estes fixam-se na Bética, só deixando os hispanos em paz quando — em 439, comandados por Genserico — se estabelecem no norte de África (Mattoso, 1992a, p. 305-306).
- ¹⁸⁷ Cfr. Díaz Martínez, 1993, p. 211. É possível que o estado, enfraquecido, tenha atribuído prioridade ao combate contra os povos bárbaros mais belicosos.
- ¹⁸⁸ Pelo menos é este o panorama que o Paroquial Suévio parece desenhar (Díaz Martínez, 1993, p. 214). Aqui estaria concentrada a maioria dos indivíduos que integravam o pequeno contingente migratório, entre as 20 000-35 000 pessoas (Leguay, 1993, p. 28; Díaz Martínez, 1993, p. 214). Quanto aos números para a totalidade da Península — que teria cerca de 4/6 milhões de pessoas —, existiria um contingente invasor de 100 000 a 200 000 godos (Díaz Martínez, 1994, p. 305).
- ¹⁸⁹ *Incapaces de sustituir una administración política, intentaron aprovechar sus esquemas e imitaron sus modelos áulicos* (Díaz Martínez, 1993, p. 219).
- ¹⁹⁰ Braga é a capital preferida pelos Suevos, embora temporariamente ocupem Mérida (Díaz Martínez, 1993, p. 214).
- ¹⁹¹ São imitados os tipos imperiais de Honório, embora surja com Requiário uma moeda própria. Entre os parcos achados arqueológicos identificáveis com os Suevos, os numismáticos são os mais frequentes. A distribuição destes numismas desenha-se sobretudo entre o Minho e o Mondego (Díaz Martínez, 1993, p. 213-214).
- ¹⁹² A organização provincial, aquando da chegada dos bárbaros à Península no século V, encontrava-se vigente; a sua sobrevivência durante a época visigoda dever-se-á às estruturas eclesíásticas que perpetuaram a sua memória (Díaz Martínez, 1993, p. 214).
- ¹⁹³ Os Visigodos vão estabelecer-se em massa na Hispânia, após o seu recuo na Gália face aos Francos. Depois da derrota daqueles face a estes últimos, a intervenção dos Ostrogodos permite aos Visigodos manterem o seu reino, ficando-lhes vinculados. A vitalidade crescente da igreja hispânica vem demonstrar o espírito de conciliação dos bárbaros com a cultura, aristocracia e administração romana, à semelhança do que se passava na Península Itálica (Mattoso, 1992a, p. 311).
- ¹⁹⁴ Acerca da acção de Martinho de Dume, cfr. Mattoso, 1992a, p. 313, 340-341, 1992b, p. 77-86. Acerca dos vestígios arqueológicos que poderão corresponder à época de S. Martinho de Dume e sua influência no Entre Douro e Minho cfr. López Quiroga e Rodríguez Lovelle, 1999, p. 228-253; López Quiroga, 2004.
- ¹⁹⁵ É sobretudo o sul e o levante que são fustigados por anos maus, pragas de gafanhotos e pestes; o noroeste parece ter sido um pouco mais poupado a estas calamidades (Mattoso, 1992a, p. 320).
- ¹⁹⁶ O poder em si não está tão dependente de pontos fixos no espaço, como anteriormente, é mais fluido. *Identifica-se com os homens de armas, que circulam frequentemente, e não com os lugares que eles habitam* (Mattoso, 1992a, p. 351).
- ¹⁹⁷ O aparelho da fiscalidade era muito importante para os Visigodos, pois era o sustentáculo da sua autoridade militar e a mais sólida base do poder instituído. Por essa razão terá sido o sector da administração que mais tardou a desagregar-se; *havia sempre alguém interessado em substituir as autoridades que iam desaparecendo, pelo menos para continuar a cobrar alguns impostos* (Mattoso, 1992a, p. 335).
- ¹⁹⁸ A cristianização dos espaços públicos, a construção de igrejas e mudanças no ritmo de vida quotidiano terão afectado mais a fisionomia das cidades do que as incursões suevas (Díaz Martínez, 1993, p. 217). O declínio do investimento no equipamento urbano, que também já se verificava anteriormente, agora agudiza-se. Os bispos substituem-se aos magnates — desinteressados do investimento nas cidades —, passando a centrar-se a actividade evergeta nas obras pias (Mattoso, 1992a, p. 340).
- ¹⁹⁹ Lamego separou-se da sede eclesíástica de Viseu no século VI; nos finais deste século ou inícios do seguinte, a Calábria separa-se de Lamego (Mattoso, 1992a, p. 330).
- ²⁰⁰ Cfr. Mattoso, 1992a, mapa, p. 336.
- ²⁰¹ Embora se tenha organizado um grupo galaico-romano de resistência aos chefes suevos, este seria minoritário, existindo um ambiente de tolerância entre os dois povos (Mattoso, 1992a, p. 306). Quanto aos Visigodos, foram os próprios hispano-romanos que a eles recorreram na sua qualidade de aliados e garante da ordem romana.
- ²⁰² Leão, Astorga, Lugo, Cáceres, Conímbriga, Lisboa, Idanha, Mérida, Évora, Mértola, Beja, Ossónoba são algumas das cidades peninsulares que se fortificam a partir do século III (Mattoso, 1992a, p. 323-324).
- ²⁰³ No momento presente, não nos é possível fazer a distinção entre o que foi erguido durante a Proto-história e o que se deverá a trabalhos posteriores. Contudo, a reutilização do local na Idade Média poderá ter levado os habitantes a efectuar, pelo menos, alguns trabalhos de restauro.
- ²⁰⁴ Como veremos adiante, este local evidencia uma ocupação mais tardia, possivelmente a partir do século X.
- ²⁰⁵ Estas linhas gerais terão começado a desenhar-se a partir do século III-IV, sendo acentuadas com o advento das invasões da Península Ibérica (Almeida, C.A.F., 1993a, p. 192-194).

Esta necessidade de nuclearização e a reutilização de castros de época pré-romana são sintomas que se detectam noutros locais, como por exemplo na zona de Castela estudada por Pastor Díaz de Garayo (1996, p. 34-42).

- ²⁰⁶ É muito frequente o reaproveitamento de pedras bem talhadas pelas populações vizinhas de sítios arqueológicos. As próprias casas (época moderna, contemporânea) que foram erguidas no sítio não terão desdinhado o material bem talhado. Por estas razões podemos estar a subvalorizar a técnica construtiva das casas. Só escavações arqueológicas poderiam esclarecer esta questão. Seria vital conhecer as técnicas construtivas e planta destas habitações para melhor se compreender o *habitat* alto medieval.
- ²⁰⁷ Pastor Díaz de Garayo (1996, p. 34-35) observa durante a época visigótica — na área de Castela —, um abandono definitivo dos *habitats* de carácter disperso e a necessidade de nuclearização, manifestada através da reocupação dos castros de época pré-romana. Uma outra investigadora, Durany Castrillo (1994, p. 38-40) identifica, no mesmo período — para o território Berciano —, uma *población dispersa que centraba su actividad económica en el aprovechamiento silvo-ganadero*. Também verifica que este período havia sido caracterizado pela ocupação das áreas mais montanhosas e periféricas da área que estuda. Como também o nosso território é marginal e agreste, é possível que se tenha organizado de uma forma similar, adequando-se, não só ao meio natural, mas também às condições sócio-políticas da época.
- ²⁰⁸ Esta afirmação deve-se, sem dúvida, ao problema generalizado da falta de informação, devido à ausência de escavações deste período. Contudo, a etnologia pretende que algumas inovações técnicas terão sido introduzidas pelos suevos, nomeadamente o arado quadrangular e alguns tipos de embarcações usadas no Rio Douro. A primeira inovação é introduzida ao nível da tecnologia agrícola e terá perdurado até ao nosso século, no Entre Douro-e-Minho e na faixa litoral entre o Douro e o Tejo (Dias, 1982, p. 188). A morfologia dos barcos durienses terá sido, segundo Octávio Lixa Felgueiras, influenciada pelas tradições de construção naval dos suevos (Felgueiras, 1963, 1979, 1980, p. 343-426). Seriam necessárias, e desejáveis, escavações em assentamentos da época suevo-visigótica para se comprovar arqueologicamente a validade destas teses etnográficas.
- ²⁰⁹ A caracterização da cerâmica, em linhas gerais, que Carlos Alberto Ferreira de Almeida realizou em 1993 ainda se aplica *grosso modo*, uma vez que os estudos nesta área não têm evoluído como é desejável e urgente: *sabemos que o empobrecimento e a barbarização das cerâmicas vão acontecendo lentamente ao longo dos séculos V, VI e VII. A cerâmica de Fiães ou de Alvarelhos do século V é ainda semelhante à da centúria anterior. Continua a ser predominantemente avermelhada. No século VI já não será assim. A cerâmica tende, cada vez mais, a apresentar-se com cor acinzentada ou escura, é mal torneada e tem paredes mais grossas* (Almeida, C.A.F., 1993a, p. 189). Esperamos que em breve se dê mais atenção ao estudo de estações arqueológicas deste período, para que seja possível conhecer com alguma precisão a cultura material correspondente a esta época.
- ²¹⁰ A “comunidade de aldeia” é um conceito que se vem utilizando desde os importantes trabalhos de M. Vigil e A. Barbero; no entanto, houve pouca preocupação em matizar este conceito e por vezes aparece com significado distinto. É uma definição complexa que pretende abarcar não só a realidade territorial e económica, como também a social e jurídica. O debate centra-se em torno da sua origem, considerada de carácter gentílico por alguns, posição que nos últimos anos tem sido rebatida. O período cronológico em que habitualmente é identificada situa-se entre o século VII e IX, embora alguns autores procurem recuar o seu surgimento não existem dados para o fazer com segurança. Acerca deste conceito de “comunidade de aldeia”, cfr. Estepa Diez, 1998, p. 271-282, com problematização da questão e indicação de bibliografia.
- ²¹¹ A tendência para a concentração da propriedade encontra terreno fértil na miséria e na insegurança, que favorecem a submissão da fazenda e da própria pessoa. Este tipo de propriedade seria herdeira das *villae* alto-imperiais, já caracterizadas pela concentração de prédios, que absorveriam pequenas e médias possessões fundiárias dispersas. Contudo, não se poder negar a existência da pequena (Díaz Martínez, 1994, p. 302).
- ²¹² A outra “*villa*” identificada, Missa (Inv.º n.º 004), não forneceu quaisquer pistas que apontem para a sua continuidade, todavia, há que frisar que os dados procedem de prospecções e são apenas provisórios.
- ²¹³ Na opinião de Pierre David (1947, p. 233-234), *Saint Martin peut donc être considéré comme un véritable patron liturgique des pays qui formaient le royaume suève; la conversion de la famille royale s’était faite sous ses auspices, et Martin de Braga contribua certainement à propager son culte*.
- ²¹⁴ Seria muito importante a realização de escavações arqueológicas no local. Apesar de os sarcófagos, que estão visíveis, indicarem que já houve grandes remeximentos, não é impossível que uma parte da estação arqueológica ainda se encontre intacta, ou que — pelo menos — possa revelar algo acerca da sua fundação.
- ²¹⁵ No entanto, a referência mais antiga que possuímos é a carta de doação de Estefânia Soares (“ama” de D. Sancho II) aos monges de S. João de Tarouca no ano de 1213 (Costa, 1979, p. 300).
- ²¹⁶ Hoje titula-se Nossa Senhora da Assunção, mas primitivamente era dedicada a Santa Maria, *como exigia a sua fundação pré-nacional* (Costa, 1979, p. 304).
- ²¹⁷ Já mencionamos a importância dos achados nesta localidade quando abordamos o tema da organização administrativa de época romana.
- ²¹⁸ Vide nota n.º 74.
- ²¹⁹ Onde existiu uma necrópole alto medieval, datável de um período um pouco posterior ao que abordamos agora (Inv.º n.º 095).
- ²²⁰ Cfr. nota n.º 74.
- ²²¹ Cfr. Marques, A. H. de O., 1993, p. 122.

- ²²² Estes acordos eram assinados com cidades ou com sectores da aristocracia (caso do pacto de Teodomiro de 713, o único texto conservado para a península). Permitiriam aos cristãos salvar a propriedade das suas terras e gentes, a liberdade religiosa e uma relativa autonomia política (Marques, A.H.O., 1993, p. 122). Não se conhecem as condições impostas aos cristãos, mas, para além do tributo devido aos muçulmanos, outras cláusulas contempladas — que poriam em risco a manutenção do acordado — poderiam estar ligadas a questões de fidelidade, como receber os inimigos ou ocultar hostilidades (Pastor Díaz de Garayo, 1996, p. 116-117).
- ²²³ Chaves e seu território implantam-se no centro de um corredor natural de circulação que o próprio Vale do Tâmega potencia e que se materializou na viária romana. Este eixo N.-S. é uma passagem feita pela natureza que permite penetrar para o Douro. Para além de ter facilitado a penetração dos exércitos invasores, tanto bárbaros como islâmicos (Teixeira, 1996, p. 196).
- ²²⁴ Parte do trajecto de conquista estará documentado pela toponímia que reflecte o nome do chefe militar (Domingues, 1997, p. 61).
- ²²⁵ Nos inícios do século XI, constava que os privilégios dos cristãos de Alafões advinham de um tratado estabelecido com Muça (García Domingues, 1997, p. 60).
- ²²⁶ Os árabes e berberes tinham um problema de entendimento, os primeiros, sempre que podiam, rebaixavam-nos a muçulmanos de segunda. As disputas surgiam facilmente e algumas rebentavam em rebeliões. Entre os próprios árabes a sua divisão em tribos acicitava problemas de não menor gravidade. O actual território português sente as repercussões das revoltas que se dão em Marrocos, Galiza, Mérida e Mértola (Marques, A.H.O., 1993, p. 123).
- ²²⁷ Este “colchão” fronteiriço, se existiu, situar-se-ia entre o Douro e o Sistema Central. Acerca desta marca cfr., Manzano Moreno, 1991, p. 46-47; Pastor Díaz de Garayo, 1996, p. 123.
- ²²⁸ A presúria baseia-se num antigo princípio romano que prescrevia que os bens sem dono pertenciam ao fisco. Esta doutrina já havia sido admitida pelo direito visigótico e vai ser adoptada pela monarquia asturiana. Segundo este princípio, as terras naquelas condições eram incorporadas nos domínios reais ou entregues a quem as quisesse cultivar. Habitualmente eram cedidas a senhores seculares ou a instituições religiosas que possuísem os meios para assegurar a empresa (Pérez de Urbel, 1971, p. 79-80). A presúria poderia incidir sobre terras que já tivessem sido cultivadas e estivessem abandonadas, ou sobre terrenos encontrados florestados que são nesse momento arroteados.
- ²²⁹ A estrutura defensiva conhecida como Cava de Viriato poderá datar do século X (Mantas, 1996, p. 465), pelo menos a morfologia que hoje apresenta não deverá recuar à época romana, não invalidando uma utilização dessa época daquele local com a mesma, ou outra, finalidade.
- ²³⁰ Segundo Lévi-Provençal e Pedro Cunha Serra (Serra, 1986, p. 14) estes nobres viseenses ter-se-iam mesmo declarado vassallos de Almansor.
- ²³¹ Acerca da soberania muçulmana do vale do Douro na primeira metade do século XI, cfr. Serra, 1986, p. 15.
- ²³² A decadência da alta nobreza e o fortalecimento dos seus antigos vassallos, os infanções, tornados agora tenentes de terras dotados de poderes próprios, adaptava-se perfeitamente às instituições feudais, que em França haviam consagrado uma nova ordem social (Mattoso, 1992^a, p. 541).
- ²³³ Os cavaleiros D. Paio e D. Garcia Rodrigues teriam tomado o castelo de Leomil aos mouros, por este feito D. Henrique ter-lhes-ia coutado a terra. D. Garcia teria dado foral a Leomil juntamente com sua esposa D. Dórdia (Costa, 1979, p. 145).
- ²³⁴ José Mattoso (1981, p. 267) admite que os Ribadouro tivessem realizado “presúrias e conquistas (...) na região do Paiva”, no período anterior à ocupação cristã de Viseu: “Assim o supomos, dada a quantidade de bens que os Gascos possuem na região, ainda antes da conquista de Viseu e de S. Martinho de Mouros, entre 1058 e 1065”.
- ²³⁵ Acerca dos senhores do couto de Leomil, cfr. Oliveira, 1999, p. 17-28.
- ²³⁶ Depois do foral régio de Ferreira de Aves, 1113-1120, apareceram os senhoriais de Moimenta, 1189, de Fonte Arcada, 1193 e de Parada de Ester, 1202, mais o régio de Mós, 1241; mas nenhum com Afonso III e D. Dinis, que tantos concelhos rurais fundaram na vizinha comarca de Trás-os-Montes.
- ²³⁷ Sobre o debate historiográfico e fragilidade de algumas posições recentes veja-se: López Quiroga e Rodríguez Lovelle, 1997, p. 690-697.
- ²³⁸ Acerca da evolução destas linhas de investigação, cfr. Hidalgo et al. (1998).
- ²³⁹ Estas tendências expansivas do período entre os séculos X-XIII foram comprovados para o conjunto do Ocidente cristão, mas ainda são

- ²⁴² Na época romana tal parece ser verdade e os locais de assentamento deverão ter diminuído na época suevo-visigótica e voltado a crescer sensivelmente a partir do século VIII, mas não ultrapassando, imediatamente, a densidade de ocupação antiga.
- ²⁴³ Será que esta aparente liberdade poderá encontrar confirmação na própria ausência de documentação, uma vez que ainda não estavam implantados os poderes capazes de integrar e capturar as explorações campesinas? (Gutiérrez González, 1996, p. 52).
- ²⁴⁴ Este processo é detectado por Pastor Díaz de Garayo (1996, p. 76-104) para a zona entre o Arlanza e o Douro. Não temos dados para afirmar que também no Alto Paiva ocorreu algo de semelhante, mas é uma hipótese plausível, a confirmar em estudos mais aprofundados.
- ²⁴⁵ Na bibliografia anglo-saxónica aparece frequentemente a referência a novas práticas no âmbito dos afoflamentos (por exemplo Bintliff, 1999, p. 537-542), estas deveriam permitir uma maior produtividade do solo para responder às necessidades de um contingente populacional em crescimento e para fazer face a uma nova carga fiscal. Como ainda não possuímos dados sobre este processo em Portugal durante a Alta Idade Média, será talvez conveniente esperar pela evolução da investigação antes de extrapolar os dados obtidos nos restantes países europeus; tanto mais que nas nossas terras pobres o tipo de rotação que se praticava não deveria fugir muito ao panorama da agricultura tradicional, em que a um ano de cultivo se seguem um, dois, ou mais de pousio, posto que, no norte, onde os solos são mais húmidos, seja comum o afoflamento bienal (Ribeiro, 1991, p. 242).
- ²⁴⁶ Detectado por Pallares Méndez e Portela Silva para a Galiza nos séculos IX a XII, através da documentação escrita. Nesta, as explorações agrárias apelidadas de *villae* correspondem a duas realidades: as *villae*-aldeias e as *villae*-explorações. A primeira tende a aglutinar-se até se converter numa exploração unificada, enquanto que a segunda, em virtude de forças que actuam no sentido inverso, a converter-se em aldeia (Pallares Méndez e Portela Silva, 1975, p. 104-106).
- ²⁴⁷ As *villae* de um só possessor, as *villae* fragmentadas e as pequenas explorações familiares dispersas tendem a desaparecer, quer por extinção quer por conversão em autênticas aldeias (García de Cortázar, 1995, p. 20).
- ²⁴⁸ O facto de não existirem fontes escritas não implica a inexistência de povoamento. Para a região entre o Arlanza e o Douro, Pastor Díaz de Garayo (1996, p. 50-51) detectou uma série de povoados que poderão remontar — pelo menos — ao século IX, mas que só aparecem nas fontes escritas a partir de meados do século XI e sobretudo a partir do pleno século XII. Também na nossa região de estudo pode ter sucedido o mesmo. Só quando os interesses dominiais começam a surgir é que vão também entrar em cena os documentos escritos.
- ²⁴⁹ Consideramos aqui o período entre o século IX e finais do século XI, ou seja, o período de expansão dos reinos cristãos do norte da Península até ao advento do conde D. Henrique. Os reinados de Fernando Magno e, sobretudo, Afonso VI de Leão, terão marcado a viragem para a apropriação dos territórios meridionais sob a égide de uma guerra santa, de cruzada; também a partir deste período se dá uma reorganização territorial que alterará a paisagem rural.
- ²⁵⁰ Queremos frisar que é possível que os sepulcros escavados na rocha sejam de tradição anterior ao século IX, podendo remontar aos séculos VII-VIII, neste sentido veja-se a proposta cronológica de López Quiroga e Rodríguez Lovelle, 1999, p. 247 e ss.; ver também López Quiroga, 2004. A falta de evidências leva-nos a colocá-los como coevos da Reconquista, obviamente de forma provisória e sem prejuízo de que se venha a rever esta atribuição.
- ²⁵¹ Estas apenas registadas na necrópole medieval da Igreja Matriz de Vila Cova-à-Coelheira (Inv.º n.º 095), pensamos que mais seriam reveladas com a execução de escavações arqueológicas em volta de algumas igrejas de fundação contemporânea desta; é natural que muitas tenham sido destruídas aquando de trabalhos de arranjo e remodelação de adros. A igreja de S. Tiago (Leomil, Moimenta da Beira, Inv.º n.º 029) é apenas um dos exemplos de locais ainda preservados e onde é necessário intervir para que não se repita mais uma vez a destruição sem qualquer registo, muitas vezes motivada pela simples ignorância.
- ²⁵² A cronologia das sepulturas escavadas na rocha não se restringe apenas ao período que se convencionou chamar de Reconquista, a sua origem remontará certamente ao período anterior e prolonga-se para além deste (Barroca, 1987, p. 103).
- ²⁵³ Como é o caso da maioria dos monumentos deste tipo conhecidos noutras regiões, só em casos extraordinários a detecção destas estruturas funerárias se deu aquando da realização de escavações arqueológicas.
- ²⁵⁴ Após a publicação do trabalho de Alberto del Castillo (1972).
- ²⁵⁵ A respeito da evolução da investigação deste tema e amplo comentário da obra referida na nota anterior veja-se Barroca, 1987, p. 104-118.
- ²⁵⁶ O crescente interesse por este tipo de vestígio arqueológico tem visto a multiplicação de notícias a seu respeito, com contributos de desigual qualidade; porém, têm incidido sobretudo em exemplares que se encontram à superfície, aos quais não se podem associar dados estratigráficos, e apenas escavações arqueológicas com uma boa potência estratigráfica poderão vir a trazer dados importantes para a cronologia destes monumentos. Muito recentemente foram avançados dados com base em escavações arqueológicas para a região do Douro, cfr. Lopes, 2002.
- ²⁵⁷ Não foi possível observar uma sepultura da necrópole de A-do-Conde (Inv.º n.º 062), mas temos a confirmação oral de que não foi destruída e está somente oculta pela vegetação, pelo que foi fichada de acordo com os dados recolhidos na bibliografia.
- ²⁵⁸ Temos notícia, através da bibliografia, da existência de três sepulturas em Mões, no sítio da Cruz do Pinheirinho (Inv.º n.º 006) e de uma perto de Vila Boa, no sítio do Lajedo (Inv.º n.º 009).
- ²⁵⁹ Sempre que existam indicações da existência de mais sepulturas, entretanto destruídas, foi feita referência na ficha de sítio.
- ²⁶⁰ Este núcleo, ligado ao GEAP, publicou uma ficha de levantamento de sepulturas na rubrica “Notícias” da revista *Arqueologia* 19, Porto, 1989; a qual foi adoptada com algumas pequenas alterações (ver fichas). A tipologia proposta nesse texto contempla, dentro das sepulturas não antropomórficas, os seguintes tipos: ovalada, rectangular, rectangular com laterais arqueadas e trapezoidal. Quanto às sepulturas antropomórficas, são classificadas quanto ao tipo de cabeceira: arco ultrapassado, trapezoidal, rectangular, arco peraltado e arco de volta perfeita.

- ²⁶¹ Como já foi sublinhado por Barroca, 1987, p. 121, autor que seguimos para a caracterização das diversas fases do processo.
- ²⁶² Apesar de se apontar para esta definição prévia, preferimos não incluir estes sepulcros nas contagens de tipos morfológicos, pois não chegaram a ser utilizadas.
- ²⁶³ Não se deverá tratar de um caso em que as sepulturas incompletas superam as restantes, os abundantes traços deixados pelos pedreiros nos penedos (e inclusivamente ao lado e mesmo sobre os sepulcros) permitem pensar que a necrópole seria mais extensa, mas a maior facilidade com que se corta a pedra trabalhada destes monumentos determinou a sua destruição. Apenas uma das sepulturas (n.º 1) se encontra incólume e terá sido respeitada apenas por ficar exactamente incluída no traçado de um caminho vicinal e a sua destruição implicar a degradação dessa via.
- ²⁶⁴ Acerca desta polémica cfr. Barroca, 1987, p. 110-118.
- ²⁶⁵ Para o autor, a evolução dos sepulcros não-antropomórficos para os antropomórficos dá-se de uma forma gradual, mas não passariam, pelo menos na região que estudou, pela definição de apenas um ombro antes de passar para a fase plena (como sucede nas necrópoles do Nordeste peninsular estudadas por A. Castillo), a fase evolutiva em que apareceria um tímido antropomorfismo ao nível dos ombros parte de uma simetria axial (Barroca, 1987, p. 138).
- ²⁶⁶ Trata-se de 9 exemplares que correspondem a cerca de 10 por cento do total.
- ²⁶⁷ Apenas foram consideradas como tal as sepulturas que apresentavam na cabeceira adaptação interna para imobilizar o defunto. Se atendêssemos a outras características menos perceptíveis, como por exemplo o estreitamento de cavidades ovaladas na zona correspondente às pernas, contaríamos um maior número destas.
- ²⁶⁸ Trata-se de uma zona ligeiramente alteada para apoio da cabeça. Pretendia-se desta forma, juntamente com a adaptação da cabeceira à anatomia humana, imobilizar o corpo do defunto.
- ²⁶⁹ Esta particularidade, não referida por Jorge Marques (na sua tese sobre sepulturas escavadas na rocha na região de Viseu, 1995), encontra paralelos em Meda, tanto numa sepultura que também apresenta antropomorfismo ao nível da cabeceira (Santos e Rodrigues, 1998, p. 242), como numa sepultura que não revela tendência antropomórfica (Antunes e Baère, 1996, p. 273). Também no Alto Paiva se registam casos idênticos de adaptação para apoio dos pés que não encontram paralelo antropomórfico ao nível da cabeceira, como é o caso da sepultura n.º 3 de Lameira de Oleiros (Lamosa, Inv.º n.º 063), do sepulcro n.º 2 dos Covais (Soutosa, Inv.º n.º 033), da Mata do Pinheiro (Casfrieiros, Inv.º n.º 040), e também do sepulcro n.º 13 da necrópole dos Carvalhais (Inv.º n.º 104), embora estes exemplares não apresentem encaixe para cada um dos membros inferiores, mas sim, uma só reentrância de contorno ovóide onde seriam colocados ambos os pés.
- ²⁷⁰ No Entre-Douro-e-Minho, o predomínio das sepulturas antropomórficas é notório, mas na área de Chaves é impressionante, registando-se apenas 7 sepulcros que não possuem esta configuração, contra 47 exemplares antropomórficos (Teixeira, 1996, p. 176).
- ²⁷¹ Não é impossível que estejamos perante uma questão do foro da técnica, mas será que lidamos com o factor perícia ou com o factor modelo? Como esta região é bastante periférica, poderíamos pensar que os artífices eram menos peritos e especializados do que noutras regiões; todavia, no caso de se tratar de uma moda, é viável que não tenha chegado tão depressa a esta zona geográfica.
- ²⁷² O perfil sócio-económico do defunto poderia influenciar a escolha de um ou outro modelo, o estatuto social, a idade e o sexo do indivíduo podem ser variáveis a ter em conta, bem como as características da matéria-prima base (Teixeira, 1996, p. 178).
- ²⁷³ Claro que há que compreender que muitas destas necrópoles espanholas foram todas alvo de escavações arqueológicas e que os exemplos portugueses provêm praticamente apenas de prospecções de superfície.
- ²⁷⁴ As sepulturas isoladas predominam no Alto Minho (Barroca, 1987, p. 133). É natural que algumas das sepulturas hoje consideradas isoladas não o sejam de facto. Tanto podem ter sido destruídas «como se podem encontrar ainda ocultadas no solo. O caso do Porto (Inv.º n.º 025) é exemplar, sabemos pela bibliografia que existia um núcleo de sepulturas; porém, aquando da nossa visita ao local apenas escavamos para a destruição um sepulcro, foi ignorado provavelmente por ser incompleto (não facilitando o trabalho de extracção de pedra).
- ²⁷⁵ Perfazendo o total de 13 sepulturas, encontrando-se uma afastada do núcleo central.
- ²⁷⁶ Não se pode olvidar que estas apreciações são claramente limitadas pelo facto de desconhecermos o número original de sepulturas; como já foi dito anteriormente estas constituem um chamariz para os pedreiros, uma vez que a extracção de blocos é facilitada quando os penedos ostentam sepulcros escavados. Também os trabalhos agrícolas terão danificado as mesmas, um bom exemplo encontra-se na necrópole dos Carvalhais (Inv.º n.º 104), onde são visíveis sepulturas partidas na bordadura da área agricultada (e ostentando sulcos feitos pelo arado), bem como marcas de “guilhos” que terão servido como auxiliares para extrair a pedra, estas presentes nas próprias sepulturas.
- ²⁷⁷ A orientação canónica postula que o defunto fique com a cabeça para Poente, de forma a “olhar” para Oriente, para Jerusalém (Castillo, 1972, p. 11). Esta direcção é maioritária nas sepulturas escavadas na rocha de Entre-Douro-e-Minho (Barroca, 1987, p. 123) e também no território de Chaves (Teixeira, 1996, p. 182).
- ²⁷⁸ Relativamente à orientação E-O que se verifica em 5 exemplares (não antropomórficos) é necessário expor o que nos levou a classificá-las deste modo, uma vez que a explicação eventualmente válida para outras orientações não se aplica a esta. Em primeiro lugar, a determinação do lado da sepultura que corresponderia à cabeceira (nos exemplares não antropomórficos) obedeceu aos seguintes critérios: estabeleceu-se que a cabeceira seria em princípio mais larga para albergar os ombros do defunto e que existindo desnível no leito do sepulcro, a cabeça seria sempre colocada no lado menos profundo e os pés no lado oposto. As 5 sepulturas que foram classificadas como orientadas a E-O possuem todas em comum um desnível considerável, razão que nos levou a considerar que não se colocariam os pés mais altos do

- que a cabeça. Esta nossa convicção pode, no entanto, não se verificar, pois não conhecemos o ritual de enterramento e escapamos a mentalidade que presidiria a estas cerimónias. Quer isto dizer que os indivíduos eventualmente inumados nestas cavidades possam ter sido colocados com a cabeça a ocidente, ficando com a cabeça num nível mais baixo que os pés, mas respeitando a orientação canónica (Cfr. Quinta de Paredes I, Inv.º n.º 041; Lameira de Oleiros I, Inv.º n.º 063; Pousada das Campas I e 2, Inv.º n.º 068; Debotinos, Inv.º n.º 096). A dificuldade em explicar esta orientação é também expressa por Mário Barroca (1987, p. 123).
- ²⁷⁹ Apercebemo-nos, pouco depois de iniciar o levantamento dos monumentos funerários, de que deveríamos ter feito um registo da posição das sepulturas em graus, uma vez que estes permitem uma maior fiabilidade na hora de procurar um padrão. Como já era tarde decidimos que só poríamos esse tipo de registo em prática numa próxima oportunidade. Apesar desta limitação, resolvemos analisar os dados que pudemos recolher. No gráfico 1 ficaram assinaladas a verde claro as orientações que poderão estar dentro da norma canónica com um desvio de 40° (devido às limitações já referidas o desvio que consideramos foi exagerado para 45°).
- ²⁸⁰ A orientação canónica entendida como O-E atinge os 25 por cento. A orientação próxima da canónica é entendida como um desvio de 45° (cfr. nota anterior).
- ²⁸¹ A orientação canónica entendida como O-E apenas se observa em dois exemplares (um dos quais é antropomórfico e portanto também entra na contagem anterior).
- ²⁸² Num universo de 91 sítios, 27 encontravam-se em associação com templos, sendo estes de construção posterior, alguns ainda medievais; outros 12 encontrar-se-iam também perto de templos de que existem apenas vestígios ou tradição (Barroca, 1987, p. 133-134). Na zona de Chaves, é igualmente frequente esta associação. Num total de 33 sítios inventariados, 9 relacionam-se com templos e 3 com vestígios de edifícios religiosos (1 dos quais apresenta características que o remetem para época coeva das sepulturas) (Teixeira, 1996, p. 183).
- ²⁸³ Para além dos já mencionados pelos vestígios de época romana: Pulo do Lobo (Inv.º n.º 017), Fonte do Ouro (Inv.º n.º 022), Porto (Inv.º n.º 025), Portela (Inv.º n.º 035), Quinta da Eira (Inv.º n.º 056), Cama da Moura (Inv.º n.º 069), Muragos (Inv.º n.º 097) e Carvalhais (Inv.º n.º 104).
- ²⁸⁴ Também as 3 sepulturas localizadas num esporão (S. Romão, Inv.º n.º 077) parecem reflectir o mesmo tipo de opção.
- ²⁸⁵ Ressalvando os casos em que os condicionalismos topográficos guiaram o alinhamento de eixos viários.
- ²⁸⁶ Vide supra o texto referente às vias.
- ²⁸⁷ Cfr. nota n.º 53.
- ²⁸⁸ Como a moda de enterramentos nos adros das igrejas subsistiu até há relativamente pouco tempo, é natural que em redor da igreja existam restos mortais mais recentes, o que condiz com o achado de enterramentos, mas cremos que a referência oral a “caixões” de pedra poderá com alguma segurança indicar a presença de sarcófagos monolíticos. Este tipo de ataúde foi utilizado até mais tarde do que as sepulturas escavadas na rocha, pelo que não podemos apenas com estes dados afixar a sua cronologia.
- ²⁸⁹ O conde D. Henrique terá doado o couto de Leomil a D. Garcia Rodrigues e seu irmão D. Paio que o *filharom a mouros* (Azevedo, 1962, p. 515-516).
- ²⁹⁰ Os restantes haviam sido removidos do local original pelos operários.
- ²⁹¹ A sua tipologia assim o indica: uso de lajes muito irregulares e o fundo assentaria directamente no saibro.
- ²⁹² A natureza dos vestígios assim o dita. Para além de os defuntos serem sepultados apenas envoltos num sudário, sem qualquer peça ornamental, ou objecto de outra natureza; a própria estratigrafia destes locais nem sempre se apresenta de molde a permitir datações.
- ²⁹³ Por analogia com os sarcófagos, com estas mesmas características, inventariados no Entre-Douro-e-Minho por Mário Jorge Barroca (1987, p. 180-181).
- ²⁹⁴ Barroca, 1987, p. 128-129. Vide também nota n.º 53.
- ²⁹⁵ Caso focado anteriormente, quando analisámos a questão da proximidade das sepulturas com templos. O sítio das Duas Igrejas (Inv.º n.º 086) possui num aro de 500 m em sua volta 3 sepulturas rupestres isoladas (Sarnoso, Inv.º n.º 087; Alto do Coxo, Inv.º n.º 088; Ribeirinho, Inv.º n.º 089).
- ²⁹⁶ O afastamento das sepulturas entre si não é muito grande, este facto não favorece esta hipótese. Ricardo Teixeira (1996, p. 187), para o território de Chaves, admite a hipótese da dispersão das sepulturas estar mais relacionada com a falta de estruturação do espaço cemiterial de uma mesma comunidade, do que com a efectiva dispersão do povoamento.
- ²⁹⁷ Segundo Mário Barroca (1987, p. 129), a coexistência espacial de cemitérios e templos ter-se-á iniciado no século IX, mas a sua generalização só se terá dado alguns séculos mais tarde, por volta do século XI.
- ²⁹⁸ *O Purgatório constituiu-se, como espaço e como tempo, entre o século III e o fim do século XII. É o resultado da evolução da crença cristã — surgida muito cedo — na possibilidade de remissão de certos pecados, em certas condições, depois da morte* (Le Goff, 1994). Exige uma tumulação *appud ecclesia*, para que o defunto possa usufruir das preces dos vivos e protecção do espaço sagrado, para atingir a sua salvação. Como peça do sistema, no imaginário social e na geografia do Além, é uma conquista do século XII (Le Goff, 1993, p. 18-19, 161).
- ²⁹⁹ Em época suevo-visigótica a malha de paróquias era pouco apertada; com o processo de “Reconquista” esta vai-se estruturando — e ampliando — com o poder político e administrativo; contudo, até ao momento em que o estado cristão atinge uma efectiva dominação do território, deve ter-se sentido a necessidade de criar templos para as comunidades em processo de crescimento.
- ³⁰⁰ Sendo possível tal circunstância, seria de supor a presença de relíquias de S. Martinho neste templo, eventualmente sendo essas que protegeriam os defuntos, dentro de uma lógica de enterramento *ad sanctos*.

- ³⁰¹ Esta hipótese é reforçada pelo próprio topónimo Pera Velha de uma aldeia perto do Muro. Como não existe outra localidade com esta designação que justifique o “sufixo” Velha, é possível que tenha surgido em virtude da lembrança de um antigo recinto fortificado (segundo Guia, 1984, p. 21, Pera seria uma variante de Pena) por comparação com um mais recente (que seria o Castelo de Ariz, onde existe uma capela dedicada a S. Miguel, hoje sediada em Pera Velha).
- ³⁰² Não é impossível que uma ocupação ténue existisse anteriormente, mas um assentamento mais importante terá existido algures a partir do século X. Em consonância com esta interpretação tem-se notícia de que, em volta do Castelo de Ariz, existiriam algumas sepulturas escavadas na rocha que terão sido destruídas (cfr. Ficha de Inv.º n.º 019). Também, não longe deste local, conserva-se um sepulcro aberto no granito e identificaram-se alguns vestígios habitacionais (cfr. Ficha de Inv.º n.º 017).
- ³⁰³ Terá sido a partir do século XI que se começaram a edificar capelas dedicadas ao “chefe das milícias terrestres” junto aos castelos. O culto de S. Miguel, para além de ser comum nos locais de altitude elevada, teria também uma conotação guerreira (Almeida, C. A. F., 1978, p. 49).
Esta capela é considerada a antiga matriz de Ariz, Pera e Peva (Costa, 1979, p. 156). Foi mais tarde trasladada para Pera Velha, mudança que ocasionou alguma polémica entre esta povoação e as de Ariz e Peva, que reclamavam iguais direitos. A tradição diz que os bois que puxavam o carro onde se transportava a imagem do santo (ou o sino, noutras versões), terão parado numa encruzilhada de caminhos, recusando-se os animais a seguir para outro lugar que não fosse Pera.
Pera e Peva era a denominação de um concelho medieval, embora a cabeça do município fosse Soutosa. O título de abadia assentava em S. Miguel de Pera, com o lugar de Ariz e, apesar de mais populosa, Peva estava-lhe eclesiasticamente sujeita (Costa, 1979, p. 156). Aquando das inquirições de D. Manuel, consta que não havia montados nem maninhos, porque tudo era dos moradores dela e dos casais que nela há encabeçados (Costa, 1979, p. 157; Guia, 197, p. 162).
- ³⁰⁴ A grande difusão do culto deste santo justifica-se pela emoção que provocou a martirização de uma criança às mãos do califa (em 925), mas também pelo facto de pertencer por nascimento a uma das famílias nobres do reino de Leão, que forneceu vários bispos, particularmente em Coimbra e Tui (David, 1947, p. 220, 234-235).
- ³⁰⁵ A Quinta do Granjão, estudada por Ricardo Teixeira, apresenta todos estes edifícios, sendo alguns de origem medieval. Encontra-se ainda completamente murada por uma cerca com uma extensão de cerca de 3000 m (Teixeira, 1999, p. 239).
- ³⁰⁶ A metalurgia seria uma das mais importantes actividades económicas dos cistercienses. Serviria não só para suprir as necessidades internas para as alfaias agrícolas como também serviria como moeda de troca, havendo pelo menos um exemplo para S. João de Tarouca em que um arado é usado como pagamento de uma compra efectuada pela abadia (Teixeira, 1999, p. 241).
- ³⁰⁷ O mosteiro não só recebe doações de terras em Almofala, como também as adquire. Em 1143 é vendida uma terra em Cabana de Mouros por Gonçalo Mendes e sua mulher; em 1168 Munio Rodrigues doa parte dos seus bens em Almofala (Correia et al., 1995, p. 227).
- ³⁰⁸ A construção de engenhos para aproveitamento da energia hidráulica ter-se-á vulgarizado a partir dos finais do século VIII para dar resposta às necessidades prementes de aumento da produção (Pastor Díaz de Garayo, 1996, p. 91).